

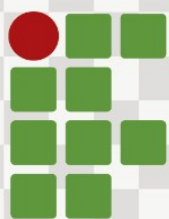
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA**

FORMA DE OFERTA: INTEGRADO

**AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO Nº 34/2017
AJUSTE PARECER CONSEPE Nº 24/2023**

**Barracão – PR
2023**



**INSTITUTO
FEDERAL**
Paraná

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ

Reitor(a)

Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor(a) de Ensino

Cristiane Ribeiro da Silva

Diretor(a) de Ensino

Patrícia Daniela Maciel

Coordenador(a) de Cursos Técnicos

Ana Lucia Berno Bonassina

Diretor(a) Geral do Campus

João Luciano Bandeira

Diretor(a) Adjunto do Campus

Mario Victor Vilas Boas

Coordenador(a) de Curso

Artur Monteiro da Costa

Comissão de Estruturação de Curso

(Designada pela Portaria de Pessoal DG/CAPANEMA/ IFPR Nº 169/2022)

Artur Monteiro da Costa
Fernando Prestes De Souza
Jovane Gonçalves dos Santos
João Luciano Bandeira
Mario Victor Vilas Boas
Paulo Sérgio Balbino Miguel
Yohana Diel Saheli
Jonatan Willian Daniel
Raissa Gabriele de Bonfim
Everton Correia Luz
Maicon Rodrigues

Colegiado de Gestão Pedagógica de Campus

Karla Aparecida Lovis (DIEPEX – Capanema – Portaria nº 254/2020)
Eliane Sabatini (Pedagoga)
Amanda Ferreira de Lima (Coordenadora de Curso – Portaria nº 287/2023)
Claudia Candido da Silva (Coordenadora de Curso – Portaria nº 1169/2021)
Jaci Poli (Coordenador de Curso – Portaria nº 24/2021)
Rogerio Pereira dos Santos (Coordenador de Curso – Portaria nº 93/2023)

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO.....	7
1.1 IDENTIFICAÇÃO.....	7
1.1.1 Processo.....	7
1.1.1.1 Número do processo do PPC.....	7
1.1.1.2 Número do processo de ajuste do PPC.....	7
1.1.2 Informações do Campus.....	7
1.1.3 Denominação do Curso.....	7
1.1.4 Eixo Tecnológico.....	7
1.1.5 Modalidade.....	7
1.1.6 Forma de Oferta.....	8
1.1.7 Turno do curso.....	8
1.1.8 Horário de oferta do curso.....	8
1.1.9 Tempo de Duração do Curso.....	8
1.1.10 Carga-Horária Total do Curso.....	8
1.1.11 Carga Horária de Estágio Obrigatório.....	8
1.1.12 Tipo de matrícula.....	8
1.1.13 Regime acadêmico.....	9
1.1.14 Vagas totais.....	9
1.1.15 Escolaridade mínima exigida/requisito de acesso ao curso.....	9
1.1.16 Ano de criação do curso.....	9
1.1.17 Ano de início da primeira turma.....	9
1.1.18 Ano de ajuste curricular.....	9
1.1.19 Coordenador(a).....	9
1.1.20 Endereço de realização do curso.....	10

1.1.21 Instituição Conveniada.....	10
1.1.22 Conselho profissional ou legislação que regula a profissão.....	10
1.1.23 Comissão de Estruturação de Curso (CEC) ou Comissão de Ajuste Curricular (CAJ):.....	10
1.2 FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
1.3.1 Contexto histórico do IFPR.....	11
1.3.2 A integração do PDI, PPI e PPP.....	14
1.3.3 A criação do curso no campus.....	15
2 OBJETIVOS.....	17
2.1 OBJETIVO GERAL.....	17
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
3 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	18
4 PERFIL DO EGRESSO.....	25
4.1 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS.....	26
4.2 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO.....	26
4.3 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO.....	26
4.4 REGISTRO PROFISSIONAL.....	27
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	27
5.1 ESTRUTURA CURRICULAR.....	27
5.1.1 Conteúdos curriculares.....	28
5.1.1.1 Obrigatórios.....	28
5.1.1.2 Exibição de filmes de produção nacional.....	29
5.2 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS.....	30
5.3 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA , EXTENSÃO E INOVAÇÃO.....	32
6 AVALIAÇÃO.....	34

6.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	34
6.1.1 Recuperação Paralela.....	36
6.1.2 Forma de Emissão de Resultados.....	37
6.1.3 Condições de Aprovação.....	37
6.1.4 Progressão Parcial.....	38
6.2 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES.....	38
6.3 CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES.....	39
6.4 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO.....	39
6.5 MATRIZ CURRICULAR.....	40
6.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	42
6.7 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS.....	43
6.8 ESTÁGIO CURRICULAR.....	97
6.9 CARACTERÍSTICAS DO ESTÁGIO.....	98
6.10 CONVÊNIOS DE ESTÁGIO.....	98
6.11 TRABALHO FINAL DE CURSO.....	98
7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.....	98
7.1 AÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE.....	98
7.1.1 Programas de ensino, pesquisa, extensão, inovação, inclusão social e assistência estudantil.....	100
7.1.2 Acessibilidade.....	103
7.1.3 Educação inclusiva.....	105
7.1.4 Atendimento Educacional Especializado (AEE).....	108
7.1.5 Mobilidade estudantil e internacionalização.....	109
8 CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO.....	110
8.1 CORPO DOCENTE.....	110
8.1.1 Atribuições do Coordenador.....	110

8.1.2 Relação do Corpo docente.....	112
8.1.3 Colegiado de Curso.....	115
8.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO.....	116
8.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA (UNIÃO).....	117
8.3.1 Funcionamento dos Colegiados de Gestão.....	117
8.3.2 Representatividade da Comunidade Acadêmica.....	119
8.3.3 Participação da Sociedade Civil na Gestão do Curso.....	120
9 INFRAESTRUTURA.....	120
9.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS.....	121
9.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL.....	121
9.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO.....	122
9.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA.....	122
9.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE.....	123
9.6 ÁREAS DE APOIO.....	123
9.7 BIBLIOTECA.....	124
10 AVALIAÇÃO DO CURSO.....	127
10.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	128
REFERÊNCIAS.....	128
ANEXOS.....	133
ANEXO A.....	134

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

1.1 IDENTIFICAÇÃO

1.1.1 Processo

1.1.1.1 Número do processo do PPC
23411.003765/2017-11

1.1.1.2 Número do processo de ajuste do PPC
23411.012065/2020-13

1.1.2 Informações do Campus

Campus Avançado Barracão – IFPR

Endereço: BR 163, Nº 2115, Bairro Industrial, Barracão – PR, CEP 85700-000

Telefone: (49)3944-1600

Home-Page: www.ifpr.edu.br/barracao
secretaria.barracao@ifpr.edu.br

1.1.3 Denominação do Curso

Técnico em Informática.

1.1.4 Eixo Tecnológico

Informação e Comunicação.

1.1.5 Modalidade

Presencial

1.1.6 Forma de Oferta

Integrado

1.1.7 Turno do curso

Matutino, os componentes curriculares obrigatórios são ofertados somente no período da manhã.

1.1.8 Horário de oferta do curso

Todos os anos: todas as manhãs das 7:45 às 12:05h.

1.1.9 Tempo de Duração do Curso

4 anos.

1.1.10 Carga-Horária Total do Curso

Carga horária total do curso: 3300h.

1.1.11 Carga Horária de Estágio Obrigatório

90 horas.

1.1.12 Tipo de matrícula

Por Série

1.1.13 Regime acadêmico

Por ano letivo (seriado).

1.1.13.1 Regime de Avaliação:

Trimestral.

1.1.14 Vagas totais

Número mínimo de vagas do curso: 20.

Número máximo de vagas do curso: 40.

1.1.15 Escolaridade mínima exigida/requisito de acesso ao curso

Ensino Fundamental completo e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o campus ou por meio de processo de transferência regulamentado por edital específico.

1.1.16 Ano de criação do curso

2017.

1.1.17 Ano de início da primeira turma

2018

1.1.18 Ano de ajuste curricular

2023

1.1.19 Coordenador(a)

Nome: Artur Monteiro da Costa

Titulação Máxima: Mestre

Regime de Trabalho: 20h

1.1.20 Endereço de realização do curso

Rua e número: BR 163, Nº 2115

Bairro: Industrial

Cidade: Barracão

UF: PR

CEP: 85700-000

1.1.21 Instituição Conveniada

Não se aplica.

1.1.22 Conselho profissional ou legislação que regula a profissão

Não se aplica.

1.1.23 Comissão de Estruturação de Curso (CEC) ou Comissão de Ajuste Curricular (CAJ):

Membro	Função
Artur Monteiro da Costa	Integrante do Colegiado do Curso – Presidente
Fernando Prestes De Souza	Integrante do Colegiado do Curso
Jovane Gonçalves dos Santos	Integrante do Colegiado do Curso

João Luciano Bandeira	Integrante do Colegiado do Curso
Mario Victor Vilas Boas	Integrante do Colegiado do Curso
Paulo Sérgio Balbino Miguel	Integrante do Colegiado do Curso
Yohana Diel Saheli	Integrante do Colegiado do Curso
Jonatan Willian Daniel	Representante da Seção de Ensino
Raissa Gabriele de Bonfim	Representante Discente
Everton Correia Luz	Bibliotecário
Maicon Rodrigues	Servidor responsável pela revisão textual

1.2 FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS

Este ajuste no projeto pedagógico de curso, considera as legislações abaixo discriminadas e busca atendê-las em suas indicações, orientações e definições.

- Lei nº 9.394/1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);
- Lei nº. 11.892/2008: Lei de Criação dos Institutos Federais;
 - Resolução CNE/CP nº. 1/2021, define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
 - Resolução CNE/CEB nº. 3/2018, define Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio;
 - Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – 4ª edição;
 - Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);
 - Resolução CONSUP/IFPR nº. 54/2011, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica no IFPR;
 - Diretrizes Indutoras para a oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2018);
 - Resolução CONSUP/IFPR nº. 64, de 23 de março de 2022: estabelece as diretrizes para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFPR;
 - Resolução IFPR nº. 50/2017 – Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR.

1.3 JUSTIFICATIVA

1.3.1 Contexto histórico do IFPR

O Instituto Federal do Paraná tem sua gênese a partir da Escola Técnica da UFPR (ET-UFPR), oriunda da Escola Alemã, cuja fundação data de 1869. Esta escola, na sua origem, era mantida pela Comunidade Evangélica de Curitiba, e inicialmente tinha como objetivo o atendimento dos filhos dos alemães, sendo posteriormente frequentada também por brasileiros.

Teve seu nome alterado para Colégio Progresso ou Academia Comercial Progresso em 1914 e em 1941, no governo do presidente Getúlio Vargas, foi vinculado à Faculdade de Direito da UFPR, passando a denominar-se Escola Técnica de Comércio, anexa à Faculdade de Direito. Por ocasião da federalização da Universidade do Paraná, em 1950, durante o governo Dutra, não houve mudanças, e a Escola permaneceu vinculada e mantida pela Faculdade de Direito.

Em 1974, durante o governo militar de Ernesto Geisel, o Conselho Universitário decidiu integrá-la à Universidade Federal do Paraná, vinculando-a ao setor de Ciências Sociais Aplicadas. Neste momento houve modificação da nomenclatura para Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná.

Uma nova mudança de denominação ocorreu em 14 de dezembro de 1990, durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, quando o Conselho Universitário aprovou a reorganização administrativa da Universidade e alterou sua denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Nessa ocasião, a escola ficou vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, sendo que, em novembro de 1997, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Conselho Universitário decidiu por classificá-la como Unidade da UFPR.

A partir do dia 19 de março de 2008, o Conselho Universitário da UFPR autorizou a implantação do IFPR com a consequente desvinculação da ET da UFPR. Desta forma, a ET-UFPR passou a sediar o Instituto Federal do Paraná que foi criado oficialmente na data de 29 de dezembro de 2008, com a aprovação da Lei nº 11.892, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estabeleceu a natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos institutos.

A implantação do Campus do IFPR no município de Barracão gerou perspectivas de expansão do investimento na área de educação para a melhoria do ensino e da qualidade de vida da população de todo o estado do Paraná e vem fomentar novas possibilidades de desenvolvimento social através do ensino, da pesquisa e da extensão com educação pública de qualidade. Existe uma intencionalidade evidente de articulação com a comunidade

regional, cujo objetivo é o fortalecimento da presença do Instituto na região.

Barracão é uma cidade pertencente à Mesorregião Sudoeste Paranaense, região Sul do Brasil, na fronteira com a Argentina, e faz divisa com o Estado de Santa Catarina. A região de Barracão, assim como a do Sudoeste Paranaense, apresenta uma característica histórica singular ligada a questão do estabelecimento das fronteiras entre Paraná e Santa Catarina e Brasil e Argentina.

A questão territorial caracteriza-se por diversas questões ligadas a posse da terra, inicialmente a disputa entre Brasil e Argentina chamada por vezes como Questão de Palmas (1885), a questão do Contestado (1916) e a formação do território do Iguazu (1943). O município de Barracão situa-se numa tríplice fronteira: faz divisa com o município de Dionísio Cerqueira (Estado de Santa Catarina) e Bernardo de Irigoyen (Argentina). É denominada de “divisa seca” formando um “continuum urbano” entre as três cidades, pois somente as ruas servem como divisórias das três cidades.

Em 1914, foi criado um Distrito Judiciário com a denominação de Dionísio Cerqueira, com sede no lugar denominado Barracão, no Município de Clevelândia. A questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina foi resolvida em 1916, com um acordo entre os dois estados. Em função do acordo de limites, Barracão foi dividido em dois, ficando partes sob jurisdição Paranaense e parte Catarinense, separadas apenas por uma linha divisória seca. A parte que ficou no Paraná, permaneceu com o nome de Barracão e a que ficou em Santa Catarina, recebeu a denominação de Dionísio Cerqueira, em homenagem ao seu fundador.

A cidade fundada no lado Argentino, separada apenas pelo Rio Peperi Guaçu, recebeu a denominação de Bernardo Irigoyen. Desta forma, Barracão no Paraná e Dionísio Cerqueira em Santa Catarina parecem formar uma só cidade. Esse aspecto histórico peculiar propõe uma abordagem totalmente diferente com relação ao planejamento e as ações por parte do estado, pois, devido à situação geo-sócio-política de Barracão, faz-se necessário citar os municípios do Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF).

Na região de Barracão, devido ao relevo, salienta-se a atividade no setor agropecuário, formado por pequenas e médias propriedades rurais e utilização de mão de obra familiar. Por ser uma região de fronteira, na dinâmica econômica predomina a atividade comercial, atividades de importação e exportação, destacando-se produtos hortifrutigranjeiros. Devido à variação cambial e estabilidade econômica do Brasil, tem havido crescente procura por produtos variados na cidade argentina.

Diferentemente de tradicionais cidades de fronteira como Foz do Iguazu e Guaira, também no estado do Paraná, os produtos comerciais predominantes são supermercadistas: bebidas, perfumaria, higiene e limpeza; e não eletrodomésticos como em outras fronteiras citadas. No setor industrial destacam-se atividades agroindustriais com produtos como: leite,

frigorífico, oleaginosos e de ração.

Distinguímos assim três eixos diferenciados complementares, o primeiro em Barracão-PR, ligado à pequena produção rural com diversificação produtiva destacando atividades agroindustriais. O segundo eixo refere-se ao lado argentino, esta região da Argentina sobrevive da exploração florestal, do cultivo da erva-mate e da pecuária. Apesar disso, o PIB do departamento é formado em grande parte pelo comércio. Atualmente destacam-se no município argentino as vendas de varejo e atacado, especialmente no setor de supermercados. E o terceiro eixo está relacionado ao Município de Dionísio Cerqueira-SC, grande parte das representações públicas situa-se na cidade de Dionísio Cerqueira, em que existem postos Alfandegários da Polícia e da Receita Federal. Por isso, o município sobressai-se com maior participação do PIB Total e de atividades no setor comercial e de serviços. No setor de comércio e de serviços, destaca-se o município de Barracão, com 69% da produção vinda deste setor.

Nesse contexto, explicita-se a importância do Curso Técnico Integrado em Informática no IFPR Campus Avançado Barracão, com a intenção de fortalecer a vocação regional e ampliar as possibilidades do desenvolvimento social, contribuindo com pesquisas, cursos de extensão e o ensino direcionado para esta característica local voltado ao eixo da informação e comunicação em suas diferentes esferas. Aproveitando-se da organização de pequenos produtores, de uma agricultura comercial diversificada, em Barracão, o comércio atacadista por parte da Argentina e as ações governamentais ligadas aos estabelecimentos por parte de Santa Catarina, constituem uma importante rede que integra todos esses fatores tendo amplo campo de trabalho para profissionais da área de Informática.

1.3.2 A integração do PDI, PPI e PPP

O PDI 2019-2023 é resultado de um processo de construção coletiva, forjado a partir de audiências públicas, discussões, debates, estudos, análises técnicas, nas 26 unidades do IFPR, além da Reitoria, abrangendo todas as dimensões da instituição, e posteriormente consolidados em um documento único e que sofreu atualizações em 2020. Trata-se de uma ferramenta para a gestão, que deve cumprir o papel de orientar a Instituição em aspectos como a sua filosofia de trabalho, a missão que se propõe, seus objetivos estratégicos e as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, sendo conduzido a partir de sua Missão, Visão e Valores. O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) compõe o PDI e “tem por finalidade indicar caminhos, descrever princípios e meios operacionais para se cumprir a missão do IFPR” (PDI, 2020, p. 209). O PPI também indica as principais concepções de educação que devem se constituir como bússola e embasar os documentos do campus, bem como as práticas pedagógicas, projetos e ações institucionais, sempre na perspectiva do compromisso coletivo com a educação. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que o Projeto

Político Pedagógico do campus é documento que deve estar em constante análise e reflexão e que, no momento, encontra-se em revisão e atualização, no qual são realizadas discussões a partir de resultados de consulta à comunidade escolar e sociedade. Nesse movimento necessário de construção e reflexão permanente, busca-se constituir a partir do PDI e PPI do IFPR, tomando-os como referência tanto nos aspectos relacionados às concepções educativas, como também no que diz respeito ao planejamento institucional e materialização das políticas estruturadas na instituição.

Neste sentido o CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO segue as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional, o qual orienta quanto à função social, no que tange a proporcionar uma formação humanística e integral, na qual os conhecimentos partam da prática social e que a ela retornem transformando-a, além de contribuir na formação de cidadãos comprometidos com a realidade social, além disso, ou no viés do atendimento à sociedade, o empreendedorismo e a inovação, itens fortemente elencados como fundamentais aos novos profissionais, cujas características apresentam-se como o comprometimento, liderança e visão, pretende-se alcançá-los através da proposição de projetos de pesquisa e extensão, relacionados com as propostas pedagógicas do curso.

Assim, nessa forma de educação profissional, são contemplados os conteúdos de Formação Técnica e os de Formação Geral, de maneira contextualizada e integrada, procurando desenvolver metodologias e práticas educativas integradoras do teórico-prático e complementadoras do saber-fazer. O currículo do curso tem como diretriz a formação humana e a formação profissional, isto é, formação ética, política e estética para combater as ações que venham reforçar a opressão de uns sobre outros ou degradar a relação do ser humano com a natureza.

1.3.3 A criação do curso no campus

A criação do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio está inicialmente inserida no compromisso social da Instituição em contribuir com o desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná. O curso contribuirá para o aperfeiçoamento do quadro socioeconômico local no tocante a geração de empregos nos setores interligados à área em seus mais amplos aspectos, no crescimento da utilização dos recursos naturais e potencialidades da região, na apropriação de conhecimentos técnicos que auxiliem na sua melhoria qualitativa, dentre outros aspectos em que a computação é inserida como ferramenta, subsidiando grandes empresas da região.

A região possui população com perfil jovem, o que pode motivar formação e a fixação de mão de obra qualificada na realidade local, evitando o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Esse é um desafio que toda comunidade acadêmica do Campus

Avançado Barracão se compromete, pois a elaboração contextualizada desse curso abrangerá de forma sistematizada, competências, habilidades e conhecimentos necessários aos egressos do Curso. Dessa forma, eles poderão atuar na sociedade e inserir-se no mundo do trabalho de forma crítica e reflexiva. Além da formação integral desses jovens, que buscam muito mais que a conclusão do ensino médio, mas trazem consigo a expectativa de uma inserção qualificada nas suas relações sociais particulares e profissionais.

Aliado a isso temos o setor de comércio atacado e varejo, bem como o setor de transportes cuja utilização da Informática como ferramenta facilitadora é uma realidade que traz dinamismo e possibilidades de expansão, necessitando sempre de profissionais competentes e atuantes.

A implantação do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio também encontra justificativa na medida em que forma profissionais de nível médio, com formação científica e tecnológica sólidas, os quais possuem flexibilidade para as mudanças e são capazes de acompanhar os avanços da tecnologia e dos conhecimentos científicos, a partir do acesso à educação continuada. Certamente, a oferta do Curso poderá contribuir muito para a expansão e implantação de novos empreendimentos de pequeno e médio porte na região, bem como promover e criar condições para os diferentes setores da economia com perspectivas de permanência e sustentabilidade na atividade, reduzindo o fluxo migratório e, ao mesmo tempo, promovendo a criação de novos empregos e geração de renda.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Avançado Barracão, pertencente ao Campus Capanema, explicita-se a importância do Curso Técnico Integrado em Informática pela vocação regional e necessidade de ampliação das possibilidades de desenvolvimento social. Tal fato contribui com pesquisas, cursos de extensão e o ensino direcionado para as características locais, que envolvem a agricultura comercial diversificada. Barracão localiza-se a 80 km de Capanema, pela PR 163. O Campus Avançado de Barracão iniciou-se com oferta de cursos FIC e, posteriormente, para cursos Técnicos Integrado do nível médio e cursos de Educação à distância (EAD).

O Campus Avançado Barracão, iniciou suas atividades junto a comunidade no ano de 2015, com o Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, ofertando no momento quarenta vagas (40) vagas. Atualmente o Campus possui quatro turmas do respectivo curso com o total de cento e quatorze (114) estudantes. O colegiado do Campus é composto por quinze (15) docentes com dedicação exclusiva (DE) e mais dois (2) docentes 20h, sendo três das áreas técnicas (administração e informática) e os demais, ligados ao núcleo comum.

A instituição vem construindo uma excelente relação com a comunidade, destacando-se em suas atividades e ações realizadas, fatos que podem ser observados nos dados apresentados nos últimos processos seletivos, em relação ao número de inscritos nos mesmos. Aliado a este fato há a importante relação que o Campus tem com as lideranças

locais através de leais parcerias, auxiliando a Instituição de maneira a interligar toda e qualquer ação às atividades regionais favorecendo assim toda comunidade da fronteira. Ressalta-se ainda que o ensino público e de qualidade que são premissas do IFPR têm sido um forte atrativo da comunidade que se preocupa com a qualidade do ensino e dos futuros profissionais que serão formados por essa Instituição.

A implantação do curso integrado de nível médio técnico foi justificada pela intensa procura de candidatos nos processos seletivos anteriores, bem como, pela pesquisa elaborada junto à comunidade estudantil e comercial para identificar essa nova possibilidade. Ao realizar essa pesquisa priorizou-se identificar o nível de interesse da comunidade da cidade de Barracão e região, relativo ao desejo na oferta de Cursos de nível técnico integrados ao ensino médio e em qual segmento, devido ao comprometimento do IFPR – Campus Avançado Barracão em relação aos serviços ofertados à comunidade.

A atualização do curso integrado proposta aqui: de três para quatro anos e com ajustes curriculares, tem por intuito prevenir que os estudantes tenham que realizar atividades obrigatórias no período da tarde, o que inviabiliza a presença de uma parte significativa dos estudantes por residirem em cidades vizinhas e por vezes ainda atrapalha a colaboração de prefeituras da região com o transporte público. Além disso o curso de administração ofertado no campus também tem a duração de quatro anos, o que permite paridade entre os técnicos ofertados pelo campus.

O Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio segue as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), orientando quanto a função social e proporcionando uma formação humanística e integral, na qual os conhecimentos iniciem da prática social e que a ela retornem transformando-a, além de contribuir na formação de cidadãos comprometidos com a realidade social, autônomos e empreendedores.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O curso Técnico em Informática tem por objetivo a formação de profissionais em Nível Médio para atuar no mercado de trabalho com manutenção de computadores, instalação e configuração de redes de computadores de pequeno porte e no desenvolvimento e manutenção de sistemas computacionais.

Promover um processo formativo que garanta aos educandos uma sólida formação humana, que lhes possibilite uma inserção plena enquanto cidadãos solidários e críticos,

uma formação profissional como Técnicos em Informática que os qualifique para atuar em quaisquer empresas públicas e privadas, e em outros setores da atividade econômica da região, bem como com competências e habilidades para a inserção social intensa e articulada na construção de processos de desenvolvimento regional e local de caráter multidimensional.

Dessa forma, busca-se a promoção de um processo formativo que garanta aos educandos uma sólida formação humana que lhes possibilite: a inserção plena enquanto cidadãos solidários e críticos e a formação profissional como Técnicos em Informática que os qualifique para atuar em empresas públicas e privadas, e em outros setores da atividade econômica da região.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar profissional de nível técnico com capacidade para instalar sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para desktop e servidores, desenvolver e documentar aplicações para desktop com acesso a web e a banco de dados, realizar manutenção de computadores de uso geral, instalar e configurar redes de computadores locais de pequeno porte;

Capacitar profissional para atuar no mercado de trabalho globalizado, que seja possuidor de um pensamento sistêmico, mas, aberto, criativo, e intuitivo, capaz de adaptar-se às rápidas mudanças sociais e tecnológicas, promovendo a integração entre a formação humana e a formação técnica e científica;

Contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel social com vistas à mudança da própria condição social, a partir de sua atuação como profissionais e como membros da comunidade;

Oferecer formação integrada de nível médio, articulando a teoria à prática, proporcionando aos estudantes conhecimentos técnicos e humanísticos, tornando-os capazes de contribuir para o desenvolvimento regional;

Integrar o ensino ao trabalho, oportunizando o desenvolvimento das condições para a vida produtiva através das atividades de extensão e pesquisa, assim como nos estágios obrigatórios inserindo o indivíduo no meio social para aplicação dos saberes adquiridos previamente.

3 CONCEPÇÃO DO CURSO

Ao tratar das bases conceituais do Curso Técnico em Informática, é válido tomar como ponto de partida a Constituição Federal, a qual, em seu art. 6º, já estabeleceu como direitos sociais, a educação e o trabalho, entre outros. Demarcar esse artigo e entendê-lo como parte integrante do arcabouço legal que representa a lei máxima do nosso país, significa romper com qualquer lógica que possa tentar negar a importância e o valor da educação profissional, a qual tem em sua essência justamente esses dois elementos: educação e trabalho.

Reconhecendo o valor inegável da educação profissional no desenvolvimento da nação, faz-se necessário lançar mão de bases teóricas que permitam materializar uma formação educacional que desafie a lógica excludente e trabalhe para o desenvolvimento integral do potencial dos seus cidadãos.

Em vista disso, busca-se efetivar a proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com vistas à integração curricular, na perspectiva de uma proposta inspirada nos princípios da “educação politécnica”. Nesse sentido, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p.21), com base em Saviani (1997) afirmam que

O ensino médio integrado ao ensino técnico, conquanto seja uma condição social e historicamente necessária para a construção do ensino médio unitário e politécnico, não se confunde totalmente com ele porque a conjuntura do real assim não o permite. Não obstante, por conter os elementos de uma educação politécnica, contém os germens de sua construção.

Nessa perspectiva, busca-se considerar, na organização do currículo, os elementos que permitam a efetivação de uma proposta inspirada na politecnia. Tendo em vista essa concepção, na perspectiva de integração curricular, a organização do currículo pretende romper com a mera soma de dois cursos (Ensino Médio + Técnico) e sim, explicitar um esquema curricular que contemple a formação integrada e articulada de conhecimentos de caráter geral, os quais se desdobram originando campos específicos, conforme o processo produtivo em que estão inseridos.

Com vistas a essa concepção, toma-se o “trabalho como princípio educativo”, tendo importante ressaltar que,

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la.

Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. O trabalho também se constitui como prática econômica, obviamente porque nós garantimos nossa existência produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Na sociedade moderna a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização. Mas sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à simples formação para o mercado de trabalho. Antes, ela incorpora valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana. Portanto, formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. (RAMOS, [s.d.], p.4-5, grifos nossos).

Em face destas premissas a concepção de educação aqui pautada assinala a perspectiva, de formação humana, omnilateral e integral (e integrada em sua forma e conteúdo).

Ao pensar um currículo que visa à articulação entre conhecimentos gerais e específicos cabe pontuar que no currículo que integra formação geral, técnica e política, o estatuto de conhecimento geral de um conceito está no seu enraizamento nas ciências como leis gerais que explicam fenômenos. Um conceito específico, por sua vez, configura-se pela apropriação de um conceito geral com finalidades restritas a objetos, problemas ou situações de interesse produtivo. (RAMOS, 2012, p. 121).

A partir desses princípios, buscou-se que, no âmbito da organização curricular por componentes, aqueles relativos aos conhecimentos gerais estabeleçam uma relação orgânica com aqueles que abrangem os conhecimentos específicos, sendo que esses componentes devem estar assentados nas dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Logo, é válido ressaltar outro aspecto importante do currículo, que diz respeito à interdisciplinaridade.

O artigo terceiro da Resolução CNE/CP n. 01/2021 apresenta como um dos princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica a “interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular”. (RESOLUÇÃO CNE/CP N. 01/2021, p. 2)

Ramos (2012, p. 117) considerando que na organização do currículo integrado “[...] conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender”, é por meio dos componentes curriculares que se torna

possível à apropriação dos conhecimentos considerando sua “especificidade conceitual e histórica”. Desse modo,

a interdisciplinaridade, como método, é a reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas. Isto tem como objetivo possibilitar a compreensão do significado dos conceitos, das razões e dos métodos pelos quais se pode conhecer o real e apropriá-lo em seu potencial para o ser humano. (RAMOS, 2012, p. 117).

Ao tratar dos fundamentos do currículo integrado, Ramos (2012, p. 120) destaca que, do ponto de vista da dialética, “a integração de conhecimentos se faz com o objetivo de reconstruir totalidades pela relação entre as partes”. Logo, não havendo como o currículo abranger a totalidade da realidade, é necessário eleger “os conceitos que expressam as múltiplas relações que definem o real”. Daí a necessidade de determinar “disciplinas, conteúdos, problemas, projetos, etc. [...]”.

Em face dessa perspectiva, a organização do currículo não ocorre a partir de competências. Nesse sentido, recorremos a Ramos (2012, p. 108), a qual afirma que “o sentido das competências, por sua vez, é delimitado pela utilidade que têm os conhecimentos na realização de ações práticas.” Dessa forma, o desenvolvimento de competências pode ser uma “consequência e não um conteúdo em si”. (RAMOS, 2012, p. 119).

Nessa direção, Ramos (2012, p. 115) chama atenção para três princípios que fundamentam filosoficamente a organização do currículo integrado: o primeiro princípio implica em conceber o “homem como ser histórico-social”, o qual está diretamente ligado a premissa do trabalho como elemento central na produção da existência humana. Um segundo princípio diz respeito à ideia de totalidade, compreendendo que “a realidade concreta é uma totalidade, síntese de múltiplas determinações”. Para Ramos (2012, p.115), o currículo integrado carrega a “possibilidade de se compreender o real como totalidade”.

Destes dois princípios eleva-se um terceiro, que implica “em compreender o conhecimento como uma produção do pensamento pela qual se apreende e se representam as relações que constituem e estruturam a realidade”. (RAMOS, 2012, p. 116).

Esses três pressupostos validam a proposta de currículo integrado preconizada pela autora, da qual compartilhamos neste PPC. Trata-se de:

possibilitar às pessoas compreenderem a realidade para além de sua aparência fenomênica. Sob essa perspectiva [contrária à pedagogia das competências], os conteúdos de ensino não têm um fim em si mesmos nem se limitam a insumos para o desenvolvimento de competências. Os conteúdos de ensino são conceitos e teorias que constituem sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem. (RAMOS, 2012, p.115).

No que diz respeito à pesquisa, cabe destacá-la como um princípio pedagógico e, nessa perspectiva, o Parecer CNE/CEB n. 5/2011 orienta acerca da necessidade de tomar a pesquisa enquanto um princípio pedagógico e que esta faça parte de toda a escolarização dos sujeitos que “vivem/viverão do próprio trabalho”. O sentido dessa premissa justifica-se pelo fato de que a pesquisa

instiga o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, possibilitando que o estudante possa ser protagonista na busca de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos. Essa atitude de inquietação diante da realidade potencializada pela pesquisa, quando despertada no Ensino Médio, contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas em um processo autônomo de (re)construção de conhecimentos. (PARECER CNE/CEB n. 5/2011, p. 22).

Assumir a Educação Profissional na sua forma integrada ao Ensino Médio implica orientar-se a partir de um projeto de sociedade que visa à garantia dos direitos sociais a todos os sujeitos, assim como a busca de uma sociedade onde prevaleça a justiça, contrária às formas de desigualdades engendradas sob o modo de produção capitalista.

Ao tratar de um projeto de sociedade que pretende contribuir na superação das desigualdades e injustiças que são evidentes em nossa sociedade, onde vige o modo de produção capitalista, torna-se imprescindível vislumbrar também, um projeto de educação que possa ajudar a criar as condições necessárias às mudanças sociais que desejamos. Portanto, é nessa direção que a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional tem seus propósitos definidos. Contudo, destaca-se que a concepção da qual essa formação integrada se apoia, alinha-se ao pensamento de Ramos, onde ela defende uma educação unitária, politécnica e omnilateral, e apresenta os “dois pilares conceituais de uma educação integrada”:

um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional. É importante destacar que politecnia não significa o que se poderia sugerir a sua etimologia, a saber, o ensino de muitas técnicas. Politecnia significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas. (RAMOS, [s.d.], p.3).

A Resolução CNE/CP n. 01/2021, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, também indica como um dos princípios que devem nortear a oferta de cursos estabelecidos por essa norma legal, a “centralidade do

trabalho assumido como princípio educativo[...]”, indicando a necessária integração com a ciência, a cultura e a tecnologia.

Quanto a essa questão, Ramos ([s.d.]) entende que o trabalho, a ciência e a cultura são dimensões da vida humana, e que a integração dessas dimensões é que pode proporcionar a formação omnilateral dos sujeitos.

Nessa perspectiva, a autora trata do “duplo sentido do trabalho – ontológico e histórico”, e salienta que, ao apontar o trabalho como princípio educativo, não se trata de formar para o mercado de trabalho. Ao contrário disso, trata-se de proporcionar às pessoas uma formação capaz de concentrar seus esforços na “compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas”, de compreender os fundamentos científicos e tecnológicos que edificam os processos produtivos, além de formar para que os sujeitos possam exercer com autonomia uma profissão. (RAMOS, [s.d.], p. 5).

As diretrizes curriculares nacionais também estabelece como princípio orientador para a educação profissional e tecnológica o

estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social. (RESOLUÇÃO CNE/CP n. 1/2021, p. 2).

Ao tomar a pesquisa como princípio pedagógico atribui-se ao docente o papel essencial na adoção de estratégias pedagógicas que atuem nessa perspectiva de validade da pesquisa no processo de formação dos estudantes, permitindo que ampliem seus olhares acerca da realidade social, além de possibilitar maior envolvimento com a comunidade.

para a pedagogia histórico-crítica, [...], conteúdo e método formam uma unidade, sendo que as escolhas são definidas pelos interesses dos dominados, posto que a escola visa garantir aos trabalhadores o acesso ao saber sistematizado e a sua efetiva apropriação. (RAMOS, 2011, p. 62).

Ramos (2011, p. 63) recorre à Saviani para apresentar o “método histórico-crítico de educação” por ele proposto, o qual implica os seguintes passos:

a) prática social (comum a professores e alunos) [...];

- b) problematização (identificação dos principais problemas da prática social) [...];
- c) Instrumentalização (apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social) [...];
- d) catarse (efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social);
- e) prática social.

Com base nessa perspectiva pretende-se buscar as respostas aos desafios cotidianos acerca das escolhas metodológicas que permitirão dar materialidade ao currículo, em um processo que se constrói na dialogicidade com os pares e exige constante análise e reflexão, tendo em vista práticas pedagógicas que se caracterizem pela coerência metodológica e potencial transformador.

Para isso, a organização curricular desenvolve-se a partir dos seguintes princípios:

Transversalidade: a transversalidade diz respeito ao diálogo permanente que deve existir entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente nas ações de ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e abrange aspectos socioeconômicos e culturais. A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica.

Verticalização: a verticalização extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis tendo a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um rico e diverso diálogo entre as formações. A constituição dos componentes curriculares do Curso Técnico em Informática integra-se nesse fluxo que permite a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da Educação Profissional e Tecnológica do IFPR, os quais incluem: qualificação profissional, de graduação e de pós-graduação.

Flexibilidade: um dos objetivos basilares da formação profissional e tecnológica é derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico,

buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho.

Integração: a formação humana, cidadã, precede à qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção da Educação Profissional e Tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. Portanto, no IFPR, o estudante e o docente são partícipes de um mesmo processo, com papéis diferentes, no qual os saberes são objetos da interação. Os princípios metodológicos são fundamentais para se compreender o papel dos agentes envolvidos nas diferentes situações de ensino-aprendizagem possível a partir do acima exposto.

Interdisciplinaridade: A proposta curricular adotará a articulação de projetos disciplinares e interdisciplinares. No entanto, considerando que a produção científica nos dias de hoje transita na eliminação de barreiras entre os diferentes campos do conhecimento, busca-se constituir elementos para a implementação de projetos transdisciplinares, nos quais novos campos do conhecimento são construídos, superando as lógicas formais das disciplinas e integrando o conhecimento.

Em síntese, buscou-se apresentar os elementos que estão na base da organização curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, buscando propor um percurso pedagógico que contribua para uma formação que se coloque em oposição aos interesses do capital e que, conforme salienta Ramos ([s.d.], p. 23) não “seja para o mercado de trabalho ou para a vida”, mas sim, uma “formação pelo trabalho e na vida”.

4 PERFIL DO EGRESSO

O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná - Campus Avançado Barracão visa a formação de profissionais egressos com competência técnica e tecnológica em sua área de atuação, que sejam capazes de se inserir no mundo do trabalho de modo comprometido com o desenvolvimento regional sustentável; Com formação humanística e cultural a geral integrada à formação técnica, tecnológica e científica; Que atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável; Que saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes e sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.

O egresso do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio estará apto a

desenvolver as atividades profissionais na área da Informática, tendo condições de¹:

- Desenvolver sistemas computacionais utilizando ambiente de desenvolvimento.
- Realizar modelagem, desenvolvimento, testes, implementação e manutenção de sistemas computacionais.
- Modelar, construir e realizar manutenção de banco de dados.
- Executar montagem, instalação e configuração de equipamentos de informática.
- Instalar e configurar sistemas operacionais e aplicativos em equipamentos computacionais.
- Realizar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática.
- Instalar e configurar dispositivos de acesso à rede e realizar testes de conectividade.
- Realizar atendimento help-desk.
- Operar, instalar, configurar e realizar manutenção em redes de computadores.
- Aplicar técnicas de instalação e configuração da rede física e lógica.
- Instalar, configurar e administrar sistemas operacionais em redes de computadores.
- Executar as rotinas de monitoramento do ambiente operacional.
- Identificar e registrar os desvios e adotar os procedimentos de correção.
- Executar procedimentos de segurança, pré-definidos, para ambiente de rede.

Para atuação como Técnico em Informática, são fundamentais os conhecimentos e saberes relacionados aos processos de planejamento e execução de projetos computacionais de forma a garantir a entrega de produtos digitais, análise de softwares, testagem de protótipos de acordo com suas finalidades e conhecimentos e saberes relacionados às normas técnicas, à solução de problemas técnicos e à assertividade na comunicação de laudos e análises.

4.1 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Após a integralização dos componentes curriculares do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, modalidade presencial, o egresso receberá o Diploma de Técnico em Informática do eixo tecnológico Informação e Comunicação, assim como o Histórico Escolar de conclusão do Ensino Médio.

1 Conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=82>. Acesso em: 14 jun. 2023.

4.2 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO

O egresso do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus Avançado Barracão poderá atuar em empresas de desenvolvimento de sistemas; departamento de desenvolvimento de sistemas em organizações governamentais e não governamentais, empresas de consultoria, empresas de soluções em análise de dados e como profissional autônomo.

4.3 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

Conforme a resolução IFPR nº 23, de 23 de julho de 2021 que dispõe sobre a Política de Acompanhamento de Egressos nos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em todos os níveis e modalidades, os campi, por meio dos grupos de acompanhamento local dos egressos, precisam continuamente fomentar ações de aproximação com os estudantes concluintes e egressos, seja por eventos ou pesquisas. Nesse sentido, o campus constituirá uma Comissão Local de Acompanhamento do Egresso, que será responsável, a nível de campus, por acompanhar, através de ferramentas como formulários e e-mails, mensagens instantâneas, entre outros, a continuidade da vida acadêmica e profissional dos egressos, a fim de permitir o uso destas informações coletadas como ferramenta de tomadas de decisões quanto a modificações no PPC do curso, abertura de outros cursos, entre outros.

4.4 REGISTRO PROFISSIONAL

Não se aplica.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 ESTRUTURA CURRICULAR

A organização do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio busca atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB n. 03/2018), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CP nº. 01/2021) sob a luz da Resolução CONSUP/IFPR Nº 64, de 23 de março de 2022, que estabelece as diretrizes para a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma de oferta integrada. E tem como princípio educativo a relação entre teoria e prática, dessa forma o processo pedagógico está centrado em aulas teóricas, seminários, visitas técnicas, pesquisas, estudos de caso, desenvolvimento de projetos, entre outros.

Neste sentido, a formação profissional do Técnico em Informática considera o trabalho como eixo norteador de todas as relações que se estabelecem no processo de ensino-aprendizagem e na discussão do currículo necessária para a constituição desse profissional. A prática profissional permeia todo o curso, sendo uma forma de propiciar uma convivência mais consistente do aluno com a área de atuação. O estágio supervisionado na área de Informática é obrigatório. O aluno poderá, de forma optativa, realizar estágios não obrigatórios, a fim de integrar-se efetivamente ao mundo do trabalho, estabelecendo relações entre o saber aplicado no exercício da atividade profissional e o saber sistematizado em sala de aula.

O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio tem duração de quatro anos e sua organização curricular se estrutura por componentes (as quais têm como referência os campos da ciência), englobando um amplo conjunto de conhecimentos sistematizados, considerando as áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias (que abarca os componentes de Artes, Educação Física, Língua Espanhola, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias (que abarca os componentes Biologia, Física e Química) e Ciências Humanas e Sociais aplicadas (que abarca os componentes de Filosofia, História e Sociologia) todas elas integradas e direcionadas à área de Informática e somadas a alguns componentes mais específicos e necessários à formação profissional do Técnico em Informática. Estes conhecimentos se configuram nos conteúdos de ensino (conceitos e teorias), tendo como fundamento básico a formação de uma pessoa com capacidade de leitura da realidade social e caracterizando-se como um profissional comprometido com as questões sociais e ambientais.

A fim de atender o tripé ensino, pesquisa e extensão, um dos princípios dos Institutos Federais, existe a possibilidade de participação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por docentes e técnicos administrativos em educação. Estes são desenvolvidos em momentos distintos daqueles destinados à carga horária dos componentes curriculares e visam ao desenvolvimento educacional por meio de reflexão, ação, inovação e integração de conhecimentos em articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, com vistas à transformação das condições concretas da vida dos/as estudantes e da sociedade.

5.1.1 Conteúdos curriculares

5.1.1.1 Obrigatórios

O currículo contempla os componentes curriculares obrigatórios, conforme os artigos 35-A e 26 da lei nº 9394/1996: Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa e Educação

Física, distribuídos ao longo da organização curricular do curso. A Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 determinam que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de sociologia, educação artística, literatura e história brasileiras. Essas ações são articuladas através do NAC do campus e regulamentadas pela Resolução do CONSUP/ IFPR nº 69/2017. Ademais, as artes visuais, dança, música e teatro, conforme §6º do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996, estão contempladas no currículo como linguagens que constituem o componente curricular da Arte, e são fomentadas pela instituição através do Portal de artes do IFPR. Na mesma perspectiva, o currículo do curso abrange os estudos do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil, conforme §1º do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 e o ensino da História do Brasil conforme §4º do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996, assim como estudos e práticas de sociologia e filosofia, conforme o §4º do artigo 35-A da Lei nº 9.394/1996.

Os conteúdos obrigatórios, educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, educação no trânsito, educação ambiental, educação em direitos humanos, relações étnico-raciais, serão trabalhados de forma transversal e integrada, constando nas ementas dos componentes curriculares e serão abordados ao longo do período letivo.

Além destes, o curso contemplará o trabalho com conteúdos relativos aos Direitos humanos e prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, como tema transversal, conforme prevê a LDBEN nº 9.394/96 (alterada pela Lei nº 13.010/14) em seu artigo 26, parágrafo 9, tendo como diretriz a Lei nº 8.069/90, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dessa forma, os conteúdos e temáticas obrigatórias em decorrência da legislação citada anteriormente, e de forma transversal e integradora, na medida do possível estão incluídos nas Ementas dos Componentes Curriculares, considerando a relação destes com o objeto de estudo de cada componente. Nesse sentido, o trabalho com esses conteúdos e temáticas terá uma abordagem contextualizada, que permita a problematização, visando à apropriação deles a partir de suas especificidades. Ainda, os temas serão abordados, sob mediação da Direção Adjunta e Seção de Ensino, junto ao colegiado do curso, por meio de palestras, seminários, pesquisas, visitas técnicas, entre outros.

5.1.1.2 Exibição de filmes de produção nacional

A Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014, acrescenta o artigo 8º ao artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), obrigando a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica, por, no mínimo, duas horas mensais. Tendo em

vista a referida legislação e, considerando a importância do cinema nacional e a necessidade de pensar a relação entre cinema e escola, optou-se por uma abordagem ampla, organizada por meio de projeto a ser implementado de forma colaborativa entre os docentes responsáveis pelos diversos componentes curriculares do curso, bem como com o apoio de outros servidores que atuam mais diretamente com as questões pedagógicas do curso.

O projeto será estruturado sob a responsabilidade das Coordenações dos Cursos Técnicos Integrados em Informática e Administração, e da Seção de Ensino do campus, exigindo o envolvimento de todos os docentes e equipe pedagógica e observando as seguintes diretrizes:

- A seleção de filmes deverá ser realizada pelos colegiados dos cursos, buscando a ampliação da reflexão sobre o filme, possibilitando um olhar mais diverso sobre a temática abordada;
- A exibição dos filmes deve contemplar os estudantes do curso;
- A cada filme exibido admitir-se-á a possibilidade de convidado comentador, o qual poderá ser do corpo de servidores do campus ou externo, cujo objetivo será de problematização e reflexão acerca dos principais aspectos do filme, do ponto de vista dos seus elementos fundamentais e do roteiro da obra.

5.2 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A organização do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio baseia-se em alguns pressupostos, entre eles, a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura; a pesquisa como eixo orientador da prática pedagógica; a indissociabilidade entre teoria e prática e a interdisciplinaridade como forma de superação da fragmentação entre as diversas áreas do conhecimento. O objetivo do processo educativo é proporcionar uma formação integral que possibilite o acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos e impulse a reflexão crítica sobre o contexto histórico-social e o mundo do trabalho, desenvolvendo a liberdade e a autonomia intelectual do estudante para que este consiga, por si próprio, formar-se ou buscar a formação necessária na construção de seu itinerário profissional. Além disso, alguns princípios metodológicos norteiam as ações formativas no IFPR, especialmente:

I – A relação entre teoria e prática, visto que o conhecimento é resultado desse entrelaçamento bem como da articulação entre sujeito e objeto. Neste sentido, busca-se a superação do trabalho educativo enquanto simples contemplação ou absorção passiva de sistemas explicativos complexos, permitindo que os alunos vivenciem situações significativas no processo de aprendizagem.

II – A relação entre unidade e totalidade: trabalhar com fatos, acontecimentos ou fenômenos significa elevar o conhecimento à categoria de representação da realidade. Isso não significa fragmentar o objeto de estudo, mas especificar unidades a partir da sua relação com o todo; a relação entre a unidade e a totalidade mostra que a fragmentação deixa lacunas no aprendizado, dificultando a compreensão dos conteúdos pelo estudante. É necessário organizar o processo pedagógico de modo a articular momentos multidisciplinares, absolutamente necessários enquanto resposta à necessidade de formalização, a momentos de transdisciplinaridade, enquanto espaços de articulação com as práticas de trabalho, sociais e culturais.

Esses dois princípios metodológicos devem estar consubstanciados na organização curricular do curso Técnico em Informática. Este deve proporcionar aos estudantes uma formação teórica e prática, de modo a contribuir para a sua formação integral como sujeito consciente, atuante, crítico e criativo e como profissional responsável e competente para desempenhar plenamente seu papel social, político e econômico na sociedade.

Nessa perspectiva, a metodologia utilizada privilegia a contextualização e a interdisciplinaridade fazendo conexões com diferentes campos do conhecimento, procurando sempre uma eficaz intervenção na realidade, principalmente a regional. Dessa forma, o processo pedagógico estará centrado em aulas que articulam teoria e prática, seminários, visitas técnicas, saídas de estudo, aulas de campo, atividades individuais e em grupos, jogos, estudos de caso, desenvolvimento de projetos, as quais permitem a elaboração de hipóteses, resolução de problemas e formulação de propostas de intervenção, além da utilização ampla e diversificada dos espaços pedagógicos do campus, da sala de aula ao uso dos laboratórios e da biblioteca, entre outros. Nesse sentido, a formação profissional do Técnico em Informática considera o trabalho como eixo norteador de todas as relações que se estabelecem no processo de ensino aprendizagem e na discussão do currículo necessário para a constituição desse profissional.

Com base no exposto, a metodologia de ensino constituir-se-á de práticas pedagógicas que possibilitem a apresentação dos conteúdos que serão ministrados, com o fim de serem atingidos os objetivos a que o curso se propõe. Todos os processos educativos, assim como suas respectivas metodologias e meios, têm por base a concepção de educação como elemento de transformação pessoal e social. Sendo assim, o planejamento e a execução das atividades de ensino, direcionados à formação de profissionais qualificados e com responsabilidade social, serão desenvolvidos numa perspectiva de construção da cidadania, de forma a contribuir como alavanca para a inclusão social. O compromisso do processo educativo é o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de destaque dos sujeitos envolvidos nesse processo.

O curso de Técnico em Informática do IFPR - Campus Avançado Barracão, pretende

estimular seus alunos a realizarem diversas atividades articuladas ao ensino técnico, tais como monitoria, pesquisa e atividades de extensão. Além disso, pretende-se oferecer aos estudantes atividades de complementação de aprendizagem ao longo do curso, para que todos tenham os conceitos mínimos necessários para a aquisição de novos conhecimentos. Os estudantes do curso terão disponíveis, na medida do possível, para o acompanhamento do seu aprendizado, entre outros: programas de atendimento extraclasse, atuação de equipe multidisciplinar/multiprofissional, apoio pedagógico e assistência social e atividades de complementação de aprendizagem.

Por fim, serão exploradas as diferentes formas de trabalhar os conteúdos, utilizando as mais variadas técnicas como aulas expositivas e dialógicas, trabalhos práticos e escritos em grupo e individuais, visitas técnicas, seminários, estudos dirigidos, palestras, debates, sendo todas elas instrumentalizadas por quadro, transparências, projetor multimídia, vídeo, uso do laboratório de informática, livros, periódicos, dentre outros.

5.3 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

Os discentes e docentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio serão incentivados à participação em programas de bolsas da Pró-Reitoria de Extensão Pesquisa e Inovação - PROEPI que estimulem a iniciação científica com ênfase no desenvolvimento tecnológico e na inovação, como produto final, preferencialmente no registro de patentes, assim como em ações de interação dos estudantes em atividades culturais, priorizando os saberes locais.

Um dos pilares centrais da proposta educacional adotada pelos institutos federais é a defesa de uma concepção holística da formação de seus estudantes, baseada na busca pela oferta de elementos que permitam a reflexão crítica acerca da sociedade na qual são chamados a intervir diariamente, e na promoção de métodos pedagógicos que consagrem a indissolúvel integração entre ensino, pesquisa e extensão, como estratégia privilegiada para a consecução das metas propostas no presente documento. Ao conceber que esta tríplice relação estabelece uma unidade de sentido entre o conhecimento transmitido culturalmente, a realidade concreta dos educandos e a produção do conhecimento inédito, deve-se admitir que a instituição formadora esteja cumprindo o seu papel na formação humana integral, sintonizada com os reais problemas da sociedade e, conseqüentemente, compromissada com a responsabilidade ética, social e ambientalmente constituída a favor do ser humano, em vez da produção de um saber desinteressado, voltado apenas para o aprimoramento da técnica e da ciência.

Nesse sentido, em complemento à transmissão dos conhecimentos teóricos no ambiente de sala de aula, o Campus Avançado Barracão busca incentivar sua aplicação

prática através da participação, sob orientação direta do corpo docente e/ou técnico, no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão formulados a partir da interação direta e constante com os próprios estudantes e com a comunidade na qual estão inseridos, de acordo com as diretrizes descritas na resolução do CONSUP/IFPR nº 58/2019. Deste modo pretende oferecer, à parte da formação integral dos discentes matriculados no Curso Técnico em Informática, oportunidades de resolução de problemas básicos do cotidiano da região da trifronteira através da realização de pesquisas aplicadas, nas quais serão utilizados todo o conhecimento acadêmico previamente adquirido pelos servidores do campus.

Esse vínculo regional, também proporciona a possibilidade da criação e participação dos estudantes em grupos de pesquisas voltadas para o desenvolvimento das comunidades que circundam o campus. Pretende-se, neste sentido, que as pesquisas realizadas no âmbito do curso busquem privilegiar o tratamento de temas concernentes aos municípios de Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Bom Jesus do Sul, no Paraná, e também Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, Bernardo de Irigoyen, na Argentina, e demais pequenos municípios adjacentes atendidos pelo Campus, fazendo com que os discentes interessem-se prioritariamente na resolução de questões que digam respeito de modo direto à sua vida e de seus familiares. Conjuntamente concordando com o entendimento de que o conhecimento científico queda nulificado caso não seja tornado público a toda a comunidade que constitui, afinal, a razão de existir do campus bem como de todos os demais que constituem a rede federal de ensino, pretende incentivar a organização e realização de eventos de extensão capazes de levar para fora dos muros institucionais os resultados obtidos a partir das pesquisas internamente realizadas, sempre que possível apresentando meios práticos para sua aplicação no cotidiano.

Do mesmo modo, tais eventos constituirão oportunidade privilegiada de debate e troca de experiências com estudantes da área oriundos de outras instituições de ensino, as quais serão convidadas a contribuir ativamente com a produção de conhecimento realizado por nossos estudantes, fiéis à premissa de que torna-se útil e necessário o incentivo a todas as formas de intercâmbio possível entre os diversos centros de ensino e pesquisa do país.

Para além dos eventos de extensão organizados pelos docentes envolvidos no Curso Técnico em Informática, entende-se que o incentivo à formação de grupos de estudos, debates e troca de experiências constitui uma das estratégias mais eficazes para a produção de conhecimento científico e tecnológico de qualidade e útil à sociedade, a par da garantia de oferta de uma formação integral e cidadã aos estudantes.

O empreendedorismo inovador é colocado como promotor do desenvolvimento sustentável e da independência tecnológica da nação de acordo com a resolução do CONSUP/IFPR nº 04/2019. A política de Empreendedorismo Inovador tem como base o constante diálogo com a comunidade acadêmica e a busca de parcerias sólidas com instituições do setor produtivo, de pesquisa, extensão tecnológica, do terceiro setor e de

base comunitária. O principal ator na política de Empreendedorismo Inovador é o estudante do IFPR. Por meio da concessão de bolsas ou do convite à atuação de forma voluntária, os discentes serão estimulados a desenvolver projetos a partir de suas próprias ideias ou a participar de projetos previamente formulados por professores orientadores. A proposta aqui é o estímulo às ideias dos discentes, bem como o estabelecimento da cultura da autonomia e criatividade por parte dos estudantes. Nesta perspectiva, o orientador não é o possuidor das ideias ou do conhecimento, mas um facilitador (ou orientador) que ajuda o estudante a articular a ideia com conhecimentos e conceitos cientificamente estabelecidos.

Outros importantes vetores da política de Empreendedorismo Inovador são o estágio discente e o monitoramento de egressos, que se mostram componentes importantes na articulação entre a formação geral e a formação profissional dos estudantes. Desta forma, o empreendedorismo aparece como elemento de formação e inserção dos estudantes no mundo do trabalho. Diante deste cenário, procura-se desenvolver, além de políticas de estágios e de monitoramento de egressos, o estabelecimento de convênios com outras instituições/empresas.

Pretende-se, através das estratégias aqui descritas, alcançar a integração entre conhecimento e prática, proporcionando aos estudantes a oportunidade de tornarem-se agentes transformadores da sociedade através da participação direta na produção e divulgação de conhecimentos úteis a toda a comunidade. Paralelamente, pretende o Campus Avançado Barracão firmar-se como instrumento de desenvolvimento da região na qual está inserido, atuando decisivamente como instituição realizadora de pesquisas aplicadas e como formadora de cidadãos conscientes e interessados.

6 AVALIAÇÃO

6.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da Aprendizagem adotada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), respeitadas as normas e regulamentações definidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 9.394/1996, pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as orientações e resoluções vigentes no IFPR, é diagnóstica, formativa e somativa, cujos objetivos são desenvolver pessoas e os processos educativos. É nessa perspectiva que a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, Art. 7º, define a avaliação da aprendizagem como::

I – diagnóstica: considera o conhecimento prévio do estudante e o construído durante o processo de ensino-aprendizagem e abrange descrição, apreciação qualitativa acerca dos resultados apresentados pelos envolvidos em diferentes etapas do processo

educativo e indica avanços e entraves para intervir e agir, redefinindo ações e objetivos;

II – formativa: ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem, é contínua, interativa e centrada no processo de (re)construção dos conhecimentos, possibilitando acompanhamento e fornecendo subsídios para a avaliação da própria prática docente;

III – somativa: possibilita a avaliação dos objetivos pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagem em diferentes períodos e seus dados subsidiam o replanejamento do ensino para próxima etapa;

Parágrafo único. A síntese do processo de avaliação dará origem à emissão de resultado.

No Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, em que a formação integral dos estudantes é voltada para a formação geral integrada a profissional, a avaliação estabelece-se em sala de aula e em todas as atividades de ensino, articuladas às de pesquisa e de extensão e fundamenta-se na relação social de ensino e de aprendizagem entre professores e estudantes e entre os estudantes.

O principal objetivo da avaliação é a aferição da qualidade da relação estabelecida, refletida na apreensão de conteúdos, no desenvolvimento de atividades educativas em sala de aula e extraclasse, no crescimento individual e coletivo dos estudantes, com o intuito de aperfeiçoarem a capacidade de análise, de síntese e de argumentação lógica, além de melhorar as relações sociais, com respeito à diversidade cultural e social. Por essa razão exige a adoção de instrumentos diferenciados, que permitam identificar quantitativamente a apreensão de conteúdos e, qualitativamente, o crescimento pessoal, o comprometimento nas atividades educativas, o fortalecimento das relações sociais coletivas e a aproximação ao processo formativo objetivado no curso. Contudo, no processo de avaliação da aprendizagem devem prevalecer os aspectos qualitativos, conforme especificado pela LDB e pelas normativas do IFPR. Assim, com o intuito de superar a visão de mera medição da quantidade de conteúdos absorvidos e apreendidos em sala de aula e nas atividades extraclasse, a identificação do atingimento de objetivos dos processos de ensino realiza-se individual e coletivamente, a partir da interação do estudante com a turma e com o seu ambiente escolar.

Desta forma, com relação aos aspectos qualitativos da aprendizagem, os instrumentos avaliativos a serem utilizados necessitam conceber de forma clara, o crescimento pessoal do estudante no que diz respeito ao avanço relativo à base construída em sua vida escolar pregressa. A percepção do avanço do estudante deve centrar-se na constatação do comprometimento com o processo coletivo de ensino e aprendizagem nas atividades educativas desenvolvidas nos diversos espaços do IFPR, no dinamismo e no equilíbrio das relações sociais e pessoais desenvolvidas pelos estudantes em sua trajetória escolar, que expressarão, junto com os aspectos quantitativos, um conceito que manifestará

a percepção clara de que o estudante atingiu, ou não, a suficiência no processo de ensino e aprendizagem no componente curricular e no curso. O ponto de partida da avaliação é a percepção ou diagnóstico da situação de cada estudante no início do período letivo, para a partir daí definir a sua caminhada em direção aos objetivos formativos estabelecidos para o componente curricular, para o ano ou série e para o curso. Adicionalmente, a avaliação da aprendizagem não deve ser simplesmente classificatória, mas baseada na busca permanente da aprendizagem, a partir da realidade individual e social dos estudantes, de suas experiências anteriores na aprendizagem e nos objetivos do curso e dos componentes curriculares, tendo em vista que a aprovação é a situação normal e a reprovação uma situação de absoluta excepcionalidade.

Um dos aspectos a observar na adoção de instrumentos de avaliação é a diversidade. Da mesma forma como os estudantes de uma turma apresentam diversidade cultural e diferenças a serem consideradas para a consecução dos processos de ensino e aprendizagem, os instrumentos de avaliação devem levar em consideração a diversidade existente entre os estudantes e as suas formas de expressão. Um exemplo claro é a dificuldade que alguns apresentam na escrita e que, em muitos casos, têm uma maior fluidez se levada em consideração a oralidade. Essas e outras tantas diferenças que podem ser identificadas em sala de aula devem servir de alerta para que os docentes diversifiquem os instrumentos avaliativos, quantitativos e qualitativos, captando todas as diferenças na expressão dos estudantes nos momentos de avaliação.

Ao planejar suas atividades a partir dos componentes curriculares, o docente deverá expressar de forma clara sua concepção de avaliação, explicitando os instrumentos que utilizará para avaliar, especialmente deixando claros os elementos quantificadores e as bases qualitativas a serem observadas de forma permanente em sala de aula e nas atividades extraclasse para a definição dos conceitos. É fundamental a compreensão de que o professor tem o papel de promover um processo de ensino e aprendizagem em sala de aula e nas atividades extraclasse que possibilite a apreensão de conceitos e de articulação com os demais componentes na construção de um processo de crescimento pessoal e social do estudante, sempre respeitando a diversidade de sujeitos e de culturas presente nas salas de aula. Todo o instrumento quantitativo deve prever um processo de recuperação, a ser realizado de forma paralela, no tempo destinado ao acompanhamento ao estudante, que possibilite a superação das insuficiências na aprendizagem dos conteúdos, e que não se resume apenas na repetição das provas ou realização de trabalhos, mas sim na recuperação dos conteúdos não apreendidos. A recuperação deve ser realizada concomitantemente às abordagens dos componentes curriculares, e, ao ser verificado o aprendizado do referido conteúdo, o conceito poderá ser alterado considerando que o aluno atingiu o esperado.

A recuperação paralela, de acordo com a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, é obrigatória e faz parte do processo de ensino-aprendizagem e compreende a recuperação contínua e a paralela. A recuperação contínua refere-se ao conjunto de ações desenvolvidas

durante as aulas a fim de retomar conteúdos não apropriados/construídos pelos estudantes. A recuperação paralela, presencial ou não presencial, tem como objetivo a superação das dificuldades demonstradas pelo estudante durante o processo de ensino-aprendizagem. Deve, portanto, ser realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo professor em horário distinto do componente curricular cursado pelo estudante e envolver a recuperação de conteúdos e conceitos. Os horários de atendimento aos estudantes pelo professor são considerados como um dos momentos/espços oportunos para a realização da recuperação paralela.

Ainda, de acordo com a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017 a recuperação paralela deve ser ofertada a todos os estudantes, principalmente aos que apresentarem baixo rendimento acadêmico, tão logo sejam identificadas as dificuldades no processo ensino aprendizagem. A resolução também define:

1. A organização dos horários é de competência de cada docente em conjunto com a equipe pedagógica e gestora do campus, respeitadas as normativas institucionais.
2. É responsabilidade do professor comunicar a oferta da recuperação paralela ao estudante, bem como é responsabilidade do estudante participar das atividades propostas.
3. Recuperação paralela implica em novos registros acadêmicos e, quando constatada a apropriação dos conteúdos estudados, ocorrerá a mudança do resultado.

6.1.1 Forma de Emissão de Resultados

Os resultados referentes aos processos avaliativos devem ser emitidos por componentes curriculares, por entrega individual do boletim e/ou por meio eletrônico (Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017), e os conceitos expressos como:

I – Conceito A: quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

II – Conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

III – Conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

IV – Conceito D – quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino. Os conceitos deverão ter emissão parcial (ao final de cada trimestre) e final (ao final do ano letivo), conforme calendário do campus

6.1.2 Condições de Aprovação

A avaliação da aprendizagem é realizada em cada um dos componentes curriculares, em três períodos trimestrais, considerando-se os aspectos de assiduidade e aproveitamento. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas e práticas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas, todos realizados no campus com acompanhamento docente, que não deve ser inferior a 75% da carga horária total do período letivo.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, que são traduzidos em conceitos que variam de A a D. Os conceitos A, B e C indicam aproveitamento satisfatório, sendo o conceito A quando a aprendizagem é plena, B quando a aprendizagem, não sendo plena, situa-se em níveis próximos da plenitude, o conceito C expressa a suficiência em relação aos objetivos estabelecidos e o conceito D, um aproveitamento insuficiente no componente curricular. Por ser a avaliação formativa e envolver um processo complexo, a conceituação de insuficiência não pode apenas se fundamentar na apreensão de conteúdos, mas envolve todos os instrumentos e critérios, quantitativos e qualitativos. A insuficiência, manifestada pelo conceito D, enseja a necessidade de realização de um conjunto de ações que permitam a conquista da suficiência a partir de atividades de acompanhamento e recuperação paralelas às atividades escolares, realizadas prioritariamente nas atividades de acompanhamento aos estudantes previstos nos Planos de Trabalho Docente.

6.1.3 Progressão Parcial

Conforme a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, no artigo 18º, terão direito à progressão parcial os estudantes dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma articulada integrada que obtiverem no máximo 3 (três) conceitos D em disciplina/ unidade curricular/ componente curricular/ área e frequência mínima de 75% no período letivo. Ademais, o campus ofertará as disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas para os estudantes em regime de dependência em turmas regulares ou especiais para este fim.

Na mesma linha, de acordo com Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, no artigo 19º, os estudantes dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma articulada integrada que obtiverem 4 (quatro) ou mais conceitos D em disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas deverão cursar novamente o período letivo.

6.2 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES

No Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio a possibilidade de aproveitamento de estudos está condicionada à análise dos documentos e, em caso de dúvidas, a realização de outras formas de avaliação, que comprovem a coincidência e/ou equivalência de conteúdos entre componentes curriculares cursados com êxito em outro curso e aqueles previstos nas ementas do Projeto Pedagógico do Curso – PPC em que se encontra matriculado no IFPR, bem como à natureza e a especificidade do itinerário formativo de cada curso. Comprovada a equivalência o estudante fica dispensado da frequência ao componente curricular, em consonância com a Resolução nº 01 de 23 de janeiro de 2017.

6.3 CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES

A Certificação de Conhecimentos Anteriores refere-se a dispensa da frequência em componente curricular do curso em que o estudante comprove domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação, que será realizada sob a responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, que estabelecerá os procedimentos e os critérios para avaliação, de acordo com o previsto no projeto do curso, e terá 15 (quinze) dias úteis para a expedição do resultado. A referida avaliação poderá ter como objeto os conhecimentos anteriores que foram adquiridos pelos estudantes em ambientes de trabalho e/ou de educação profissional e tecnológica de acordo com o descrito pela LDB 9394/96 e pela Resolução CNE/CEB No 04/99 e pelo artigo 69 da resolução 54/2011 do IFPR.

A matrícula dos componentes curriculares do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio é por série e por isso se aplica somente se o estudante demonstrar domínio em todos os componentes curriculares do ano letivo, de acordo com a Resolução nº 54/2011, alterada pela Resolução nº 71/2022. Entretanto, a certificação de conhecimentos anteriores, exclusiva para os componentes curriculares em Língua Estrangeira, poderá ser solicitada independentemente do regime de matrícula.

A solicitação do processo de avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ser realizada e fundamentada pelo estudante ou por iniciativa de docentes do curso, em até dez dias, contados a partir do início do período letivo, em formulário próprio que deverá ser entregue à Secretaria Acadêmica do Campus.


À Comissão designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus caberá o estabelecimento da programação, a supervisão das avaliações e a homologação dos

resultados finais, ficando todo o processo arquivado com os demais documentos do estudante solicitante.

6.4 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO



6.5 MATRIZ CURRICULAR

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (Criação Lei nº 11.892 de 29/11/2008) Campus Avançado Barracão MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA Base legal específica do curso: Resolução CNE/CP nº 0000000 Resolução de autorização do curso no IFPR: Resolução nº 38/2014				
CH em Hora-aula (min)		60		
Semanas do ano letivo:		Número de aulas semanais	CH total em Hora Aula do Período Letivo	Total de CH em Hora-relógio CNCT 60
40				
1º Ano	L. Portuguesa e Literatura Brasileira I	2	80	80
	L. Estrangeira Moderna - Inglês I	1	40	40
	Arte I	2	80	80
	Ed. Física I	2	80	80
	Geografia I	1	40	40
	História I	1	40	40
	Filosofia I	1	40	40
	Sociologia I	2	80	80
	Matemática I	2	80	80
	Física I	1	40	40
	Informática Básica	1	40	40
	Hardware e Sistemas Operacionais	2	80	80
	Lógica de Programação e Algoritmo	2	80	80
	Subtotal (Total do período)			800
2º Ano	L. Portuguesa e Literatura Brasileira II	1	40	40
	L. Estrangeira Moderna - Inglês II	1	40	40
	L. Estrangeira Moderna - Espanhol I	1	40	40
	Arte II	1	40	40
	Ed. Física II	2	80	80
	Geografia II	1	40	40
	História II	1	40	40
	Filosofia II	2	80	80
	Sociologia II	2	80	80
	Matemática II	1	40	40
	Física II	1	40	40
	Química I	1	40	40
	Biologia I	1	40	40
	Programação Web I - Web Desing (HTML/CSS)	2	80	80
	Redes de computadores	2	80	80
	Subtotal (Total do período)			800

3º Ano	L. Portuguesa e Literatura Brasileira III	1	40	40
	L. Estrangeira Moderna - Inglês III	1	40	40
	L. Estrangeira Moderna - Espanhol II	1	40	40
	Arte III	1	40	40
	Ed. Física III	1	40	40
	Geografia III	1	40	40
	História III	2	80	80
	Filosofia III	2	80	80
	Matemática III	1	40	40
	Física III	1	40	40
	Química II	2	80	80
	Biologia II	2	80	80
	Programação Orientada à Objetos I	2	80	80
	Banco de Dados	2	80	80
	Subtotal (Total do período)		800	800
	4º Ano	L. Portuguesa e Literatura Brasileira IV	1	40
L. Estrangeira Moderna - Espanhol III		1	40	40
Arte IV		1	40	40
Geografia IV		2	80	80
História IV		1	40	40
Sociologia III		1	40	40
Matemática IV		2	80	80
Física IV		2	80	80
Química III		2	80	80
Biologia III		2	80	80
Programação Orientada à Objetos II		2	80	80
Programação Web II - Programação (JS/PHP)		2	80	80
Orientação de estágio		1	40	40
Subtotal (Total do período)			800	800
DISTRIBUIÇÃO - CARGA HORÁRIA				
(ES) Estágio Supervisionado			90	
			90	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3290	

6.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Não se aplica

6.7 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio

EMENTA: A língua como uma prática social. Variação linguística e adequação. A língua como instrumento ideológico. Estratégias de leitura. Relações lógicas e discursivas. Análise discursiva. Os mecanismos utilizados na construção, na leitura, na compreensão e na interpretação de textos dos diversos gêneros discursivos das esferas literária, jornalística, acadêmica e cotidiana. Estudo de aspectos gramaticais de forma contextualizada. A especificidade dos gêneros textuais literários. O discurso literário: o processo de composição, interpretação e análise de obras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABAURRE, Maria Luiza Marques; ABAURRE, Maria Bernadete Marques; PONTARA, Marcela Nogueira. **Português: contexto, interlocução e sentido.** São Paulo: Moderna, 2008. v. 1

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação.** 8. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lucerna, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNE, G. **Língua materna: letramento variação e ensino.** São Paulo: Parábola, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROJO, Roxane Helena R.; BATISTA Antônio Augusto Gomes (org.). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura escrita.** São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Estrangeira Moderna - Inglês I

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio

EMENTA: variantes e aspectos sócio-históricoculturais da língua inglesa: inglês como língua

franca e neocolonizadora. Abordagem instrumental da língua inglesa para Informática: construção de vocabulário dos termos mais utilizados no meio técnico em Informática. Desenvolvimento da competência comunicativa em interações verbais: apresentação pessoal; Descrição de rotinas e habilidades; Formulação de pedidos, sugestões, instruções e ordens; Descrição do meio circundante, de pessoas, de situações de interesse pessoal e de aspectos relacionados à história de vida; Expressão de opiniões, preferências, objetivos e planos futuros; Descrição de atividades praticadas no momento de enunciação; Localização no tempo e espaço; Compreensão de gêneros textuais de diferentes mídias; Estratégias de leitura; Estudo de frases e expressões relacionadas ao contexto de uso: informações pessoais, familiares, informações do contexto acadêmico; Estudo de estratégias para produção de gêneros textuais orais e escritos de gêneros diversos; Descrição de experiências e eventos passados; Compreensão de ideias centrais em textos.

BIBLIOGRAFIA
BÁSICA:

GALLO, Lígia Razera. **Inglês instrumental para informática**: módulo I. 3. ed., atual. São Paulo: Ícone, 2014.

SAWAYA, Márcia Regina. **Dicionário de informática & Internet**: inglês-português. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2003.

THOMPSON, Marco Aurélio. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura para informática e internet. São Paulo: Érica, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAVALCANTE, Higor. **Inglês para professor**: vocabulário, gramática e pronúncia para professores brasileiros de inglês. São Paulo: Disal, 2015.

CRUZ, Décio Torres; SILVA, Alba Valéria; ROSAS, Marta. **Inglês.com.textos para informática**. Barueri: Disal, 2001.

MICHAELIS: dicionário escolar inglês: inglês-português, português-inglês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Ensino de língua inglesa no ensino médio**: teoria e prática. São Paulo: Edições SM, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: ARTE I

CARGA HORÁRIA: Hora/aula: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: Artes Visuais como possibilidade de desenvolvimento estético, social, crítico e histórico, a partir do fazer, refletir e apreciar arte. Desenvolvimento de conceitos e visualidades dentro do campo dos Estados da Arte a partir de um processo prático reflexivo. Abordagem dos elementos formadores, técnicas de cores para web design e estudo de produções artísticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.
- BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- BUENO, Luciana Estevam Barone. **Linguagem das artes visuais**. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- OCVIRK, Otto G. *et al.* **Fundamentos de arte: teoria e prática**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- OSTROWER, Fayga. **Universos da arte**. Campinas: UNICAMP, 2013.
- PROENÇA, G. **Descobrimo a história da arte**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 07 mar. 2023.
- FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- GOMBRICH, E. H. **Arte e ilusão**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: Educação Física I

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio

EMENTA: Introdução à Educação Física; Estudo e prática das diversas manifestações da Educação Física: Brincadeiras, Jogos, Esportes, Lutas; Ginástica laboral: história, conceitos e prática; Saúde e benefícios da atividade física e do exercício físico; LER (Lesões por esforço repetitivo: tendinite, tenossinovite e bursite) e o trabalho do Técnico em Informática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DARIDO, Suraya Cristina (Org.). **Educação física e temas transversais na escola**. Campinas: Papirus, 2012.
- GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). **Dicionário crítico de educação física**. 3. ed., rev. e ampl. Ijuí: Unijuí, 2014.
- GUISELINI, Mauro. **Aptidão física saúde bem-estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2006.
- KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8 ed. Ijuí: Unijuí, 2014.
- MACIEL, Marcos Goncalves. **Ginástica laboral: instrumento de produtividade e saúde**. Rio de Janeiro: Shape, 2008.
- MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. **Educação física na adolescência:**

construindo o conhecimento na escola. 6. ed. São Paulo: Phorte, 2013.

OLIVEIRA, Vítor Marinho de. **O que é educação física**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, Christina; LIGGIERI, Victor. **Alongamento e postura: um guia prático**. São Paulo: Summus, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AYOUB, Eliana. **Ginástica geral e educação física escolar**. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

BOJIKIAN, João Crisóstomo Marcondes; BOJIKIAN, Luciana Peres. **Ensinando voleibol**. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2012.

EHRET, Arno *et al.* **Manual de handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes**. São Paulo: Phorte, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **“Sacando” o voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí, RS: Unijuí, 2004.

PONSO, Caroline Cao; ARAÚJO, Maíra Lopes de. **Capoeira: a circularidade do saber na escola**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. **O ensino das lutas na escola: possibilidade para a educação física**. Porto Alegre: Penso, 2015.

SEIJAS ALBIR, Guillermo. **Anatomia e alongamentos essenciais para a corrida: guia completo com 100 exercícios de flexibilidade**. Barueri, SP: Manole, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia I

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Conceitos e categorias de análise da Geografia; Noções de Astronomia; Noções espaciais: cartografia básica e temática; Sensoriamento remoto; Escala cartográfica; Coordenadas geográficas; Fuso horário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARAN, Stephen P. **Astronomia para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas, gráficos e redes: elabore você mesmo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Geoatlas**. 35. ed. São Paulo: Ática, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LANGHI, Rodolfo. **Aprendendo a ler o céu:** pequeno guia prático para a astronomia observacional. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2016.
 MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
 MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Atlas celeste.** 9. ed., atual. Petrópolis: Vozes, 2000.
 RIDPATH, Ian. **Astronomia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: História I

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio

EMENTA:

Introdução à História: definição do campo de conhecimento, fontes históricas, temporalidades históricas, patrimônio histórico-cultural;
 Pré-História: conceito, periodização e os desenvolvimentos tecnológicos e sociais de cada um de seus períodos;
 Antiguidade Oriental: civilizações do Crescente Fértil;
 Antiguidade Ocidental: civilizações grega e romana;
 Formação, desenvolvimento e desagregação da sociedade feudal: política, economia e cultura;
 Relações entre Oriente e Ocidente: as culturas bizantina e árabe muçulmana;
 Civilizações africanas.

BIBLIOGRAFIA
BÁSICA:

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo.** São Paulo: UNESP, 2016.
 AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História:** passado e presente: dos primeiros humanos ao Renascimento. São Paulo: Ática, 2016. v. 1
 BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
 DUBY, Georges (org.). **História da vida privada:** da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
 FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Grécia e Roma.** 5. ed. São Paulo: Contexto, c2001.
 GOSDEN, Chris. **Pré-história.** Porto Alegre: L&PM, 2012.
 MACEDO, José Rivair. **História da África.** São Paulo: Contexto, 2013.
 PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações.** 25. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
 VEYNE, Paul (org.). **História da vida privada:** do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GARRAFFONI, Renata Senna. **Gladiadores na Roma Antiga**: dos combates às paixões cotidianas. 2. ed., rev. e ampl. Curitiba: UFPR, 2021.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

TURING, Dermot. **A história da computação**: do ábaco à inteligência artificial. São Paulo: M. Books do Brasil, 2019.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016. v. 1

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia I

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio

EMENTA: Introdução à Filosofia: atitude filosófica, crítica e reflexiva. Pensamento mítico. Origem do pensamento racional. Filosofia Antiga: Pré-Socráticos, Sofistas, Sócrates, Platão e Aristóteles. A Felicidade, Consumismo, Sustentabilidade e Filosofia helenística: Cinismo, Epicurismo, Estoicismo e Ceticismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CORNFORD, Francis McDonald. **Antes e depois de Sócrates**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos da filosofia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** 6. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

NAGEL, Thomas. **Uma breve introdução à filosofia**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: filosofia pagã antiga. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004. v. 1

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

BURNET, J. **A Aurora da filosofia grega**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MELANI, Ricardo. **Diálogo**: primeiros estudos de filosofia. São Paulo: Moderna, 2017.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**: Críton. 3. ed., rev. Belém: UFPA, 2015.

VEGETTI, M.; TRABATTONI, F. **História da filosofia antiga**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2018. 4 v.

VERNANT, Jean Pierre. **O universo, os deuses, os homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego**. 26. ed. Rio de Janeiro, Difel, 2022.

ZINGANO, Marco Antonio. **Platão e Aristóteles: o fascínio da filosofia**. 2. ed. São Paulo: Odysseus, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia I

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio

EMENTA: Introdução à Sociologia; O Surgimento da Sociologia; Sociologia clássica; indivíduo e sociedade; processos de socialização; Sociologia brasileira; Relações sociais na era digital: como compreender o mundo atual?

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Marcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte:UFMG, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOTELHO, André (Org.). **Essencial sociologia**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO, Silvia Maria de; MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e aprender sociologia no ensino médio**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Celso (Org.). **Textos básicos de sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista (1848): seguido de Gotha :**

comentários à margem do Programa do Partido Operário Alemão. Porto Alegre: L&PM, 2001.

SANTOS, Pedro Antônio dos. **Fundamentos de sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA I

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: Conjuntos; Relações e Funções; Função Polinomial de 1º grau; Função Polinomial de 2º grau; Função modular; Função exponencial; Logaritmo e Função logarítmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JUNIOR, José Ruy. **Matemática fundamental**: 2. grau, volume único. São Paulo: FTD, 1994.

LOPES, Luiz Fernando; CALLIARI, Luiz Roberto. **Matemática aplicada na educação profissional**. Curitiba: Base Editorial, 2012. (Educação profissional: ensino médio técnico)

PAIVA, Manoel. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**: contexto & aplicações. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. 3 v.

FAINGUELERNT, Estela Kaufman; GOTTLIEB, Franca Cohen. **Guias de estudo de matemática**: relações e funções. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

LENGRUBER, Frederico. **Dicionário de matemática**: ENEM, concursos, vestibulares, ensino fundamental e médio. Curitiba: Base Editorial, 2011.

POSAMENTIER, Alfred S.; KRULIK, Stephen. **A arte de motivar os estudantes do ensino médio para a matemática**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco *et al.* **Jogos de matemática**: de 1. a 3. ano. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Física I

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Introdução ao estudo da Física; Cinemática; Cinemática aplicada ao controle de movimentos em programação; velocidade e a taxa de transferência de dados; Dinâmica: as Leis de Newton; Leis de Conservação; Energia e Momento Linear; Gravitação;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. **Física 1: mecânica**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

HEWITT, Paul G. **Física conceitual**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

HOLZNER, Steven. **Física para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, c2010.

PERUZZO, Jucimar. **Experimentos de física básica: mecânica**. São Paulo: Livraria da Física, 2012.

TREFIL, James S.; HAZEN, Robert M. **Física viva: uma introdução à física conceitual**. Rio de Janeiro: LTC, 2006. v. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRETO, Márcio. **Física: Newton para o ensino médio: uma leitura interdisciplinar**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2010.

CARVALHO, Regina Pinto de; HORTA GUTIÉRREZ, Juan Carlos. **O automóvel na visão da Física: leituras complementares para o ensino médio**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CHERMAN, Alexandre; MENDONÇA, Bruno Rainho. **Por que as coisas caem?: uma história da gravidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, c2010.

DUARTE, Marcos; OKUNO, Emico. **Física do futebol: mecânica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

PIRES, Antonio S. T. **Evolução das idéias da física**. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

WALKER, Jearl. **O circo voador da física**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 2 v.

COMPONENTE CURRICULAR: Informática Básica

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA:

Evolução do computador, tipos de computadores, estrutura, processamento de dados, dispositivos de armazenamento de dados, dispositivos de entrada e saída. Software: área de trabalho do Windows, barra de tarefas e Windows Explorer. Sistemas operacionais. Aspectos teóricos e práticos para o uso da informação na gestão empresarial. Internet Básica. Software processador de texto. Software planilha eletrônica. Software de apresentação.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education, 2004.

MANZANO, Andre Luiz. **Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010**. São Paulo: Érica, 2010.

MONTEIRO, Mário A. **Introdução à organização de computadores**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Makron Books, 1997.

BIBLIOGRAFIA

COMPLEMENTAR:

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Iniciação à lógica matemática**. 18. ed. Rio de Janeiro: Nobel, 2000.

FOROUZAN, Behrouz A.; MOSHARRAF, Firouz. **Fundamentos da ciência da computação**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GERALDI, Luciana Maura Aquaroni; GALASSI, Carla Renata; FORMICE, Cesar Renato. **História da era da informática**. Taquaritinga: AgBook, 2013.

REIS, Wellington José dos. **LibreOffice Writer 4.2: manipulando textos com liberdade e precisão**. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2014.

REIS, Wellington José dos. **LibreOffice Impress 4.2: dominando apresentações**. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2014.

SIMÃO, Daniel Hayashida. **LibreOffice Calc 4.2: dominando as planilhas**. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2014.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

WAZLAWICK, Raul Sidnei. **História da computação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR: Hardware e Sistemas Operacionais

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: Organização de computadores. Processadores. Sistemas de entrada e saída. Montagem e manutenção de computadores. Técnicas de laboratório de hardware. A estrutura de sistemas operacionais. Gerenciamento de memória. Gerência de processador: escalonamento de processos, monoprocessamento e multiprocessamento. Concorrência e sincronização de processos. Alocação de recursos e Impasses (deadlocks). Organização e Arquitetura de Computadores. Tipos de Sistemas Operacionais.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

MACHADO, Francis B.; MAIA, Luiz Paulo. **Fundamentos de sistemas operacionais**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MENDONÇA, Tales Araújo; MARTINI, Luciano Andress. **GNU/Linux: aprenda a operar o sistema na prática**. 2. ed. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2009.

SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter B.; GAGNE, Greg. **Fundamentos de sistemas operacionais.** 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter B.; GAGNE, Greg. **Fundamentos de sistemas operacionais: princípios básicos.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.

TANENBAUM, Andrew S. **Sistemas operacionais modernos.** 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2016.

TORRES, Gabriel. **Hardware.** São Paulo: Nova terra, 2014.

VASCONCELOS, Laércio. **Hardware na prática.** 4. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2017.

BIBLIOGRAFIA

COMPLEMENTAR:

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. **Segurança da informação: princípios e controle de ameaças.** São Paulo: Érica, 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PEREZ, Camila Ceccatto da Silva. **Manutenção completa em computadores.** Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2014.

SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter; GAGNE, Greg. **Sistemas operacionais: conceitos e aplicações.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TANENBAUM, Andrew S.; AUSTIN, Todd. **Organização estruturada de computadores.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: Lógica de Programação e Algoritmo

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA:

Introdução à lógica de programação. Conceitos básicos sobre algoritmos. Metodologia de desenvolvimento de algoritmos. Tipos de dados primitivos. Variáveis e constantes. Expressões e operadores relacionais, aritméticos e lógicos. Estruturas de controle, repetição e seleção. Vetores e Matrizes. Métodos de ordenação. Tipo abstrato de dados. Teste de mesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de. **Fundamentos da programação de computadores.** 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

BARBIERI FILHO, Plínio; HETEM JUNIOR, Annibal. **Fundamentos de informática: lógica para computação.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.

CORMEN, Thomas H. *et al.* **Algoritmos: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OKUYAMA, Fabio Yoshimitsu; MILETTO, Evandro Manara; NICOLAO, Mariano (Org.). **Desenvolvimento de software I: conceitos básicos.** Porto Alegre: Bookman, 2014.

PUGA, Sandra; RISSETTI, Gerson. **Lógica de programação e estruturas de dados.** 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DALE, Nell B.; LEWIS, John. **Ciência da computação.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

PUGA, Sandra; RISSETTI, Gerson. **Lógica de programação e estruturas de dados: com aplicações em Java.** 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

RIBEIRO, Ana Elisa (Org.). **Linguagem, tecnologia e educação.** São Paulo: Peirópolis, 2010.

VERMÃ, Surendra. **Ideias geniais na matemática: maravilhas, curiosidades, enigmas e soluções brilhantes da mais fascinante das ciências.** 2. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Estratégias de leitura. Os mecanismos utilizados na construção, na leitura, na compreensão e na interpretação de textos dos diversos gêneros discursivos. Intencionalidade, Informatividade e Situacionalidade. Estudo de aspectos gramaticais de forma contextualizada. Operadores argumentativos. Relações de intertextualidade. Marcas linguísticas: efeitos de sentido produzidos por palavras, expressões, pontuação e outras marcações nos textos. Vozes sociais representadas. Análise Linguística dos gêneros do discurso. O discurso literário: o processo de composição, interpretação e análise de obras do Quinhentismo, Arcadismo, Barroco e Romantismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABAURRE, Maria Luiza Marques; ABAURRE, Maria Bernadete Marques; PONTARA, Marcela Nogueira. **Português: contexto, interlocução e sentido.** São Paulo: Moderna, 2008. v. 2

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação.** 8. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lucerna, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade.** 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

FARACO, Carlos Alberto. Área de linguagem: algumas contribuições para sua organização. *In:* KUENZER, Acácia (org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **Diretrizes curriculares de língua portuguesa**. Curitiba: SEED, 2008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: ensino plural**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Estrangeira Moderna - Inglês II

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: variantes e aspectos sócio-históricoculturais da língua inglesa: inglês como língua franca e neocolonizadora;
Abordagem instrumental da língua inglesa para Informática: construção de vocabulário dos termos mais utilizados no meio técnico em Informática. Desenvolvimento da competência comunicativa em interações verbais: Estudo de estratégias para produção de gêneros textuais orais e escritos de gêneros diversos; Descrição de experiências e eventos passados; Compreensão de ideias centrais e específicas em textos; Estudos; Compreensão de gêneros textuais de diferentes mídias; Estratégias de leitura e de respostas a questões de concurso público.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

GALLO, Lígia Razera. **Inglês instrumental para informática: módulo I**. 3. ed., atual. São Paulo: Ícone, 2014.

SAWAYA, Márcia Regina. **Dicionário de informática & Internet: inglês-português**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2003.

THOMPSON, Marco Aurélio. **Inglês instrumental: estratégias de leitura para informática e internet**. São Paulo: Érica, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAVALCANTE, Higor. **Inglês para professor: vocabulário, gramática e pronúncia para professores brasileiros de inglês**. São Paulo: Disal, 2015.

CRUZ, Décio Torres; SILVA, Alba Valéria; ROSAS, Marta. **Inglês.com.textos para informática**. Barueri: Disal, 2001.

MICHAELIS: dicionário escolar inglês: inglês-português, português-inglês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Ensino de língua inglesa no ensino médio: teoria e prática**. São Paulo: Edições SM, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Espanhola I

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Introdução ao processo de ensino-aprendizagem da língua espanhola a partir das habilidades de produção e compreensão oral e escrita, com ênfase na oralidade, nos aspectos fonético-fonológicos, e em atendimento às especificidades profissionais da área. Abordagem de aspectos socioculturais e variedades da língua espanhola e de situações profissionais específicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FANJUL, Adrián Pablo (org.). **Gramática y práctica de español para brasileños con respuestas**. 3. ed. São Paulo: Santillana Español, 2014.

MARTIN PERIS, Ernesto; BAULENAS, Neus Sans. **Gente hoy 1**. Barcelona: Difusión, 2013.

MORENO, Concha; FERNÁNDEZ, Gretel Eres. **Gramática contrastiva del español para brasileños**. 2. ed. Madrid: SGEL, 2012.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **Señas**: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAS, Luzia Schalkoski. **Gramática y vocabulario**: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE. Curitiba, IBPEX, 2020. *E-book*.

FLAVIÁN, Eugenia; ERES FERNÁNDEZ, Gretel. **Minidiccionario**: espanhol-português e português-espanhol. 19. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. **Conjugar verbos de España y de América**. Madrid: Edelsa, 2011.

MARTINEZ, Ron; SCHUMACHER, Cristina; AYALA, Victor. **Como dizer tudo em espanhol nos negócios**: fale a coisa certa em qualquer situação de negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: ARTE II

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Contexto histórico da música, e suas várias classificações, Erudita e Popular, elementos formadores do da música. A importância da linguagem musical como instrumento de participação política, social e cultural, tratando de fundamentos conceituais da música com os recursos de informação, comunicação e interpretação. Estrutura camadas de conscientização contempladas pela apreciação, reflexão e prática musical.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENNETT, Roy. **Uma breve história da música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

STEFANI, Gino. **Para entender a música**. São Paulo: Globo Livros, 1989.

TAVARES, Isis Moura; CIT, Simone. **Linguagem da música**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 07 mar. 2023.

CANDÉ, Roland de. **História universal da música**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 2v.

MORAES, J. Jota de. **O que é música**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção primeiros passos).

WISNICK, José Miguel. **O som e o sentido: uma outra história das músicas**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação Física II**

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: Estudo e vivência das diversas manifestações da Educação Física: Brincadeiras, Jogos, Esportes, Lutas (aprofundamento das práticas); Utilização dos meios de comunicação no Esporte; Alongamento e flexionamento voltados à saúde do Técnico em Administração; Introdução à Fisiologia do Exercício; Métodos de controle do treino; Princípios da Atividade Física; Introdução ao Atletismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DARIDO, Suraya Cristina (Org.). **Educação física e temas transversais na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). **Dicionário crítico de educação física**. 3. ed., rev. e ampl. Ijuí: Unijuí, 2014.

GOULART, Antônio Roberto. **Atividades diversificadas na educação física escolar: aulas teóricas e ginástica localizada**. São Paulo: Phorte, 2018.

GUISELINI, Mauro. **Aptidão física saúde bem-estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2006.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8 ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

MIAN, Robson. **Atletismo: aspectos pedagógicos na iniciação**. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2018.

RIBEIRO, Christina; LIGGIERI, Victor. **Alongamento e postura: um guia prático**. São Paulo:

Summus, 2016.

SCHWARTZ, Gisele Maria; TAVARES, Giselle Helena (Org.). **Webgames com o corpo: vivenciando jogos virtuais no mundo real.** São Paulo: Phorte, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERTAZZO, Ivaldo. **Cidadão corpo: identidade e autonomia do movimento.** 4. ed. São Paulo: Summus, 1998.

BOJIKIAN, João Crisóstomo Marcondes; BOJIKIAN, Luciana Peres. **Ensinando voleibol.** 5. ed. São Paulo: Phorte, 2012.

EHRET, Arno *et al.* **Manual de handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes.** São Paulo: Phorte, 2008.

MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina; MARTINS, Ida Carneiro. **Aulas de educação física no ensino médio.** 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ROSE JÚNIOR, Dante de (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. **O ensino das lutas na escola: possibilidade para a educação física.** Porto Alegre: Penso, 2015.

SEIJAS ALBIR, Guillermo. **Anatomia e alongamentos essenciais para a corrida: guia completo com 100 exercícios de flexibilidade.** Barueri, SP: Manole, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia II

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Composição da Crosta terrestre; Noções de geologia; Formação do relevo; Dinâmica da litosfera; Noções de geomorfologia; Hidrografia; Fitogeografia; Atmosfera e sua dinâmica;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** 7. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

BARRY, Roger G; CHORLEY, Richard J. **Atmosfera, tempo e clima.** 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

TEIXEIRA, Wilson *et al.* (org.). **Decifrando a Terra.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005

ROSS, Jurandy Luciano Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SCARLATO, Francisco Capuano; PONTIN, Joel Arnaldo. **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação**. 16. ed. São Paulo: Atual, 2003.

TERRA frágil: visões de um mundo em modificação. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: História II

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA:

O desenvolvimento da Época Moderna: definição do conceito e contextos dessa idade histórica; o Renascimento artístico, científico e intelectual; Transformações do Cristianismo: a Reforma Protestante; Revoluções Científicas; Formação dos Estados Modernos: centralização monárquica e burocratização da administração dos governos; sociedades nativas da América; Expansão Marítima Europeia; o mercantilismo e a primeira globalização: redes de informações, mercadorias e culturas; conquista e colonização da América; formação e desenvolvimento do Brasil colonial: sociedade, economia e política; a escravidão e outras formas de exploração do trabalho no Brasil colonial; cultura ibérica, culturas mestiças e a influência do catolicismo no Brasil colonial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada: da Renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente: dos primeiros humanos ao Renascimento**. São Paulo: Ática, 2016. v. 1

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente: do mundo moderno ao século XIX**. São Paulo: Ática, 2016. v. 2

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil colônia**. São Paulo: Contexto, 2015.

MICELI, Paulo. **História moderna**. São Paulo: Contexto, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Petrópolis: Vozes, 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2015.

PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TURING, Dermot. **A história da computação: do ábaco à inteligência artificial**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2019.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016. v. 2

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia II

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: Lógica: argumento verdadeiro e válido; tipos de argumentos; falácias. Ética: dilemas morais; utilitarismo; ética dos deveres; ética das virtudes; ética na era digital, direito autoral e privacidade na internet. Epistemologia: definição de conhecimento; possibilidade do conhecimento, dogmatismo e ceticismo; origem do conhecimento, empirismo de Hume, racionalismo de Descartes, criticismo de Kant.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CARNIELLI, Walter Alexandre; EPSTEIN, Richard L. **Pensamento crítico: o poder da lógica e da argumentação: guia prático da arte de pensar, argumentar e convencer**. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2019.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos da filosofia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

HESSSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SANDEL, Michael J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

VÉLIZ, Carissa. **Privacidade é poder: por que e como você deveria retomar o controle de seus dados**. São Paulo: CrontraCorrente, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Brasília: UNB, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114020.htm. Acesso em: 06 mar. 2023.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia.** 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Introdução à epistemologia.** São Paulo: Unesp, 2010.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Lisboa: Edições 70, 2011.

MELANI, Ricardo. **Diálogo: primeiros estudos de filosofia.** São Paulo: Moderna, 2017.

MILL, John Stuart. **O utilitarismo.** 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2020.

RACHELS, James; RACHELS, Stuart. **Os elementos da filosofia moral.** 7.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do humanismo a Descartes.** São Paulo: Paulus, 2004. v. 3

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: de Spinoza a Kant.** São Paulo: Paulus, 2004. v. 4

ROOCHNIK, David. **Pensar filosoficamente: uma introdução aos grandes debates.** São Paulo: Edições Loyola, 2018.

WALTON, Douglas N. **Lógica informal: manual de argumentação crítica.** 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

WARBURTON, Nigel. **Uma breve história da filosofia.** Porto Alegre: L&PM, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia II

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: O Conceito antropológico de cultura; Cultura e Indústria Cultural; Identidade cultural na pós modernidade; Relações de gênero; Relações étnico-raciais; O Perspectivismo Ameríndio e os povos indígenas no Brasil; O mundo do trabalho; Trabalho e identidade na era digital; Desigualdade social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOTELHO, André (Org.). **Essencial sociologia**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO, Silvia Maria de; MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e aprender sociologia no ensino médio**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Celso (Org.). **Textos básicos de sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 7. ed. São Paulo: Global, 2017.

SANTOS, Pedro António dos. **Fundamentos de sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA II

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Introdução á matemática financeira contextualizando para o eixo gestão de Negócios , Sequência e Sucessão, Progressão Aritmética, Progressão Geométrica. Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNIO, José Roberto; GIOVANNI JUNIOR, José Ruy. **Matemática fundamental: 2. grau, volume único**. São Paulo: FTD, 1994.

LOPES, Luiz Fernando; CALLIARI, Luiz Roberto. **Matemática aplicada na educação profissional**. Curitiba: Base Editorial, 2012. (Educação profissional: ensino médio técnico)

PAIVA, Manoel. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. 3 v.

FAINGUELERNT, Estela Kaufman; GOTTLIEB, Franca Cohen. **Guias de estudo de matemática: relações e funções**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

LENGRUBER, Frederico. **Dicionário de matemática: ENEM, concursos, vestibulares, ensino fundamental e médio**. Curitiba: Base Editorial, 2011.

POSAMENTIER, Alfred S.; KRULIK, Stephen. **A arte de motivar os estudantes do ensino médio para a matemática**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco *et al.* **Jogos de matemática**: de 1. a 3. ano. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Física II

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Hidrostática – Fluidos; Noções de Hidrodinâmica; Termologia; Termologia aplicada aos computadores; Termodinâmica e Gases;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. **Física 2**: física térmica, óptica. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

HEWITT, Paul G. **Física conceitual**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

HOLZNER, Steven. **Física para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, c2010.

PERUZZO, Jucimar. **Experimentos de física básica**: termodinâmica, ondulatória e óptica. São Paulo: Livraria da Física, 2012.

TREFIL, James S.; HAZEN, Robert M. **Física viva**: uma introdução à física conceitual. Rio de Janeiro: LTC, 2006. v. 1

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PERUZZO, Jucimar. **Experimentos de física básica**: mecânica. São Paulo: Livraria da Física, 2012.

PIRES, Antonio S. T. **Evolução das idéias da física**. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

VALADARES, Eduardo de Campos. **Física mais que divertida**: inventos eletrizantes baseados em materiais reciclados e de baixo custo. 3. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

WALKER, Jearl. **O circo voador da física**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 2 v.

COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA I

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Introdução ao estudo da Química. História da Química. Estados físicos e propriedades da matéria. Substâncias puras e misturas. Separação de misturas. Fenômenos

físicos e químicos. Reações químicas. Balanceamento de reações químicas. Transformação química na natureza e no sistema produtivo. Estrutura atômica. Elementos químicos, íons e moléculas. Modelos atômicos: Dalton, Thomson, Rutherford e Bohr. Tabela periódica: propriedades periódicas e aperiódicas. Ligações químicas: iônica, covalente e metálica. Os metais e a fabricação de equipamentos eletrônicos. Geometria molecular. Polaridade das ligações e moléculas. Solubilidade. Forças intermoleculares. Efeitos das interações intermoleculares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LISBOA, Julio Cezar Foschini *et al.* **Química**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2014. 3 v. (Ser protagonista).

OLIVEIRA, André Fernando de; SILVA, Astréa F. de Souza; TENAN, Mário Alberto. **Redação de relatórios para químicos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.

SILVA, Elaine Lima. **Química aplicada: estrutura dos átomos e funções inorgânicas e orgânicas**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.

ZECA, Júdse Luciano Chiqueleto. **Fundamentos de química geral**. Curitiba: Appris, 2021. (Coleção ensino de ciências).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAIRD, Colin. **Química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONICK, Larry; CRIDDLE, Craig. **Química geral em quadrinhos**. São Paulo: Blucher, 2014.

GREENBERG, Arthur. **Uma breve história da química: da alquimia às ciências moleculares modernas**. São Paulo: Blucher, 2009.

MOORE, John T. **Química para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. (Para leigos).

ROONEY, Anne. **A história da química: da tabela periódica à nanotecnologia**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR: Biologia I

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA:

Composição química dos seres vivos: água, sais minerais, glicídeos, lipídeos, proteínas e vitaminas. Origem da vida.

Citologia: membranas celulares (composição, função e mecanismos de transporte), citoplasma, organelas citoplasmáticas e núcleo celular.

Síntese de DNA e RNA, síntese proteica e código genético.

Metabolismo energético das células: respiração celular, fermentação, fotossíntese e quimiossíntese.

Ciclo celular: intérfase e divisão celular (mitose e meiose).

Embriologia animal: desenvolvimento embrionário dos animais.

Embriologia humana: Desenvolvimento embrionário humano; utilização de células-tronco no tratamento de doenças.

Biotecnologia e a informática como ferramenta em integração com componentes de Programação.

Utilização de softwares educacionais para a construção de mapas mentais e esquemas biológicos de estudo.

Identificação de ferramentas computacionais utilizadas em biologia molecular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia das células**: origem da vida, citologia e histologia, reprodução e desenvolvimento: 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. v. 1

LINHARES, Sérgio de Vasconcellos; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Biologia**: citologia, histologia, origem da vida. 13. ed. São Paulo: Ática, 1999. v. 1

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho. **Bio**: volume único. São Paulo: Saraiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBERTS, Bruce et al. **Biologia molecular da célula**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia moderna**. São Paulo: Moderna, 2016. v. 1.

MELO, Rossana C. N. **Células & microscopia**: princípios e práticas. 2. ed. Barueri: Manole, 2018.

REECE, Jane B. et al. **Biologia de Campbell**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SILVA JÚNIOR, César; SASSON, Sezar; CALDINI JÚNIOR, Nelson. **Biologia**. São Paulo: Saraiva, 2013. 3 v.

COMPONENTE CURRICULAR: Programação Web I - Web Desing (HTML/CSS)

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA:

Introdução ao desenvolvimento de projetos em WEB. Linguagens de marcação (HTML, XML). Inovações no desenvolvimento de interface com o usuário: folha de estilos. Linguagens de script. Técnicas de web design. Teoria das cores. Desenvolvimento de site com páginas estáticas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DARIO, André Luiz. **Internet**: o uso seguro e as boas práticas de navegação. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2014.

MILETTO, Evandro Manara; BERTAGNOLLI, Silvia de Castro (Org.). **Desenvolvimento de software II: introdução ao desenvolvimento web com HTML, CSS, JavaScript e PHP.** Porto Alegre: Bookman, 2014.

SILVA, Maurício Samy. **Fundamentos de HTML5 e CSS3.** São Paulo: Novatec, 2015.

SILVA, Maurício Samy. **HTML 5: a linguagem de marcação que revolucionou a Web.** 2. ed. São Paulo: Novatec, 2014.

SILVA, Maurício Samy. **Web design responsivo.** São Paulo: Novatec, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, William Pereira. **Java para Web: desenvolvimento de aplicações.** São Paulo: Érica, 2015.

CASTRO, Elizabeth. **HTML5 e CSS3.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

FRANCO, Márcia Häfele Islabão; BERTAGNOLLI, Silvia de Castro. **Desenvolvimento de software III: programação de sistemas web orientada a objetos em Java.** Porto Alegre: Bookman, 2016.

FREEMAN, Eric; ROBSON, Elisabeth. **Use a cabeça!: programação em HTML 5.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

SILVA, Maurício Samy. **JQuery: a biblioteca do programador JavaScript.** 3.ed. São Paulo: Novatec, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: Redes de Computadores

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA:

Introdução a redes de computadores. Introdução a comunicação de dados. Terminologia e topologias de redes. Meios de transmissão. O modelo OSI. Modelo TCP/IP. Classificação de redes (Redes Locais e de longa distância.). Protocolos de redes. Projeto de redes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARRETT, Diane; KING, Todd. **Redes de computadores.** Rio de Janeiro: LTC, 2010.

LOUREIRO, César Augusto Hass *et al.* **Redes de computadores III: níveis de enlace e físico.** Porto Alegre: Bookman, 2014.

NAKAMURA, Emilio Tissato. **Segurança de redes em ambientes cooperativos.** São Paulo: Novatec, 2007.

PERES, André; LOUREIRO, César Augusto Hass; SCHMITT, Marcelo Augusto Rauh. **Redes**

de computadores II: níveis de transporte e rede. Porto Alegre: Bookman, 2014.

SCHMITT, Marcelo Augusto Rauh; PERES, André; LOUREIRO, César Augusto Hass. **Redes de computadores:** nível de aplicação e instalação de serviços. Porto Alegre: Bookman, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COMER, Douglas E. **Interligação de redes com TCP/IP:** princípios, protocolos e arquitetura. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. **Redes de computadores e a Internet:** uma abordagem top-down. 3. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2006.

SILVA, Camila Ceccatto da. **Trabalhando com redes de computadores:** conceito e prática. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2010.

STALLINGS, William; CASE, Thomas. **Redes e sistemas de comunicação de dados.** 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

TORRES, Gabriel. **Redes de computadores.** 2. ed. Rio de Janeiro: Novaterra, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Os mecanismos utilizados na construção, na leitura, na compreensão e na interpretação de textos dos diversos gêneros discursivos da esfera acadêmica e do mercado de trabalho. Estudo de aspectos gramaticais de forma contextualizada. Análise Linguística dos gêneros do discurso. O discurso literário: o processo de composição, interpretação e análise de obras do Simbolismo, Realismo, Pré-modernismo, do Modernismo e tendências da literatura contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABAURRE, Maria Luiza Marques; ABAURRE, Maria Bernadete Marques; PONTARA, Marcela Nogueira. **Português:** contexto, interlocução e sentido. São Paulo: Moderna, 2008. v. 3

ANTUNES, Irandé. **Aula de português:** encontro & interação. 8. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lucerna, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BUNZEM, Clecio; MENDONÇA, Márcia. **Português no ensino médio e formação do professor.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Estrangeira Moderna - Inglês III

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: variantes e aspectos sócio-históricoculturais da língua inglesa: inglês como língua franca e neocolonizadora; Abordagem instrumental da língua inglesa para Administração: construção de vocabulário dos termos mais utilizados no meio técnico em Administração. Desenvolvimento da competência comunicativa em interações verbais: Estudo de estratégias para produção de gêneros textuais orais e escritos de gêneros diversos. Compreensão de ideias centrais e específicas em textos; Compreensão de gêneros textuais de diferentes mídias; Estratégias de leitura e de respostas a questões de concurso público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RICHARDS, Jack C., RODGERS, Theodore S. **Approaches and methods in language teaching**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SILVA, Amaury Flávio. **Inglês prático para administração**. São Paulo: Disal, 2011.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAVALCANTE, Higor. **Inglês para professor: vocabulário, gramática e pronúncia para professores brasileiros de inglês**. São Paulo: Disal, 2015.

FRANÇA, Milton Brito de. **Inglês no vestibular**. São Paulo: FTD, 2003.

MICHAELIS: dicionário escolar inglês: inglês-português, português-inglês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Ensino de língua inglesa no ensino médio: teoria e prática**. São Paulo: Edições SM, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Espanhola II

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Ensino-aprendizagem da língua espanhola a partir das habilidades de produção e

compreensão oral e escrita, com ênfase na oralidade, nos aspectos pragmático-discursivos e em atendimento às especificidades profissionais da área. Abordagem de aspectos socioculturais e variedades da língua espanhola e de situações profissionais específicas. Desenvolvimento do engajamento discursivo do aluno nas práticas de uso da linguagem e criação de uma percepção sobre os diferentes mecanismos de interpretação usados discursivamente na língua espanhola e na língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI TULLIO, A.; MALCUORI, M. **Gramática de español para maestros y profesores del Uruguay**. Montevideo: ANEP, ProLEE, 2012.

FANJUL, Adrián Pablo (org.). **Gramática y práctica de español para brasileños con respuestas**. 3. ed. São Paulo: Santillana Español, 2014.

LIEBERMAN, D. **Temas de gramática del español como lengua extranjera**. Buenos Aires: Ed. Eudeba, 2007.

MARTIN PERIS, Ernesto; BAULENAS, Neus Sans. **Gente hoy 1**. Barcelona: Difusión, 2013.

MORENO, Concha; FERNÁNDEZ, Gretel Eres. **Gramática contrastiva del español para brasileños**. 2. ed. Madrid: SGEL, 2012.

PRADA, Marisa de; MARCÉ, Pilar. **Entorno laboral: A1/A2**. Madrid: Edelsa, 2013.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAS, Luzia Schalkoski. **Gramática y vocabulario: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE**. Curitiba, IBPEX, 2020. *E-book*.

FLAVIÁN, Eugenia; ERES FERNÁNDEZ, Gretel. **Minidiccionario: espanhol-português e português-espanhol**. 19. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. **Conjugar verbos de España y de América**. Madrid: Edelsa, 2011.

MARTINEZ, Ron; SCHUMACHER, Cristina; AYALA, Víctor. **Como dizer tudo em espanhol nos negócios: fale a coisa certa em qualquer situação de negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: **ARTE III**

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Teatro. Estrutura morfológica e sintática da linguagem teatral. História e movimentos

da linguagem. Interação entre a linguagem teatral, a ciência e a tecnologia. O jogo no teatro, o corpo como instrumento, a linguagem teatral na formação do ser, como instrumento de participação política, social e cultural, elementos formadores do teatro, ação e improvisação. Relação teatro e espaço físico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre o teatro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

DÓRIA, Lílian Maria Fleury Teixeira. **Linguagem do teatro**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MONTOVANI, Anna. **Cenografia**. São Paulo: Ática, 1989.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 07 marc. 2023.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. **Teatro brasileiro do Século XX**. São Paulo: Scipione, 1995.

MAGALDI, Sábato. **Iniciação ao teatro**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1998.

OGANDO, Suellen. **O que é o teatro musical: uma perspectiva da história do teatro musical: origens, influências, Broadway, West end e Brasil**. São Paulo: Giostri, 2016.

PALLOTINI, Renata. **Introdução a dramaturgia**. São Paulo: Ática, 1988.

REVERBEL, Olga Garcia. **Um caminho do teatro na escola**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: Educação Física III

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Estudo e vivência das diversas manifestações da Educação Física: Brincadeiras, Jogos, Esportes, Lutas (Aprofundamento das práticas); Nutrição e desempenho esportivo; Debilidades posturais associadas ao trabalho do Técnico em Informática; Atletismo (aprofundamento das práticas). Esportes aventura na natureza e radicais (visão geral).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DARIDO, Suraya Cristina (Org.). **Educação física e temas transversais na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). **Dicionário crítico de educação física**. 3. ed., rev. e ampl. Ijuí: Unijuí, 2014.

GOULART, Antônio Roberto. **Atividades diversificadas na educação física escolar:** aulas teóricas e ginástica localizada. São Paulo: Phorte, 2018.

GUISELINI, Mauro. **Aptidão física saúde bem-estar:** fundamentos teóricos e exercícios práticos. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2006.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** 8 ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

MIAN, Robson. **Atletismo:** aspectos pedagógicos na iniciação. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2018.

PEREIRA, Dimitri Wuo (Org.). **Pedagogia da aventura na escola:** proposições para a base nacional comum curricular. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2019.

RIBEIRO, Christina; LIGGIERI, Victor. **Alongamento e postura:** um guia prático. São Paulo: Summus, 2016.

STIGGER, Marco Paulo; LOVISOLO, Hugo Rodolfo (Org.). **Esporte de rendimento e esporte na escola.** Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERTAZZO, Ivaldo. **Cidadão corpo:** identidade e autonomia do movimento. 4. ed. São Paulo: Summus, 1998.

BOJIKIAN, João Crisóstomo Marcondes; BOJIKIAN, Luciana Peres. **Ensinando voleibol.** 5. ed. São Paulo: Phorte, 2012.

EHRET, Arno *et al.* **Manual de handebol:** treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2008.

MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina; MARTINS, Ida Carneiro. **Aulas de educação física no ensino médio.** 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ROSE JÚNIOR, Dante de (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência:** uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. **O ensino das lutas na escola:** possibilidade para a educação física. Porto Alegre: Penso, 2015.

SEIJAS ALBIR, Guillermo. **Anatomia e alongamentos essenciais para a corrida:** guia completo com 100 exercícios de flexibilidade. Barueri, SP: Manole, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia III

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Demografia; Geografia da população e indicadores; Dinâmica populacional; O espaço agrário; Questão agrária; O espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 2. ed. São Paulo: Hucitec: Unicamp, 1998.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura:** a região de Ribeirão Preto - SP. São Paulo: EDUSP, 2003.

REZNIK, Luís (org.). **História da imigração no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2020.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COMPONENTE CURRICULAR: História III

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA:

Um mundo sacudido por revoluções: revoluções Inglesas e a consolidação da burguesia, Iluminismo, Primeira Revolução Industrial, Independência dos EUA, Revolução Francesa, Revolução do Haiti, Era napoleônica, movimentos de independência na América espanhola; O Brasil no longo século XIX: revoltas coloniais na América portuguesa; a vinda da Corte portuguesa para o Brasil; Independência, Primeiro Reinado, Período Regencial, Segundo Reinado e a questão da escravidão. O mundo no século XIX: revoluções liberais, expansão das ideias socialistas, movimentos operários, Segunda Revolução Industrial, os EUA no século XIX, unificações italiana e alemã, imperialismo e neocolonialismo, Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, período entreguerras: crise do liberalismo e as novas formas de gestão da sociedade, Segunda Guerra Mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História:** passado e presente: do mundo moderno ao século XIX. São Paulo: Ática, 2016. v. 2

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História:** passado e presente: do século XX aos dias de hoje. São Paulo: Ática, 2016. v. 3

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2015.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina:** Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR), Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848.** 44. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos impérios: 1875-1914.** 29. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MACEDO, José Rivair. **História da África.** São Paulo: Contexto, 2014.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense.** Chapecó: Universidade Federal Fronteira Sul, 2018. *E-book*

TURING, Dermot. **A história da computação: do ábaco à inteligência artificial.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2019.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016. v. 2

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016. v. 3

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia III

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: Antropologia Filosófica: concepções do ser humano; o sentido da vida; o problema do tempo; o problema da liberdade; o existencialismo; Filosofia Política: Aristóteles e a pólis grega; a cidade ideal de Platão; Maquiavel e o contratualismo moderno; teorias da justiça; Filosofia da Ciência: ciência e senso comum; importância da ciência; concepções da ciência; ética e ciência. Estética: atitude estética; teorias da beleza; filosofia da arte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. **História das ideias políticas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos da filosofia.** 4. ed. São Paulo:

Saraiva, 2016.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. São Paulo: Paulus, 2006. 7 v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Penguin, 2010.

MELANI, Ricardo. **Diálogo**: primeiros estudos de filosofia. São Paulo: Moderna, 2017.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

PLEGER, Wolfgang. **Manual de antropologia filosófica**: os conceitos mais importantes de Homero a Sartre. Petrópolis: Vozes, 2019.

REICHER, Maria E. **Introdução à estética filosófica**. São Paulo: Loyola, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, 'O Federalista'. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA III

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Introdução a Trigonometria, Noções de Estatística, Análise Combinatória, Binômio de Newton, Probabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JUNIOR, José Ruy. **Matemática fundamental**: 2. grau, volume único. São Paulo: FTD, 1994.

LOPES, Luiz Fernando; CALLIARI, Luiz Roberto. **Matemática aplicada na educação profissional**. Curitiba: Base Editorial, 2012. (Educação profissional: ensino médio técnico)

PAIVA, Manoel. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. 3 v.

FAINGUELERNT, Estela Kaufman; GOTTLIEB, Franca Cohen. **Guias de estudo de matemática: relações e funções**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

LENGRUBER, Frederico. **Dicionário de matemática: ENEM, concursos, vestibulares, ensino fundamental e médio**. Curitiba: Base Editorial, 2011.

POSAMENTIER, Alfred S.; KRULIK, Stephen. **A arte de motivar os estudantes do ensino médio para a matemática**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco *et al.* **Jogos de matemática: de 1. a 3. ano**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Física III

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Ondulatória – Ondas Mecânicas e Eletromagnéticas; Fenômenos Ondulatórios; Óptica; Óptica aplicada às redes de computadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. **Física 2: física térmica, óptica**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

HEWITT, Paul G. **Física conceitual**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

PERUZZO, Jucimar. **Experimentos de física básica: termodinâmica, ondulatória e óptica**. São Paulo: Livraria da Física, 2012.

TREFIL, James S.; HAZEN, Robert M. **Física viva: uma introdução à física conceitual**. Rio de Janeiro: LTC, 2006. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HOLZNER, Steven. **Física II para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

PIRES, Antonio S. T. **Evolução das idéias da física**. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

VALADARES, Eduardo de Campos. **Física mais que divertida: inventos eletrizantes baseados em materiais reciclados e de baixo custo**. 3. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

WALKER, Jearl. **O circo voador da física**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 2 v.

COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA II

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: Materiais de laboratório e Segurança. Leis da conservação de massa e proporções constantes. Quantidade de matéria e mol. Estequiometria. Soluções: concentração de soluções aquosas, diluição de soluções. Uso racional, qualidade e tratamento da água. Funções inorgânicas: ácidos, bases, sais e óxidos. Dissociação iônica e ionização. Volumetria: titulação. Termoquímica: calorimetria, processos endotérmicos e exotérmicos, variação de entalpia, equação termoquímica, lei de Hess. Cinética química: velocidade das reações, teoria das colisões, fatores que afetam a velocidade das reações, lei da velocidade, ordem de reação. Processo de Equilíbrio químico: reversibilidade de reações, princípio de Le Chatelier, constante de equilíbrio, deslocamento de equilíbrio. Obtenção da Amônia: processo de Haber-Bosch. Acidez e basicidade de soluções aquosas e pH. Poluição ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LISBOA, Julio Cezar Foschini *et al.* **Química**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2014. 3 v. (Ser protagonista).

OLIVEIRA, André Fernando de; SILVA, Astréa F. de Souza; TENAN, Mário Alberto. **Redação de relatórios para químicos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.

ROCHA FILHO, Romeu Cardozo; SILVA, Roberto Ribeiro da. **Cálculos básicos da química**. 3. ed. São Carlos: Edufscar, 2013.

SILVA, Elaine Lima. **Química aplicada: estrutura dos átomos e funções inorgânicas e orgânicas**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.

ZECA, Júdse Luciano Chiqueleto. **Fundamentos de química geral**. Curitiba: Appris, 2021. (Coleção ensino de ciências).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAIRD, Colin. **Química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONICK, Larry; CRIDDLE, Craig. **Química geral em quadrinhos**. São Paulo: Blucher, 2014.

MOORE, John T. **Química para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. (Para leigos).

ROONEY, Anne. **A história da química: da tabela periódica à nanotecnologia**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR: Biologia II

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA:

Sistemas de classificação dos seres vivos. Taxonomia e nomenclatura biológica.

Sistemática filogenética

Informática como ferramenta para análises filogenéticas;

Vírus: classificação, estrutura, reprodução e doenças causadas em vegetais, animais e humanos. Príons. Procariotos: características gerais, morfologia, fisiologia e doenças causadas em animais, vegetais e humanos;

Protistas e fungos: características gerais, morfologia, fisiologia e doenças causadas em humanos; Líquens e micorrizas;

Reino Plantae: morfologia, histologia e fisiologia.

Reino Animalia: porífera, cnidária, platyhelminthes, nematoda, mollusca, annelida, arthropoda, echinodermata e chordata.

Anatomia e fisiologia humana e doenças relacionadas: sistemas respiratório, circulatório, digestório, endócrino, excretor, nervoso e sensorial e imunológico.

Identificação e utilização de softwares para construção de modelos biológicos e mapas mentais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia dos organismos: a diversidade dos seres vivos, anatomia e fisiologia de plantas e de animais.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. v. 2

LINHARES, Sérgio de Vasconcellos; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Biologia hoje: seres vivos.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. v. 2

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho. **Bio: introdução ao estudo dos seres vivos, os vírus, os moneras, os protistas, os fungos, as plantas, os animais.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. v. 2

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. **Anatomia básica dos sistemas orgânicos: com a descrição dos ossos, juntas, músculos, vasos e nervos.** 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

GRANATO, Laís Moreira; GALDEANO, Diogo Manzano. **Microbiologia, parasitologia e imunologia.** Curitiba: Intersaberes, 2020. *E-book*

RAVEN, Peter H.; EVERT, Ray Franklin; EICHHORN, Susan E. **Biologia vegetal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

REECE, Jane B. et al. **Biologia de Campbell.** 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SADAVA, David E. et al. **Vida: a ciência da biologia.** 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 3 v.

COMPONENTE CURRICULAR: Programação Orientada a Objetos I

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA:

Fundamentos de orientação a objeto. Modelagem conceitual: Abstração X Representação. O Modelo de Objetos: Classes e Objetos, Comunicação por troca de mensagens. Herança e Polimorfismo. Introdução a uma linguagem orientada a objeto. Implementação de software com uma linguagem de programação orientada a objetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEITEL, Paul J.; DEITEL, Harvey M. **Java: como programar**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

FURGERI, Sérgio; KÖLLING, Michael. **Programação orientada a objetos: conceitos e técnicas**. São Paulo: Érica, 2015.

MAIN, M. **Estrutura de dados e outros objetos usando Java**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2015.

MANZANO, José Augusto N. G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. **Algoritmos: lógica para desenvolvimento de programação de computadores**. 29. ed. São Paulo: Érica, 2019.

MANZANO, José Augusto N. G.; COSTA JUNIOR, Roberto Affonso da. **Java 8: programação de computadores: guia prático de introdução, orientação e desenvolvimento**. São Paulo: Érica, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de. **Fundamentos da programação de computadores: algoritmos, pascal, C/ C++ (padrão ANSI) e Java**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

BURD, Barry. **Começando a programar em Java para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

GÓES, Wilson Moraes. **Aprenda UML por meio de estudos de caso**. São Paulo: Novatec, 2014.

SANTOS, Rui Rossi dos. **Programação de computadores em Java**. Rio de Janeiro: Novaterra, 2014.

SANTOS, Rafael. **Introdução à programação orientada a objetos usando Java**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: Banco de Dados**CARGA HORÁRIA:** 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.**EMENTA:**

Arquitetura de um sistema gerenciador de banco de dados. Projeto de banco de dados e Modelagem. Modelo conceitual, Modelo lógico, Modelo físico. Entidade-Relacionamento, Tipo de relacionamento. Atributos, Tipo de dados. As Linguagens relacionais: SQL. Segurança em

banco de dados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DATE, C. J. **Introdução a sistemas de bancos de dados**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

ELMASRI, Ranmez; NAVATHE, Shankant B. **Sistemas de banco de dados**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2018. *E-book*

GUIMARAES, Célio Cardoso. **Fundamentos de bancos de dados: modelagem, projetos e linguagem SQL**. Campinas: UNICAMP, 2003.

HEUSER, Carlos Alberto. **Projeto de banco de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

SETZER, Valdemar W.; SILVA, Flávio S. Correa da. **Bancos de dados: aprenda o que são, melhore seu conhecimento, construa os seus**. São Paulo: Blucher, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAMAS, Luis Manuel Dias. **SQL: structured query language**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GONZAGA, Jorge Luiz. **Dominando o PostGreSQL: incluindo curso completo da linguagem SQL**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. **Banco de dados: projeto e implementação**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2008.

ROB, Peter; CORONEL, Carlos. **Sistemas de banco de dados: projeto, implementação e administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2010.

SILBERCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S. **Sistema de banco de dados**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira IV

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Estratégias de leitura. Discurso nos textos de gêneros diversos. Os mecanismos utilizados na construção, na leitura, na compreensão e na interpretação de textos dos diversos gêneros discursivos. Estudo de aspectos gramaticais de forma contextualizada. Análise Linguística dos gêneros do discurso. O discurso literário: o processo de composição, interpretação e análise de obras dos períodos literários e contemporâneas. Objetividade e subjetividade na linguagem. Linguagem técnica. Efeitos de sentidos provocados por sinais de pontuação e outras notações. Adequação discursiva. Produção textual objetiva e subjetiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABAURRE, Maria Luiza Marques; ABAURRE, Maria Bernadete Marques; PONTARA, Marcela Nogueira. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2008. v. 3

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português: encontro & interação**. 8. ed. São Paulo: Parábola

Editorial, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lucerna, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

KUENZER, Acácia (org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Espanhola III

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Ensino-aprendizagem da língua espanhola a partir das habilidades de produção e compreensão oral e escrita, com ênfase na oralidade, nos aspectos semânticos e morfossintáticos e em atendimento às especificidades profissionais da área. Abordagem de aspectos socioculturais e variedades da língua espanhola e de situações profissionais específicas. Desenvolvimento do engajamento discursivo do aluno nas práticas de uso da linguagem e criação de uma percepção sobre os diferentes mecanismos de interpretação usados discursivamente na língua espanhola e na língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI TULLIO, A.; MALCUORI, M. **Gramática de español para maestros y profesores del Uruguay**. Montevideo: ANEP, ProLEE. 2012.

FANJUL, Adrián Pablo (org.). **Gramática y práctica de español para brasileños con respuestas**. 3. ed. São Paulo: Santillana Español, 2014.

LIEBERMAN, D. **Temas de gramática del español como lengua extranjera**. Buenos Aires: Ed. Eudeba, 2007.

MARTIN PERIS, Ernesto; BAULENAS, Neus Sans. **Gente hoy 1**. Barcelona: Difusión, 2013.

MORENO, Concha; FERNÁNDEZ, Gretel Eres. **Gramática contrastiva del español para brasileños**. 2. ed. Madrid: SGEL, 2012.

PRADA, Marisa de; MARCÉ, Pilar. **Entorno laboral**: A1/A2. Madrid: Edelsa, 2013.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **Señas**: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRENES GARCÍA, Ana María; LAUTERBOM, Wanda. **La comunicación informal en los negocios**. Madrid: Arco Libros, 2002.

COSTA, J. M. S. **Gramática de los verbos en español**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

DIAS, Luzia Schalkoski. **Gramática y vocabulario**: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE. Curitiba, IBPEX, 2020. *E-book*.

FLAVIÁN, Eugenia; ERES FERNÁNDEZ, Gretel. **Minidicionário**: espanhol-português e português-espanhol. 19. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GARCÍA-T.; Diaz, M. **Dicionário Santillana para estudantes**: com cd: espanhol-português/português-espanhol. 3. ed. São Paulo: Santillana – Moderna, 2011.

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. **Conjugar verbos de España y de América**. Madrid: Edelsa, 2011.

MARTINEZ, Ron; SCHUMACHER, Cristina; AYALA, Victor. **Como dizer tudo em espanhol nos negócios**: fale a coisa certa em qualquer situação de negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

VARGAS SIERRA, Teresa. **Espanhol para negócios**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: ARTE IV

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Estudo dos fundamentos técnicos e teóricos da dança. Concepções básicas da dança acadêmica e sua aplicação prática. A improvisação empregada como técnica para a composição. Conhecer e vivenciar aspectos técnicos da dança acadêmica. Contexto histórico da dança de salão e de rua, descrevendo e identificando as danças de salão eruditas e enfatizando as danças de salão populares e regionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMINADA, Eliana. **História da dança**: evolução cultural. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

GARAUDY, Roger. **Dançar a vida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MONTEIRO, Marianna. **Dança popular**: espetáculo e devoção. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

OSSANA, Paulina. **A educação pela dança**. 6. ed. São Paulo: Summus, 2011.

TADRA, Débora Sicupira Arzua *et al.* **Linguagem da dança**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

(Metodologia do ensino de artes).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 07 marc. 2023.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO. **Danças tradicionais gaúchas:** MTG 50 anos. Porto Alegre, 2016.

SAMPAYO, Sonia. **Dança:** movimento e expressão corporal. São Paulo: Queen Books, 2013.

ZAMONER, Maristela. **Dança de salão:** a caminho da licenciatura. Curitiba: Prottexto, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia IV

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: Espaço industrial e sua dinâmica; A Divisão Internacional do Trabalho; Fontes de energia; Os conflitos internacionais e a organização do espaço; Geopolítica contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHANG, Ha-Joon. **Economia:** modo de usar : um guia básico dos principais conceitos econômicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz. **Da Guerra Fria à nova ordem mundial.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARSHALL, Tim. **O poder da geografia:** o futuro do nosso mundo em 10 mapas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada:** a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo:** relações internacionais, 1945-2000. São Paulo: Moderna, 1996.

MARSHALL, Tim. **O poder da geografia:** o futuro do nosso mundo em 10 mapas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COMPONENTE CURRICULAR: História IV

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA:

O Brasil na primeira metade do século XX: República oligárquica e Era Vargas;
O mundo após a Segunda Guerra Mundial: Guerra Fria, descolonização afro-asiática, conflitos no Oriente Médio, revoluções e ditaduras na América Latina;
O Brasil da segunda metade do século XX e das primeiras décadas do XXI: República Populista, ditadura militar e Nova República.
O mundo globalizado: neoliberalismo, movimentos políticos, desigualdades sociais e econômicas, o acesso às tecnologias de informação, as mudanças nas relações de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente: do século XX aos dias de hoje.** São Paulo: Ática, 2016. v. 3

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964).** 9. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985).** 10. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** 10. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL: nunca mais. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2015.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense.** Chapecó: Universidade Federal Fronteira Sul, 2018. *E-book*

TURING, Dermot. **A história da computação: do ábaco à inteligência artificial.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2019.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016. v. 3

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia III

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Poder, política e Estado; engenharia política e a organização do Estado Brasileiro; as eleições no Brasil; cidadania; democracia e outros regimes políticos; micropoder; instituições totais; violências e criminalidade; globalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOTELHO, André (Org.). **Essencial sociologia**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO, Silvia Maria de; MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e aprender sociologia no ensino médio**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Celso (Org.). **Textos básicos de sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Pedro António dos. **Fundamentos de sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2013.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA IV

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: Geometria Plana, Geometria Espacial, Noções de Reta e Circunferência no Plano Cartesiano. Números Binários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JUNIOR, José Ruy.

Matemática fundamental: 2. grau, volume único. São Paulo: FTD, 1994.

LOPES, Luiz Fernando; CALLIARI, Luiz Roberto. **Matemática aplicada na educação profissional.** Curitiba: Base Editorial, 2012. (Educação profissional: ensino médio técnico)

PAIVA, Manoel. **Matemática.** São Paulo: Moderna, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática:** contexto & aplicações. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. 3 v.

FAINGUELERNT, Estela Kaufman; GOTTLIEB, Franca Cohen. **Guias de estudo de matemática:** relações e funções. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

LENGRUBER, Frederico. **Dicionário de matemática:** ENEM, concursos, vestibulares, ensino fundamental e médio. Curitiba: Base Editorial, 2011.

POSAMENTIER, Alfred S.; KRULIK, Stephen. **A arte de motivar os estudantes do ensino médio para a matemática.** Porto Alegre: AMGH, 2014.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco *et al.* **Jogos de matemática:** de 1. a 3. ano. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Física IV

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: Eletricidade (Eletrostática e Eletrodinâmica); Circuitos elétricos aplicados ao desenvolvimento de hardware de computadores; Magnetismo e Eletromagnetismo; transmissão de dados em redes de computadores; Tópicos de Física Moderna; Física Moderna e a Inovação Tecnológica; Revisão de conceitos de anos anteriores

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. **Física 3:** eletromagnetismo. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

HEWITT, Paul G. **Física conceitual.** 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

HOLZNER, Steven. **Física II para leigos.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

PERUZZO, Jucimar. **Experimentos de física básica:** eletromagnetismo, física moderna e ciências espaciais. São Paulo: Livraria da Física, 2013.

TREFIL, James S.; HAZEN, Robert M. **Física viva:** uma introdução à física conceitual. Rio de Janeiro: LTC, 2006. v. 3

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PIRES, Antonio S. T. **Evolução das idéias da física**. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

VALADARES, Eduardo de Campos. **Física mais que divertida: inventos eletrizantes baseados em materiais reciclados e de baixo custo**. 3. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

WALKER, Jearl. **O circo voador da física**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 2 v.

YAMAMOTO, Masafumi. **Guia mangá relatividade**. São Paulo: Novatec, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA III

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA: Eletroquímica: número de oxidação, reações de oxirredução, pilhas, corrosão, eletrólise. Corrosão e a fabricação de placas de circuito eletrônico. Química nuclear: radioatividade, reações nucleares, fusão e fissão nuclear, tempo de meia vida. Introdução à Química Orgânica: histórico, carbono e seus compostos, cadeias carbônicas. Fórmulas de compostos orgânicos: molecular, estrutural e simplificada. Funções orgânicas: características, classificações e nomenclaturas. Petróleo e hidrocarbonetos. Funções oxigenadas: álcoois, fenóis, éteres, aldeídos, cetonas, ácidos carboxílicos e ésteres. Funções nitrogenadas: aminas e amidas. Haletos orgânicos. Propriedades físicas e químicas de compostos orgânicos. Isomeria plana e espacial. Reações orgânicas: adição, eliminação, substituição, esterificação. Polímeros. A indústria da reciclagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GARCIA, Cleverson Fernando; LUCAS, Esther Maria Ferreira; BINATTI, Ildefonso. **Química orgânica: estrutura e propriedades**. Porto Alegre: Bookman, 2015. (Série tekne)

LISBOA, Julio Cezar Foschini *et al.* **Química**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2014. 3 v. (Ser protagonista).

SILVA, Elaine Lima. **Química aplicada: estrutura dos átomos e funções inorgânicas e orgânicas**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAIRD, Colin. **Química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

OLIVEIRA, André Fernando de; SILVA, Astréa F. de Souza; TENAN, Mário Alberto. **Redação de relatórios para químicos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.

REDNISS, Lauren. **Radioativos: Marie & Pierre Curie: uma história de amor e contaminação**. São Paulo: Quadrinhos na Cia., 2021.

RISSATO, Sandra Regina; GERENUTTI, Marli. **Química orgânica: compreendendo a ciência da vida**. 2. ed. Campinas: Átomo, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Biologia III

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA:

Leis de Mendel;
Genética pós mendeliana: Grupos sanguíneos e polialelia, Interação gênica e pleiotropia, Ligação gênica, Sexo e herança genética, aplicações da genética molecular (sequenciamento de DNA, tecnologia do DNA recombinante, diagnóstico de doenças genéticas, transgenia).
Evolução: história das ideias evolutivas, evolução dos seres vivos, métodos de estudo.
Ecologia: níveis de organização dos seres vivos, habitat e nicho ecológico, cadeias e teias alimentares, relações ecológicas entre os seres vivos, sucessão ecológica. Fundamentos de Ecologia e sustentabilidade
Ciclos Biogeoquímicos e nutrição do solo, biomas brasileiros;
Poluição ambiental e destruição da biodiversidade;
Gestão de resíduos eletrônicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia das populações**: genética, evolução biológica, ecologia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. v. 3

LINHARES, Sérgio de Vasconcellos; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Biologia hoje**: genética, evolução e ecologia. 8. ed. São Paulo: Ática, 1998. v. 3

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. **Bio**: genética, evolução, ecologia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. v. 3

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Christina; LOPES, Sonia. **Sustentabilidade**: gestão estratégica na prática: conheça o modelo GES e conecte lucro com impactos socioambientais. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.

REECE, Jane B. et al. **Biologia de Campbell**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SADAVA, David E. et al. **Vida**: a ciência da biologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 3 v.

SCHWAMBACH, Cornélio; SOBRINHO, Geraldo Cardoso. **Biologia**. Curitiba: Intersaberes 2017. *E-book*

UZUNIAN, Armênio; BIRNER, Ernesto. **Biologia para um planeta sustentável**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 2022.

COMPONENTE CURRICULAR: Programação Orientada a Objetos 2

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA:

Fundamentos avançados de orientação a objeto. O Modelo de Objetos: Classes e Objetos, Comunicação por troca de mensagens. Herança e Polimorfismo. Criação de projetos em uma linguagem orientada a objeto. Implementação de projetos de software com uma linguagem de programação orientada a objetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FURGERI, Sérgio; KÖLLING, Michael. **Programação orientada a objetos: conceitos e técnicas**. São Paulo: Érica, 2015.

MAIN, M. **Estrutura de dados e outros objetos usando Java**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2015.

MANZANO, José Augusto N. G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. **Algoritmos: lógica para desenvolvimento de programação de computadores**. 29. ed. São Paulo: Érica, 2019.

MANZANO, José Augusto N. G.; COSTA JUNIOR, Roberto Affonso da. **Java 8: programação de computadores: guia prático de introdução, orientação e desenvolvimento**. São Paulo: Érica, 2014.

WAZLAWICK, Raul Sidnei. **Análise e projeto de sistemas de informação orientados a objetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de. **Fundamentos da programação de computadores: algoritmos, pascal, C/ C++ (padrão ANSI) e Java**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

DENNIS, Alan. **Análise e projeto de sistemas**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GÓES, Wilson Moraes. **Aprenda UML por meio de estudos de caso**. São Paulo: Novatec, 2014.
SANTOS, Rui Rossi dos. **Programação de computadores em Java**. Rio de Janeiro: Novaterra, 2014.

SANTOS, Rafael. **Introdução à programação orientada a objetos usando Java**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: Programação Web 2 - Programação (JS/PHP)

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 80 Hora/relógio.

EMENTA:

Introdução ao desenvolvimento de sites dinâmicos. Linguagem de Programação para Web; Conexão com Banco de Dados. Construção de aplicações. Frameworks.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DALL'OGGIO, Pablo. **PHP: programando com orientação a objetos**. 4. ed. São Paulo: Novatec, 2018.

FRANCO, Márcia Häfele Islabão; BERTAGNOLLI, Sílvia de Castro. **Desenvolvimento de software III: programação de sistemas web orientada a objetos em Java**. Porto Alegre: Bookman, 2016.

MARCHETE FILHO, João Rubens. **Desenvolvendo um sistema web com PHP do começo ao fim: com MySQL, HTML5 e Bootstrap Framework**. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2015.

NIEDERAUER, Juliano. **Desenvolvendo Websites com PHP: aprenda a criar websites dinâmicos e interativos com PHP e banco de dados**. 3. ed., rev. atual. São Paulo: Novatec, 2017.

SALVADOR, Fábio Burch. **Programando em PHP: integração com MySQL**. 2. ed., rev. e ampl. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MILETTO, Evandro Manara; BERTAGNOLLI, Sílvia de Castro (Org.). **Desenvolvimento de software II: introdução ao desenvolvimento web com HTML, CSS, JavaScript e PHP**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

NIERADKA, Itamar Pena. **PHP: desenvolvimento com padrões de projeto**. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2015.

SILVA, Maurício Samy. **Fundamentos de HTML5 e CSS3**. São Paulo: Novatec, 2015.

SILVA, Maurício Samy. **HTML 5: a linguagem de marcação que revolucionou a Web**. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2014.

SILVA, Maurício Samy. **Web design responsivo**. São Paulo: Novatec, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: Orientação de Estágio

CARGA HORÁRIA: 40 Hora/aula e 40 Hora/relógio.

EMENTA: Orientação aos alunos quanto a aplicação dos conhecimentos teórico-práticos adquiridos no decorrer do curso em empresas que possuam setor de informática e elaboração do relatório de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999, 176p.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MONTEIRO, G. **Guia para a elaboração de projetos, trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações e teses.** São Paulo: Edicon, 1998.

SCHMIDT, André de Barros. **Manual de técnicas de trabalhos acadêmicos.** Osasco: EDIFIEO, 2014.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR).** Curitiba, 2010. 86 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2000.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** 10. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 139 p

6.8 ESTÁGIO CURRICULAR

A proposta da prática de estágio realizado pelos alunos do curso técnico em informática será integrado ao componente curricular de estágio cursado durante o 4º ano. Essa abordagem proporcionará uma oportunidade única para os estudantes aplicarem os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso em um ambiente de trabalho real. Com essa combinação entre teoria e prática, os alunos poderão vivenciar situações reais da área de informática, desenvolver habilidades profissionais e ampliar sua experiência no setor. Além disso, essa integração permitirá uma melhor supervisão e acompanhamento dos alunos durante o estágio, garantindo uma experiência mais enriquecedora e alinhada com os objetivos do curso.

Seguindo as orientações curriculares nacionais, a prática profissional é compreendida como um componente curricular e se constitui em uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadora de uma formação integral de sujeitos para atuar num mundo em constantes mudanças e desafios. É estabelecida, portanto, como condição indispensável para obtenção do diploma de técnico de nível médio. Deste modo, será realizada por meio de Estágio Curricular obrigatório e não obrigatório.

O Estágio Supervisionado do curso Técnico em Informática tem por objetivo

complementar a formação profissional do aluno, além da integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade e oferecendo como resultado concreto a redação de relatórios sob o acompanhamento e supervisão de um docente orientador. Sendo realizado em empresas ou instituições parceiras do Instituto Federal do Paraná – Campus Avançado Barracão, que possuam condições de proporcionar experiências profissionais reais de trabalho ao aluno.

O estudante tem a possibilidade de realizar o estágio curricular não obrigatório, além do estágio obrigatório. Ambos são regidos pelo RGE, anexo neste PPC, e pela RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR Nº 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022, que dispõe sobre a política de estágios do IFPR e define as orientações para sua realização. Sendo que o estágio obrigatório será supervisionado na forma indireta. Ocorrendo direcionamento e acompanhamento do estágio através de aulas, observação esporádica, ocorrendo ao menos uma vez por período, das atividades desenvolvidas nos campos de estágio ao longo de todo o processo pelo professor orientador e reuniões com os profissionais supervisores nos campos de estágios.

A prática profissional, representada pelo estágio curricular obrigatório, terá carga horária de 90 horas e deverá ser devidamente planejada, acompanhada e registrada, a fim de que se configure em aprendizagem significativa, experiência profissional e preparação para os desafios do exercício profissional. Devendo ser desenvolvido individualmente, este aluno terá o acompanhamento do coordenador do curso, coordenação pedagógica e professor orientador que tem como atribuições orientar, acompanhar e avaliar este aluno.

Finalizando o período de estágio, o estudante apresentará no componente Orientação de Estágio o seu relatório final de estágio, descrevendo as atividades realizadas, vinculando as mesmas ao mundo do trabalho e os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, sendo avaliado pelo professor do componente curricular Orientação de Estágio.

6.9 CARACTERÍSTICAS DO ESTÁGIO

Carga Horária do Estágio Obrigatório: 90 horas

Período: Quarto ano do curso.

6.10 CONVÊNIOS DE ESTÁGIO

Os detalhes a respeito dos convênios de estágio estão descritos no Anexo A.

6.11 TRABALHO FINAL DE CURSO

Não se Aplica

7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

7.1 AÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE

O ingresso no Curso Técnico em Informática integrado ao ensino médio pode ocorrer das seguintes formas:

- I. Processo seletivo;
- II. Processo seletivo simplificado para vagas remanescentes;
- III. Convênio cultural, educacional e/ou científico e tecnológico;
- IV. Aluno especial;
- V. Transferência.

Desde o acesso, busca-se a inclusão social por meio do sistema de cotas, assim como está disposto na Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dessa forma, o Instituto Federal do Paraná, vinculado ao Ministério da Educação, o IFPR - Campus Avançado Barracão reserva vagas de cotas em seus editais, ou aqueles nos quais está vinculado, a qual classifica as seguintes categorias cotistas:

I - População Negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II - Pessoas com Deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode 85 obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

III - Indígenas: candidatos autodeclarados indígenas;

IV - Renda Familiar: cota reservada para candidatos que encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica devido a renda familiar inferior a 1,5 salários mínimos;

V - Pessoas Trans: candidatos autodeclarados travestis, mulheres e homens transexuais;

VI - Pessoas Migrantes e Refugiadas: Migrantes em situação de vulnerabilidade social (estado decorrente da pobreza, baixa ou ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos e/ou, fragilização de vínculos afetivos e/ou comunitários) que tenham autorização de residência ou tenham realizado solicitação de autorização de residência, independentemente da situação migratória que houverem ingressado no Brasil, e pessoas solicitantes de refúgio ou reconhecidas pelo governo brasileiro como refugiadas;

VII - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição.

Ressalta-se, a reserva de vagas a serem preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, é realizada nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição.

7.1.1 Programas de ensino, pesquisa, extensão, inovação, inclusão social e assistência estudantil

De acordo com a Resolução CONSUP/IFPR nº 011/2009, que regulamenta a Política de Apoio Estudantil do IFPR, a permanência dos alunos do Curso Técnico em Informática será incentivada por meio de ações voltadas aos estudantes; ações estas em consonância com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais. Dessa forma, o curso estimulará o desenvolvimento de atividades como monitoria, pesquisa, extensão, iniciação científica, atividades acadêmico-científico-culturais, em que os estudantes poderão participar de oficinas, atividades de qualificação acadêmica, ações que envolvam a comunidade, etc.

Nesse sentido, a responsabilidade institucional de desenvolvimento da Política de Apoio Estudantil, no âmbito do IFPR, será da Pró-Reitoria de Ensino, a ser efetivada pela Diretoria de Assuntos Estudantis e Atividades Especiais (DAES). Essa política tem como princípio a inclusão social, que é o grande diferencial e o desafio maior do IFPR. Assim, a Assistência Estudantil assume uma função fundamental em relação à permanência do

estudante no Curso Técnico em Informática, ofertado pelo Campus Avançado Barracão, considerando a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, a contribuição para a melhoria do desempenho acadêmico, além de agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A Política de Apoio Estudantil do IFPR, de acordo com resolução, se pautará nos princípios de:

I – educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;

II – igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;

III – garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;

IV – defesa do pluralismo de ideias com reconhecimento a liberdade de expressão;

V – eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação.

Nesse sentido, e visando contribuir para a formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida do estudante, o IFPR - Campus Avançado Barracão - dispõe de programas e ações da Assistência Estudantil com o propósito de auxiliar no que diz respeito ao acesso, permanência e êxito formativo, e, assim, dar suporte para uma formação qualificada dos futuros profissionais. Quais sejam:

1 – PACE: O PACE está regulamentado pelas Resoluções da Política de Apoio Estudantil e da Instrução Interna de Procedimentos N° 20/PROENS, de 27/02/2012 e consiste em oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal, de forma a dar o aporte necessário no que diz respeito à moradia, à alimentação, ao transporte e às demais necessidades, de modo a contribuir para sua permanência, melhoria do desempenho acadêmico e conclusão do curso.

2 – PROCORP (Programa Cultura Corporal): O PROCORP visa oportunizar os estudantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica regularmente matriculados no curso, à preparação atlético-esportiva, prioritariamente nas modalidades individuais e coletivas contempladas nos jogos dos Institutos Federais. Serão ofertadas bolsas para os estudantes que estejam nos critérios.

3 – PROGRAMA MONITORIA: O Programa de Monitoria é uma atividade formativa de ensino que visa contribuir com o desenvolvimento e o processo de ensino-aprendizagem do estudante monitor, de forma a colaborar com o envolvimento do estudante no curso e, por consequência, colaborar com a redução das chances de evasão. As vagas serão disponibilizadas para os componentes curriculares indicados pelo campus. O público alvo do Programa será estudantes do curso, regularmente matriculados, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que passará por análise socioeconômica e avaliação de

aprendizagem. Compete ao monitor do Curso Técnico em Informática:

- facilitar o relacionamento entre os docentes e os estudantes na execução das atividades didáticas;
- avaliar o andamento da área e ou do componente curricular, do ponto de vista discente;
- contribuir com o docente no que diz respeito às atividades de práticas pedagógicas;
- conhecer as legislações referentes à monitoria; e participar das atividades relacionadas à monitoria.

Ao final do Programa, o monitor apresentará relatório final contendo as atividades desempenhadas, com anuência e assinatura do docente orientador do componente curricular.

Faz-se saber que é vedado atribuir ao monitor atividades de responsabilidade do docente ou funções burocráticas que descaracterizem o objetivo do Programa.

4 – PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS ESTUDANTIS: O programa destina-se a apoiar o estudante, logisticamente e financeiramente, em eventos acadêmicos de natureza didáticocientífica, política, artística, cultural e esportiva. A solicitação do recurso poderá ser feita através de preenchimento do formulário específico atendendo a todos os requisitos e documentação solicitados pela DRE/PREPPG.

5 – PROGRAMA DE BOLSA E EXTENSÃO (PIBEX): tem por objetivos principais incentivar as atividades de extensão com vistas à produção e divulgação do conhecimento a partir da realidade local; contribuir com a formação do estudante em seus aspectos técnico tecnológico e humano; promover a participação de servidores e estudantes em atividades de integração com a sociedade; incentivar a interação entre o conhecimento acadêmico e o popular contribuindo com políticas, fomentar a participação dos discentes em grupos de pesquisas científicas, públicas, assim como, colaborar com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido os professores que representam o colegiado do curso Técnico em Informática fazem a opção por um ensino que promova a qualificação profissional e inovação, desafiando o aluno para a descoberta de um mundo novo, valorizando as conquistas realizadas e desenvolvendo as potencialidades do aluno, através de desafios propostos no ensino, na pesquisa e na extensão, conforme as Resoluções do CONSUP/ IFPR nº 04/2019 nº,11/2018 e nº 58/2019. Neste sentido, a proposta prevê:

- A instrumentalização de espaços reais de exercício de atividades teórico-práticas;
- A utilização da informática, rede e uma estrutura física para construção do conhecimento;
- O desenvolvimento de projetos de ensino com participação acadêmica (monitoria,

bolsa ou voluntariado);

- Possibilidades de acesso a atividades complementares, que favoreçam a construção da formação integral do futuro Tecnólogo;
- O estímulo à organização e participação, pelos acadêmicos de eventos e atividades que possibilitem a atualização, o aperfeiçoamento e a inserção profissional na área de Informática;
- Participação em eventos da área acadêmica como congressos, encontros, simpósios, seminários, jornada científica, semana acadêmica, aperfeiçoando a Ciência, entre outros;
- Ofertar estágio supervisionado em diferentes linhas do conhecimento em informática.

Outra oportunidade é o estímulo a participação em grupos de pesquisa, de bolsas de iniciação científica que poderão ser obtidas pelos professores do curso nas agências financiadoras de Pesquisa externas como o FINEP, Itaipu Binacional, CNPq, Fundação Araucária, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior além de editais concedidos e apoiados com recursos financeiros pela própria instituição, mediante a aprovação em edital, execução de projetos de pesquisa ou de extensão dos docentes vinculados ao curso. Da mesma forma, será mantida uma ação permanente em prol de recursos físicos, equipamentos para as atividades desenvolvidas na pesquisa e extensão, mediante a busca externa e a realização de parcerias através de projetos de pesquisa que venham somar com recursos da Instituição.

7.1.2 Acessibilidade

A Lei Brasileira de Inclusão (13146 de 06 de julho de 2015) reitera o direito à acessibilidade já garantido nas ambiências legais nacionais há algum tempo, sublinhando em seu artigo 53, que os recursos de acessibilidade dentro do convívio social e/ou educativo devem promover condições para que a pessoa consiga “viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.”

Com o intuito de concretizar espaços cada vez mais inclusivos na ambiência educativa é impreterível pensar coletivamente nas estruturas físicas, bem como nas tecnologias assistivas que precisam ser aplicadas mediante às necessidades específicas apresentadas pelos/as estudantes no contexto educativo. Sobretudo, promover a acessibilidade no ambiente educativo requer postura comprometida dos/as profissionais perante os objetivos de uma educação inclusiva plena, a fim de eliminar as barreiras impostas aos sujeitos com alguma condição de deficiência.

Buscando atender a legislação vigente Lei n. 10.048/2000 e Lei nº 10.098/2000 e Decreto nº 5.296/2004, assim como compreendendo a importância da universalização da educação, sendo esta um direito de todos, o Campus Avançado Barracão tem se esforçado em atender da melhor forma possível todos que buscam nossa instituição, tanto com infraestrutura, listada abaixo, bem como no decorrer dos anos através da SEPAE tem sido ofertado momentos de formação junto aos docentes.

Atualmente o campus possui determinados materiais, equipamentos e espaços físicos que visam atuar como suporte para a inclusão de pessoas com necessidades específicas, conforme tabela abaixo:

Quantidade	Materiais, equipamentos e espaços físicos Existente no campus
02	Tablets
01	Notebook
01	Teclado para baixa visão
01	Cadeira de rodas
04	Banheiros adaptados

7.1.3 Educação inclusiva

A perspectiva de uma educação que se propõe inclusiva está alinhada à garantia do acesso e à promoção dos direitos humanos dentro do âmbito educacional, na medida em que oferece condições para que os sujeitos estudantes, compreendidos na sua diversidade e singularidade, sejam inseridos no processo de ensino e aprendizagem de maneira justa e equânime. Sendo assim, essa inclusão não está relacionada apenas com a marcação social da deficiência, que algumas pessoas carregam, senão também está atravessada por outros marcadores sociais da diferença, como classe social, raça-etnia, gênero e sexualidade. Sendo os sujeitos, social e culturalmente localizados dentro dessas marcações sociais, essas devem ser consideradas dentro do contexto educacional de modo a nortear as práticas pedagógicas e de ensino.

Além do que já foi descrito no item 7.1.2, para auxiliar neste processo temos no campus a coordenação do Napne, cuja finalidade dentro do Instituto Federal do Paraná é:

1. incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades específicas e do público-alvo da Educação Especial na instituição;
2. contemplar e implementar as Políticas Nacionais de Educação Inclusiva;
3. incentivar, participar e colaborar no desenvolvimento de parcerias com instituições que atuem na educação/atuação/inclusão profissional, para pessoas com necessidades específicas;
4. difundir informações e resultados de estudos sobre a temática, no âmbito interno e externo dos campi, articulando ações de inclusão em consonância com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
5. promover a cultura da educação inclusiva para a convivência, aceitação e respeito às especificidades dos estudantes;
6. integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar, propiciando corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão na Instituição;
7. fomentar práticas democráticas de inclusão, como diretrizes de atuação do campus;
8. buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais na Instituição;
9. fomentar e participar de capacitações relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas.

E nos campi possui as seguintes competências:

1. Elaboração e implementação de projetos, prestação de assessorias e realização de ações educacionais, com base nas normas vigentes, para a disseminação da cultura da inclusão no Instituto Federal do Paraná;
2. Contribuir com as políticas de inclusão das esferas municipal, estadual e federal;
3. Mediar as negociações e convênios com possíveis parceiros para atendimento das pessoas com necessidades específicas, mediante consulta de viabilidade junto à CONAPNE;
4. Auxiliar na implementação de políticas de acesso, permanência e êxito dos alunos com necessidades específicas, de acordo com a legislação vigente;
5. Auxiliar na avaliação diagnóstica para a identificação das necessidades específicas, junto à Seção Pedagógica, à Secretaria acadêmica e aos Conselhos de Classe;

6. Avaliar as demandas dos estudantes com necessidades específicas, através de estudo de caso e emissão de parecer, com a descrição de quais serviços poderão ser ofertados para cada estudante;

7. Acompanhar o desenvolvimento das ações relacionadas aos estudantes com necessidades específicas;

8. Registrar em ata todas as reuniões e atividades realizadas pelo NAPNE;

9. Manifestar-se, sempre que se fizer necessário, sobre assuntos didático-pedagógicos e administrativos, relacionados à inclusão;

10. Organizar reuniões e momentos de formação para tratar de flexibilizações, adequações e organização do trabalho educacional com alunos que apresentam necessidades específicas, sempre que necessário, em consonância com a direção do campus;

11. Participar do Conselho de Classe para o acompanhamento e identificação de alunos com necessidades específicas.

Nesta perspectiva, o Campus tem se movimentado no processo de garantir o atendimento qualitativo dos/as estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) mediante a organização do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), bem como a inserção no Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com as especificidades do/a estudante analisadas por uma equipe multidisciplinar de profissionais do campus. No que diz respeito à organização de adaptações e flexibilizações curriculares, cabe contextualizar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996 estabelece em seu artigo 59 que:

os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades [...].

Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13146/2015, aponta em seu art. 27 que:

a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Considerando essa premissa, evidencia-se a necessidade e importância de que os

processos educativos estabelecidos no curso atendam os estudantes em suas necessidades, considerando suas especificidades e condições. A referida lei também aponta que é função do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar, entre outros aspectos:

- o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

Nessa perspectiva, o projeto pedagógico do curso entende que as adaptações e flexibilizações curriculares são instrumentos de inclusão de grande relevância e que devem ser adotados conforme as necessidades e demandas oriundas dos estudantes. Conforme Lopes,

pode-se entender a flexibilização ou adaptação como a resposta educativa que é dada pela escola para satisfazer as necessidades educativas de um aluno ou de um grupo de alunos, dentro da sala de aula comum, na medida em que o que se faz ou deve-se fazer são ajustamentos, adequações do currículo existente às necessidades do aluno. (LOPES, 2008, p. 10).

Cabe ressaltar que as adaptações podem ser realizadas nos objetivos, nos conteúdos, nos métodos, na avaliação e na temporalidade. Não obstante, as adaptações de grande porte podem incidir nesses mesmos elementos do currículo, contudo nesse caso elas devem ser previamente autorizadas por instâncias superiores. (MEC, 2000).

Já o NEABI Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do Instituto Federal do Paraná têm o papel institucional de fomentar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas) no IFPR e para a superação de diferentes formas de discriminação étnico-racial. Tendo como finalidade, conforme Resolução CONSUP/IFPR nº 71, de 20 de dezembro de 2018, atuar na consolidação das diretrizes e ações de Ensino, Pesquisa e Extensão voltadas para a educação das relações étnico-raciais, contribuindo para a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e à discriminação étnico-racial, implementação e cumprimento das Leis n.9394/96, n.10.639/03 e n.11.645/08, nos

respectivos campi do IFPR, em todos os níveis de ensino. Possuem o papel de assessorar a Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPi) na gestão das políticas públicas contribuindo assim com o fortalecimento, a criação e a implementação de diretrizes, metas e ações com foco nessas identidades socioculturais. No Campus Avançado Barracão, o Neabi promove seminários, oficinas, exposições, salas temáticas, atividades de campo, etc. com objetivo de debater a realidade destes povos, tanto a nível nacional como local.

De acordo com Mantoan (2013, p.20), depreende-se que “a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora”, e tal inferência coaduna com os ideários educativos que permeiam a ambiência do IFPR, tendo assim, a incumbência educacional de promover sempre movimentos em prol de práticas educativas mais solidárias, revolucionárias, humanizadas, significativas, democráticas, quiçá, inclusivas.

7.1.4 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Têm-se a educação especial como um direito garantido a todos e todas nas legislações vigentes, sendo esta uma modalidade transversal em todos os níveis e etapas da organização do ensino na sociedade brasileira .

O trabalho em prol da legitimação constante da educação especial é algo que exige intenso comprometimento dos/as profissionais envolvidos na tarefa de incluir todos e todas no processo de ensino e aprendizagem em quaisquer contextos.

Nesse sentido, o AEE tem a perspectiva de demarcar a labuta que permeia a concretização de uma educação inclusiva, humana, quiçá transformadora de vidas nos meandros da educação especial na contemporaneidade. Vislumbra-se garantir a presencialidade da educação especial nos documentos pedagógicos norteadores.

As atividades desenvolvidas precisam contemplar todo o público que compreende o AEE, para tanto faz-se necessário indicar alguns assuntos pertinentes às diversas e diversificadas áreas da educação especial, lembrando que cada estudante é um sujeito singular que precisa ser investigado com cautela, por intermédio de diálogos com os partícipes que estejam envolvidos com o/a referido/a estudante, a fim de que seja primeiramente, realizado uma avaliação por uma equipe multidisciplinar, instituída por portaria institucional, e então, realizar-se-á a inserção do/a estudante no AEE.

Para tal ação, o AEE prevê a flexibilização curricular e adaptações aos estudantes com Deficiência, Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação. Desenvolvimento da autonomia e identidade dos/as estudantes da educação especial. Uso de tecnologia assistiva e de comunicação alternativa. Atividades suplementares e complementares ao processo de ensino e aprendizagem do/a estudante. Promoção de

parcerias entre família e escola, estimulando as interações. Avaliação em Equipe Multiprofissional para ingresso no AEE. Mediação de avaliação (auxílio na realização do instrumento avaliativo). Plano de Ensino de Atendimento Educacional Especializado. Orientação para a elaboração do Plano de Trabalho do Estudante junto aos docentes. Contribuição no processo de implementação de políticas públicas para a educação especial, na esfera local, regional e nacional. 10 Entende-se como público, pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

7.1.5 Mobilidade estudantil e internacionalização

O IFPR normatizou, por meio da IIP 002/2014 IFPR/PROENS, a mobilidade estudantil do Instituto Federal do Paraná, entendendo como o processo pelo qual o estudante desenvolve atividades em instituição de ensino distinta da que mantém vínculo acadêmico escolar/acadêmico. São consideradas como atividades de mobilidade escolar e acadêmica aquelas de natureza técnica, científica, artística, acadêmica e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação integral do estudante, com duração das atividades de até 30 dias e excepcionalmente, para mobilidade internacional, de até 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por até seis meses.

A mobilidade acadêmica no IFPR divide-se em três modalidades, sendo elas: Mobilidade Acadêmica Nacional: aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em outra instituição de ensino brasileira, mantendo o vínculo de matrícula na instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade nacional”; Mobilidade Acadêmica Internacional: caracterizada pela realização de atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, com manutenção do vínculo de matrícula na instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade internacional”; Intercâmbio: forma de mobilidade escolar/acadêmica por meio da qual, além da participação de estudantes do IFPR em outra instituição de ensino brasileira ou estrangeira, contempla-se também o recebimento de estudantes dessas outras instituições mediante disponibilidade de vagas pelo IFPR.

Através da oferta dessas modalidades de mobilidade escolar/acadêmica, tem-se por objetivo proporcionar ao estudante a possibilidade de enriquecimento de sua formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais, ao mesmo tempo em que é promovida sua

interação com diferentes culturas visando ampliar sua visão de mundo e o domínio de outro idioma, e favorece-se a construção de sua autonomia intelectual e seu pensamento crítico.

Essas formas de ações institucional, sejam elas de Extensão, Pesquisa e Inovação possibilitam ainda, a troca e divulgação dos aprendizados, por meio de publicação em periódicos (incluindo os periódicos institucionais), bem como por meio da Editora IFPR.

Indissociavelmente vinculado a estes objetivos, o estímulo à cooperação técnicocientífica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes e professores do campus com colegas de instituições nacionais e internacionais proporcionará maior visibilidade nacional e internacional ao IFPR, e contribuirá decisivamente para o processo de internacionalização do ensino, pesquisa e extensão em nossa instituição. Diretamente vinculada à mobilidade estudantil, a internacionalização engloba todos os esforços da instituição no sentido de incorporar perspectivas globais no ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a construção de competências internacionais e interculturais entre alunos, professores e técnicos, e para o estabelecimento de parcerias com comunidades e instituições de outros países.

8 CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

8.1 CORPO DOCENTE

8.1.1 Atribuições do Coordenador

A coordenação do curso é o órgão responsável pela parte acadêmica e administrativa do curso, estando vinculada diretamente à Coordenadoria de Ensino. A ela compete o acompanhamento da vida acadêmica do aluno do IFPR, desde a entrada no curso pretendido até o seu término. Também é responsável por responder pelo curso no âmbito do campus, assim como contribuir para a organização curricular do campus. Conforme a Portaria nº. 592 de 22 de dezembro de 2012, a carga horária mínima para dedicação a função de coordenador de curso é de 16 horas semanais.

Conforme manual de competências, cabe ao coordenador:

- cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- planejar ação didático/pedagógica dos cursos juntamente com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino;
- executar as deliberações do CONSAP e CONSUP;
- orientar o corpo discente e docente dos cursos sob sua coordenação sobre

currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino;

- organizar e registrar por meio de atas reuniões com os docentes do curso; supervisionar situações acordadas em reuniões;
- assessorar a coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas dos cursos ofertados;
- presidir a comissão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;
- supervisionar o cumprimento da carga horária dos cursos coordenados, estipulada na matriz curricular, bem como tomar as devidas providências nos casos em que haja necessária substituição de professores/permuta de aula, em caso de faltas justificadas ou atividades extracurriculares; atender aos pais juntamente com a Coordenação de Ensino;
- exercer o papel de "ouvidor" de alunos e professores em assuntos relacionados ao curso; zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação específica;
- supervisionar o preenchimento do diário de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os e encaminhando para a Coordenação de Ensino;
- elaborar, revisar e acompanhar os projetos pedagógicos do curso;
- supervisionar os planos de ensino docente e solicitar correções caso seja necessário, assinando-os e encaminhando-os à coordenação de ensino;
- articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;
- elaborar, com o auxílio dos docentes, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos às necessidades do curso;
- acompanhar comissões de avaliação de curso, bem como, fornecer informações do curso solicitadas pelos órgãos da Reitoria e também pelas seções do MEC;
- desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

8.1.2 Relação do Corpo docente

Os docentes que atuam ou podem atuar no Curso Técnico em Informática integrado ao ensino médio.

Nome	Área	Perfil de formação	Componente Curricular
Artur Monteiro da Costa (40h)	Informática	Tecnólogo em Análise de Sistemas, pós graduado em gestão pública e Mestre em Educação	Prog Orientada Obj 1 Prog Orientada Obj 2 Prog Web 1 - Web Desing (HTML/CSS) Prog Web 2 – Programação (JS/PHP) Redes de computadores Banco de Dados
Cicera Andreia De Souza (DE)	Educação Física	Educação Física, Mestrado em Educação Física	Ed. Física I Ed. Física II Ed. Física III
Fernanda Marchiori Grave (DE)	Matemática	Matemática, Mestrado em Educação em Ciências e em Matemática	Matemática II Matemática III Matemática IV
Fernando Prestes De Souza (DE)	História	História, Doutorado em História Social	História I História II História III História IV

Jean Carlos Herpich (DE)	Filosofia	Filosofia, Doutorado em Filosofia	Filosofia I Filosofia II Filosofia III
João Luciano Bandeira (DE)	Geografia	Geografia, Doutorado em Geografia	Geografia I Geografia II Geografia III Geografia IV
Jovane Gonçalves dos Santos (DE)	Sociologia	Sociologia, Mestrado em Ciências Sociais	Sociologia I Sociologia II Sociologia III
Maicon Rodrigues (DE)	Português	Português/ Inglês, Especialização em Cultura e Literatura	L. Portuguesa e Literatura Brasileira I L. Portuguesa e Literatura Brasileira II L. Portuguesa e Literatura Brasileira III
Mario Victor Vilas Boas (DE)	Física	Física. Especialização em Ensino de Física	Física I Física II Física III Física IV
Marisa Biali Cora (DE)	Administração	Administração, Mestrado em Desenvolvimento Regional	Matemática I

Paulo Sérgio Balbino Miguel (DE)	Biologia	Biologia, Doutorado em Microbiologia Agrícola	Biologia I Biologia II Biologia III
Rafaela Marques Rafael (DE)	Português/ Espanhol	Português/ Espanhol, Mestrado em da Estudos Tradução	L. Estrangeira Moderna - Espanhol I L. Estrangeira Moderna - Espanhol II L. Estrangeira Moderna - Espanhol III
Raquel Rodrigues Teixeira Benevides (DE)	Química	Química, Mestrado Profissional em de Ciências e Matemática	Química I Química II Química III
Simone da Silva Castro (DE)	Administração	Administração, Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas	Orientação de estágio
Valdenir Iotti (DE)	Artes	Licenciatura em Educação Artística. Mestrado em Educação	Artes I Artes II Artes III Artes IV
Yohana Diel Saheli (DE)	Português/ Inglês	Graduação em Letras Português/Inglês	L. Portuguesa e Literatura Brasileira IV L. Estrangeira Moderna - Inglês I L. Estrangeira Moderna -

			Inglês II L. Estrangeira Moderna - Inglês III
A contratar	Informática	Graduação na área de Informática	Informática Básica Hardware e Sistemas Operacionais Lógica de Programação e algoritmo

8.1.3 Colegiado de Curso

Conforme Resolução 8 de 30 de abril de 2014, os colegiados de cursos são órgãos consultivos e deliberativos do campus de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar. O colegiado de curso reunir-se-á ordinariamente com periodicidade mínima mensal por convocação da coordenação de curso, ou quando houver necessidade e, por convocação da Coordenação de Curso ou da Direção Adjunta do campus. As proposições e deliberações advindas da reunião do Colegiado de Curso são lavradas em ata, com a assinatura de todos os membros presentes. A composição do colegiado do curso é a seguinte:

I – os(as) docentes dos componentes curriculares do curso;

II – 01 (um) representante técnico administrativo em educação ligado diretamente ao curso, quando houver;

III – dois representantes discentes, de turmas distintas.

Parágrafo único. O Colegiado de Curso será coordenado por um(a) docente e na sua ausência pela Coordenação de Ensino do campus.

As ações do colegiado do curso até o momento estão vinculadas às solicitações realizadas pelos gestores máximos do campus, em conformidade com os órgãos reguladores do IFPR.

8.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Nome	Formação	Regime de Trabalho (40h, 30h ou 20h)	Cargo
Antonio Augusto Ferreira Santos	Psicologia/ Pedagogia.	40h	Psicólogo
Bárbara Antunes da Silva	Serviço Social/ Administração.	40h	Assistente Social e Chefe da seção de Ensino
Everton Correia Luz	Bacharel em Biblioteconomia habilitação em gestão da informação.	40h	Bibliotecário
Fabricio Gleden	Gestão Pública.	40h	Auxiliar em Administração
João Pedro Rodrigues Davidonis	Direito	40h	Assistente em Administração/ Chefia Seção Administrativa.
Jonatan Willian Daniel	Filosofia	40h	Assistente de Alunos
Luciano Dameão Canzi	Gestão Pública	40h	Assistente em Administração
Marco Aurelio Pereira de Sousa	Bacharel em Contabilidade	40h	Assistente em Administração/ Secretaria Acadêmica
Sandra Fatima Duarte Smiderle	Administração/ Pedagogia	40h	Auxiliar em Administração
A Contratar	Licenciatura	40h	Técnico em Assuntos Educacionais
A Contratar	Pedagogia	40h	Pedagogo

8.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA (UNIÃO)

O IFPR possui a seguinte estrutura hierárquica de seus órgãos colegiados definidos conforme consta em seu Regimento Geral (Resolução CONSUP/IFPR nº 56, de 03 de dezembro de 2012), onde em cada instância, órgão ou colegiado busca apresentar representantes das diferentes esferas da comunidade na qual o IFPR está inserido.

8.3.1 Funcionamento dos Colegiados de Gestão

I – Conselho Superior (CONSUP): É o órgão máximo normativo, consultivo e deliberativo, nas dimensões de planejamento, acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar do IFPR, tendo sua composição e competências definidas no Estatuto do IFPR (Conselho Superior Do Instituto Federal Do Paraná retificado pela Resolução nº 02/2015) e seu funcionamento definido pelo seu regimento interno.

II – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE): É o órgão propositivo, consultivo, normativo e deliberativo, por delegação do Conselho Superior, no que tange às Políticas institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão.

III – Conselho de Administração e Planejamento (CONSAP): É órgão propositivo, consultivo, normativo e deliberativo, por delegação do Conselho Superior, no que tange às políticas institucionais de gestão de pessoas, recursos humanos, financeiros, infraestrutura e expansão física, planejamento e desenvolvimento institucional.

IV – Colégio de Dirigentes – CODIR: É o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com caráter consultivo. São competências do Colégio de Dirigentes definidas no Manual de Competências do IFPR de 10 de março de 2015: Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos; Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; Apresentar a criação e alterações de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal; Apreciar e recomendar o calendário de referência anual; Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetido. (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, Manual de Competências, 2015).

V – Colégio Dirigente do Campus (CODIC): A Resolução nº 22 de 02 de setembro de 2014 aprovou o regimento interno do CODIC. É o órgão consultivo, propositivo, avaliativo, mobilizador e normativo de apoio técnico e político à gestão do campus. O CODIC é composto por:

- Direção geral, como presidente;
- Diretoria de planejamento e administração;
- Diretoria de ensino, pesquisa e extensão; Representação de 50% das coordenações de curso e/ou área, de eixos tecnológicos distintos, sendo no mínimo de 02 (dois) e no máximo de 04 (quatro), eleitos por seus pares;
- 02 representantes dos docentes;
- 02 representantes dos docentes técnicos administrativos em educação;
- 02 representantes dos discentes, sendo um do ensino superior quando houver;
- 01 representante dos pais de alunos da educação profissional técnica integrada do ensino médio;
- 02 (dois) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um) indicado por entidades patronais e 01 (um) indicado por entidades dos(as) trabalhadores(as);

São atribuições do CODIC: A função consultiva e propositiva correspondente às competências para assessorar a gestão do campus, opinando sobre as ações pedagógicas, administrativas, orçamentárias e disciplinares exercidas pelas Unidades Executivas, abrangendo as seguintes atividades:

- Manifestar sobre a proposta curricular do campus, bem como analisar dados do desempenho educacional da instituição para propor o planejamento das atividades pedagógicas;
- Participar do processo de avaliação institucional da unidade e opinar sobre os processos que lhe forem encaminhados;
- Recomendar providências para a melhor utilização do espaço físico, bens e serviços e do pessoal do campus;
- Opinar sobre o planejamento global e orçamentário do campus e recomendar sobre suas prioridades, para fins de aplicação dos recursos a elas destinados;
- Manifestar sobre a prestação de contas referentes aos programas e projetos desenvolvidos pelo campus, antes de ser encaminhada ao setor competente do IFPR;
- Propor estratégias para atender com eficiência e eficácia as atividades finalísticas do campus.

VI – Colegiado de Gestão Pedagógica do Campus (CGPC): É o órgão auxiliar da gestão pedagógica, com atuação regular e planejada, na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos da ação educativa, no âmbito de cada campus, em assessoramento a Direção-Geral e ao CODIC.

VII – Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE): É o órgão de assessoramento da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada campus para formular, subsidiar e acompanhar a execução da política de pesquisa e extensão no âmbito institucional.

VIII – O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): É órgão de assessoramento com a finalidade de subsidiar e acompanhar a execução da política de empreendedorismo e inovação definida pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação do IFPR. O NIT é vinculado à Seção de Inovação e Empreendedorismo de cada campus e atua conforme estabelecido em legislação institucional específica.

IX – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE): É um órgão de assessoramento e proposição de apoio técnico científico a políticas e ações de inclusão em cada campus. O NAPNE está vinculado diretamente à Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis do campus e sua coordenação é exercida por servidor designado pela Direção-Geral do campus.

X – Colegiados de curso: São órgãos consultivos e deliberativos do campus para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar.

XI – Núcleo Docente Estruturante (NDE): Constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica do Curso, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela criação, implementação, acompanhamento e consolidação dos Projetos Pedagógicos de cada curso.

XII – Núcleos de Arte e Cultura (NAC): possuem o papel institucional de fomentar a formação, a difusão e a articulação da produção artístico-cultural do IFPR, assessorando a Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (Proepi) na gestão da política cultural da Instituição e contribuindo para a memória e a preservação de seu patrimônio cultural.

8.3.2 Representatividade da Comunidade Acadêmica

Realizada pelos representantes de turma junto ao colegiado do curso, pelo Grêmio Estudantil e reuniões entre a coordenação, discentes e equipe pedagógica. Ainda, o colegiado leva em consideração os apontamentos levantados pela CPA para as tomadas de decisão junto aos discentes, bem como o representante de alunos no CODIC.

O Grêmio Estudantil, instância legítima de participação discente, é um elemento central e atuante nos processos participativos que ocorrem no campus. Sua presença e envolvimento são evidentes em diversas atividades e iniciativas realizadas no ambiente escolar. Além de promover a representatividade estudantil, o Grêmio desempenha um papel

ativo no fortalecimento da democracia no campus, incentivando a participação dos alunos em decisões coletivas e contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e participativo. Seu engajamento é visível nas discussões, projetos e eventos que ocorrem no campus, evidenciando sua atuação efetiva em prol dos estudantes e da comunidade acadêmica.

8.3.3 Participação da Sociedade Civil na Gestão do Curso

A participação ativa da sociedade civil na gestão do Campus Avançado Barracão é uma peça fundamental para a construção de um ambiente acadêmico saudável e eficiente. Com a implementação de mecanismos de participação, a comunidade local tem a oportunidade de contribuir para a melhoria contínua da qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos pelo campus.

Durante as reuniões de responsáveis, por exemplo, a sociedade civil tem voz ativa e é ouvida pelos gestores do campus. Essas reuniões são espaços importantes para que os pais, alunos e membros da comunidade possam expor suas dúvidas, sugestões e críticas sobre as atividades desenvolvidas pelo campus. Além disso, são momentos em que os gestores têm a oportunidade de prestar contas sobre as ações realizadas, bem como apresentar projetos e planos futuros.

Outro espaço de participação importante é a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é responsável por avaliar periodicamente a qualidade das atividades desenvolvidas pelo campus. Nesse caso, a sociedade civil pode contribuir por meio de pesquisas e questionários, fornecendo informações valiosas sobre as percepções e expectativas em relação ao campus.

A participação da sociedade civil na gestão do Campus Avançado Barracão é, portanto, uma via de mão dupla: por um lado, os gestores do campus podem receber feedbacks importantes sobre suas atividades e projetos, a fim de promover melhorias contínuas. Por outro lado, a sociedade civil pode contribuir para a construção de um ambiente acadêmico mais engajado e participativo, que atenda às necessidades e expectativas de todos os envolvidos.

9 INFRAESTRUTURA

O Campus Barracão, conta hoje com cinco blocos, um ginásio de esportes, uma quadra de vôlei de areia e um auditório.

O bloco frontal é formado por salas para direção, secretaria acadêmica, seção de ensino, coordenações de curso, sala de atendimento psicológico, sala de reunião, sala

individual da direção geral, banheiros e cozinha (para servidores).

O Bloco A possui uma área de 565,00 m². É composto por duas salas de aula, um laboratório de informática com 22 computadores, uma sala de tecnologia de informação (TI), uma sala de robótica e uma biblioteca.

O Bloco B possui 300,44 m² e é composto por uma ampla sala com os gabinetes de trabalho para docentes, uma sala para a seção administrativa, um almoxarifado, um laboratório para manutenção de computadores (aula de hardware e redes de computadores) e uma sala de aula.

O Bloco C possui 298,41 m² é composto por 5 salas, que são utilizadas como laboratórios de química, física, biologia, e um laboratório de informática com capacidade para 40 computadores.

O Bloco D possui uma área de 450,62 m² formado por 4 salas de aula e uma infraestrutura de 65,53 m² para a cantina. As salas de aula têm capacidade para em média 35 estudantes.

Entre os Blocos C e D encontram-se dois banheiros, um masculino e um feminino com área total de 32,59 m² e uma espaço coberto que liga os blocos.

O ginásio de esportes possui uma área de 1.287,5 m², com arquibancadas, duas salas de apoio, uma sala de docentes, banheiros e vestiários. O auditório possui uma área de 262,50 m² e capacidade para 142 pessoas.

9.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Salas de aula	Sim (10)	Sim*	697,75
Sala de professores	Sim	Não	88,29
Coordenadoria de curso**	Sim	Não	93,60
Sala de reuniões	Sim	Não	51,44

* Previsão de construção de um bloco didático adicional.

** Espaço compartilhado com Atendimento Pedagógico.

9.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Biblioteca	Sim	Não	230
Laboratório de informática*	Sim (2)	Não	135,78
Laboratório de Física**	Sim	Não	51,80
Laboratório de Química**	Sim	Não	63,95
Laboratório de Biologia**	Sim	Não	51,80

*Um dos laboratórios de Informática dispõe de 42 máquinas equipadas com processadores Intel i5, 8gb de ram e 240gb de SSD. O outro laboratório dispõe de 20 máquinas equipadas com processadores AMD Phenom II, 4gb de ram e 80gb de HD. Ambos contam com quadro branco, projetor multimídia e ar-condicionado.

**Os laboratórios de Física, Química e Biologia acomodam 40 estudantes e são equipados com mesa para professor, quadro branco, projetor multimídia, ar-condicionado, tomadas extras, armários, três bancadas fixas, pia, pontos de gás e chuveiro lava-olho. Os laboratórios contam com edifícios específicos para depósito de produtos químicos/insumos.

9.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Laboratório de Práticas da disciplina de Hardware e Sistemas Operacionais	Sim	Não	47,58

9.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
----------	-----------	-------------	------------------------

Áreas de esportes	Sim	Não	1.467,50
Cantina/Refeitório	Sim	Sim*	67,35
Pátio coberto	Sim	Não	691,23

* A utilização do espaço existente se limita ao aquecimento de alimentos. Há previsão de construção de um refeitório dotado de instalações adequadas para preparo, acondicionamento e fornecimento de refeições.

9.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Atendimento psicológico*	Sim	Não	17,39
Atendimento pedagógico**	Sim	Não	93,60
Atendimento odontológico	Não	Não	---
Primeiros socorros	Não	Não	---
Serviço social*	Sim	Não	17,39

* Espaço compartilhado entre Atendimento Psicológico e Serviço Social.

** Espaço compartilhado entre Coordenadoria de Curso e Atendimento Pedagógico.

9.6 ÁREAS DE APOIO

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Auditório	Sim	Não	262,50
Salão de convenção	Não	Não	---
Sala de audiovisual	Não	Não	---
Mecanografia	Não	Não	---

9.7 BIBLIOTECA

Como parte do processo didático-pedagógico, a biblioteca é integrante da formação humana e tem por finalidade apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir da promoção e da mediação do acesso à informação e ao conhecimento. Esse suporte ocorre por meio das ações de aquisição, processamento técnico, armazenamento, acondicionamento, preservação, conservação, disponibilização e disseminação de materiais e fontes informacionais (bibliográficos), produtos e serviços para a comunidade, proclamando o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais para a formação da cidadania e o exercício da democracia.

Como espaço de convivência, a biblioteca tem por objetivo promover o incentivo à literatura, à arte e à cultura, auxiliando nas ações que visam à valorização da leitura e da biblioteca como instrumentos fundamentais na formação das/os estudantes no que diz respeito à reflexão da realidade, de forma crítica e autônoma. Também atua sobre os aspectos acadêmicos, científicos e tecnológicos, de modo a alcançar o exercício pleno da literacia na leitura e na escrita, instigando a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade, estimulando a imaginação e a vivência de cidadãos e cidadãs críticas/os, reflexivas/os e responsáveis.

Localizada no piso térreo da Rodovia BR 163, km 01, Bairro Industrial, a biblioteca do Campus Avançado Barracão faz parte da Rede de Bibliotecas do IFPR. É um órgão suplementar, subordinado administrativamente à Seção de Ensino do Campus e tecnicamente ao Núcleo de Bibliotecas/Diretoria de Articulação Pedagógica e Formação Continuada (DAPE/PROENS). Possui um acervo plural e representativo de diversas áreas do conhecimento. Este acervo pode ser utilizado tanto para consulta local, quanto para empréstimo domiciliar por prazo pré-determinado e estabelecido no regulamento. A classificação utilizada para organizar o acervo é a CDD – Classificação Decimal de Dewey, que organiza todo o conhecimento em dez classes principais.

O controle e a gestão dos acervos bibliográficos da Rede de Bibliotecas do IFPR são realizados por meio do Sistema Pergamum. Para acessar alguns dos serviços da biblioteca a/o usuário/a precisa ter vínculo institucional (estudante, técnica/o administrativa/o, docente, funcionária/o terceirizada/o e estagiária/o) e solicitar o seu cadastro no balcão de atendimento. Por meio do referido sistema são realizados o processamento técnico e registro patrimonial do acervo; empréstimo e devolução de material informacional; consulta ao acervo; reserva e renovação (também on-line), solicitação de empréstimo entre as bibliotecas da Rede do IFPR; levantamentos bibliográficos, relatórios e inventário patrimonial do acervo. O link de acesso ao acervo encontra-se disponível no site do IFPR, bem como nas páginas de cada biblioteca da rede:

https://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum_ifpr/biblioteca/index.php

A biblioteca do Campus Avançado Barracão funciona nos termos previstos na Portaria nº 43/2021, que estabelece normas e diretrizes, nos termos do regulamento geral:

[https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_publicacao_legado=&id_documento=1454551&id_orgao_publicacao=0&_ga=2.201748113.1008260352.1680527487-1256959155.1600176156)

[acao=publicacao_visualizar&id_publicacao_legado=&id_documento=1454551&id_orgao_publicacao=0&_ga=2.201748113.1008260352.1680527487-1256959155.1600176156](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_publicacao_legado=&id_documento=1454551&id_orgao_publicacao=0&_ga=2.201748113.1008260352.1680527487-1256959155.1600176156)

Para a elaboração e publicação do regulamento das Bibliotecas dos campi do IFPR, cujo regulamento próprio encontra-se publicado e disponível no site do campus: <https://ifpr.edu.br/barracao/wp-content/uploads/sites/5/2023/04/Regulamento-da-Biblioteca-Barracao.pdf>. Também são adotados os padrões e diretrizes dos seguintes documentos:

Política de formação e desenvolvimento de acervos

Portaria nº 25/2021: Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

IN nº 1/2021: Estabelece normas para execução da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

Catálogo padronizado

Portaria Conjunta PROAD/PROENS nº 8/2020: Institui o Manual de Catalogação para a Rede de Bibliotecas e o tutorial de cadastro de autoridades, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

Controle patrimonial dos acervos bibliográficos

Portaria nº 28/2021: Normatiza o registro e o controle patrimonial de acervos bibliográficos no Sistema Pergamum, bem como a evidenciação contábil, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

Inventário

Portaria nº 28/2021: Normatiza o registro e o controle patrimonial de acervos

bibliográficos no Sistema Pergamum, bem como a evidenciação contábil, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

IN Conjunta PROAD/PROENS nº 02/2022: Normatiza o fluxo de inventário de acervos bibliográficos, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

Serviços oferecidos

- Circulação de materiais: cadastro de usuários, empréstimo domiciliar, devolução, renovação e reserva de materiais bibliográficos;
- Empréstimo entre bibliotecas com logística via malote dos Correios;
- Empréstimo de chaves de armários para a guarda de pertences dos usuários ou comunidade visitante enquanto permanência na biblioteca;
- Consulta local do acervo;
- Computadores com acesso à internet para utilização dos usuários (e comunidade), no auxílio às pesquisas;
- Wi-fi gratuito;
- Serviço de referência;
- Relatórios de levantamentos bibliográficos.

Acervo virtual

As bibliotecas IFPR possuem assinatura da Biblioteca Virtual Pearson que reúne mais de doze mil obras (e-books) de diferentes selos editoriais em suporte digital, com várias editoras parceiras que integram a plataforma. O acesso é realizado de uma forma muito prática, basta estar cadastrado no Sistema Pergamum da biblioteca, pois ambas as bases estão integradas. A BV Pearson traz diversos benefícios ao usuário e também à instituição, como: diversidade de acervo para atender aos diversos níveis dos cursos do IFPR; credenciamento EaD, com suporte e treinamento pedagógico específicos; ampliação do acesso ao acervo das bibliotecas para toda comunidade do IFPR e a diminuição da chance de um livro estar esgotado; mobilidade de acesso em qualquer suporte: desktop, tablets e smartphones; recursos interativos: busca avançada, ferramenta de anotações, seleção de livros favoritos, impressão de páginas, download de conteúdos e ferramenta para destacar trechos do conteúdo; sala virtual: espaço digital integrado com o livro, onde é disponibilizado material de apoio específico para docentes e estudantes.

Outro recurso importante que as bibliotecas IFPR disponibilizam é o acesso às Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e International Organization for Standardization (ISO) e o acesso é de forma integrada ao Sistema Pergamum.

O Portal de Periódicos da Capes é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a

instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta atualmente com um acervo de mais de 37 mil periódicos com texto completo, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. A comunidade acadêmica do Campus Avançado Barracão tem livre acesso a este portal, com direito a conteúdo conveniado com os Institutos Federais (IFs), disponível para acesso com Internet Protocol (IP) identificado da instituição e remoto via CAFe.

Infraestrutura

A estrutura física da biblioteca conta com um espaço de aproximadamente 230 m² e é composta por circulação, acervo e administrativo. Até março de 2023, a Biblioteca conta com 9343 títulos e 15371 exemplares. Oferece espaço físico e mobiliário para estudo em grupos e individual. Também há computadores com acesso à internet para pesquisas e computadores para consulta local ao acervo físico e digital/virtual, NBRs da ABNT e ISO e Portal de Periódicos Capes. Possui guarda-volumes e sistema de climatização com aparelhos de ar-condicionado. O horário de atendimento é de segunda à sexta-feira, das 07:15 às 12:00 e das 13:30 às 16:45. A biblioteca dispõe de um bibliotecário atuando em todo o horário de funcionamento do setor.

10 AVALIAÇÃO DO CURSO

No âmbito institucional, o processo de acompanhamento e avaliação do PPC pressupõe a prática de ações permanentes e referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição indispensável à construção de um projeto que se concebe democrático, aberto à diversidade e promotor de formação multicultural. O sistema de acompanhamento e avaliação do PPC fica a cargo da Coordenação de Curso junto com o Colegiado de Gestão Pedagógica do Campus, sendo avaliado periodicamente por docentes, técnicos-administrativos em educação e estudantes, durante as reuniões de Colegiado do campus. O processo avaliativo do curso também deve ocorrer mediante permanente diálogo/intercâmbio com instituições da área de Informática e com organizações de representação da sociedade civil, com vistas a identificar demandas, subsidiar teoricamente a construção de estratégias interventivas e a ampliação do mundo do trabalho. A articulação com organizações da categoria profissional, de formação e instituições de ensino, durante o processo avaliativo, viabiliza a construção de pautas e o fortalecimento de ações conjuntas de formação do profissional em Informática. Para isso, o campus conta com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) Local com o propósito de promover uma cultura de avaliação na

Instituição, aspecto que reitera o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo em prol da qualidade dos serviços prestados à sociedade, contribuindo no processo avaliativo externo do curso.

10.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O sistema de acompanhamento e avaliação do PPC está a cargo da Coordenação de Curso, em conjunto com a Seção de Ensino e Direção Adjunta. O curso será avaliado anualmente pelos docentes, técnicos-administrativos em educação e pelos estudantes, e ainda, poderá ser também, pela comunidade em geral. A avaliação ocorrerá por meio de formulário específico disponibilizado pela Coordenação de Curso. Propõe-se os seguintes indicadores a serem acompanhados: desempenho e qualificação de docentes e discentes; adequação dos conteúdos dos componentes curriculares aos processos pedagógicos vivenciados; adequação do projeto do curso às demandas sociais e comunitárias e de contribuição aos processos de desenvolvimento locais/regionais; indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão na formação; condições de infraestrutura física, de equipamentos, de laboratórios e biblioteca; representatividade discente e docente nas decisões colegiadas. Após a coleta e interpretação dos dados, os resultados serão apresentados para toda a comunidade acadêmica. Por meio de reuniões dirigidas pelo coordenador do curso e acompanhadas pela Seção de Ensino e pelo Colegiado do Curso, ocorrerá a análise e a coleta de sugestões voltadas à revisão e aos ajustes do Projeto. Finalmente, tais informações serão repassadas à Comissão de Ajustes do Curso do campus. Os relatórios produzidos pela CPA local também fornecerão subsídios importantes para a avaliação da PPC do curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. Congresso Nacional. **Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n. 248, p. 27833. 23 dez. 1996. Seção 1.

_____. **Lei nº. 10048, de 08 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. n.216-E, p. 1. 09 nov. 2000. Seção 1.

_____. **Lei n.º 10639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. n. 8, p. 1. 10 jan. 2003. Seção 1.

_____. **Lei n.º 11645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. n. 48, p. 1. 11 mar. 2008. Seção 1.

_____. **Lei nº. 12711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. n. 169, p. 1. 30 ago. 2012. Seção 1.

_____. **Lei n.º 13006, de 26 de junho de 2014.** Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. n. 121, p. 1. 27 jun. 2014. Seção 1.

_____. **Lei nº. 13146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. n. 127, p. 2. 07 jul. 2015. Seção 1.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n.º 05, de 04 de maio de 2011.** Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n.º 11, de 09 de maio de 2012**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CP n.º 01, de 05 de janeiro de 2021**. Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica. Brasília, 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n.º 02, de 30 de janeiro de 2012**. Define diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n.º 03, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o nível médio. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n.º 06, de 20 de setembro de 2012**. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Cursos Técnicos - CNCT**. [online]. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=82>. Acesso em: 14 jun. 2023.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. Campus Avançado Barracão. **Portaria n.º 33, de 23 de junho de 2016**. Aprova o Regulamento Geral da Biblioteca IFPR Campus Avançado Barracão. Barracão, 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. Conselho Superior. **Resolução n.º 04, de 28 de março de 2019**. Aprova e institui a política de Inovação e de estímulo ao Empreendedorismo no âmbito do Instituto Federal do Paraná e dá outras orientações. Curitiba, 2019.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. Conselho Superior. **Resolução n.º 11, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná, através do Processo n.º. 63.001092/2009-57. Curitiba, 2009.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. Conselho Superior. **Resolução n.º 23, de 23 de julho de 2021.** Dispõe sobre a Política de Acompanhamento de Egressos nos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em todos os níveis e modalidades. Curitiba, 2021.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. Conselho Superior. **Resolução n.º 36, de 21 de outubro de 2021.** Aprova as definições e normas sobre a política de cotas para inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas, pessoas com deficiência, pessoas em condição de vulnerabilidade socioeconômica, pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis), povos tradicionais, imigrantes e refugiados nos cursos e programas de pósgraduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Curitiba, 2021.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. Conselho Superior. **Resolução n.º 54, de 21 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre a organização didático-pedagógica da educação profissional técnica de nível médio e formação inicial e continuada de trabalhadores no âmbito do IFPR. Curitiba, 2011.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. Conselho Superior. **Resolução n.º 58, de 13 de dezembro de 2019.** Aprova e institui as diretrizes para as atividades de pesquisa científica tecnológica no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. Conselho Superior. **Resolução n.º 64, de 23 de março de 2022.** Estabelece diretrizes para ofertas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFPR. Curitiba, 2022.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. Conselho Superior. **Resolução**

nº. 64, de 28 de julho de 2010. Aprova a criação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social. Curitiba, 2010.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. Conselho Superior. **Resolução nº. 71, de 20 de dezembro de 2018.** Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi, no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. Conselho Superior. **Resolução nº. 82, de 02 de junho de 2022.** Dispõe sobre a política de estágios do IFPR e define as orientações para sua realização. Curitiba, 2018.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. **Instrução Normativa Conjunta PROAD/PROENS/PROPLAN/IFPR n.º 02, de 13 de dezembro de 2022.** Normatiza o fluxo de inventário de acervos bibliográficos, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Curitiba, 2022.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. **Instrução Normativa REITORIA/PROENS/IFPR n.º 1, de 19 de agosto de 2021.** Estabelece normas para execução da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Curitiba, 2021.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019/2023.** Curitiba, 2020 (revisão).

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. **Portaria Conjunta PROAD/PROENS n.º 8, de 21 de dezembro de 2020.** Institui o Manual de Catalogação para a Rede de Bibliotecas e o tutorial de cadastro de autoridades, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Curitiba, 2020.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. **Portaria n.º 25, de 25 de maio de 2021.** Estabelece a política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Curitiba,

2021.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. **Portaria n.º 28, de 25 de maio de 2021.** Normatiza o registro e o controle patrimonial de acervos bibliográficos no Sistema Pergamum, bem como a evidenciação contábil, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Curitiba, 2021.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Paraná. **Portaria n.º 43, de 19 de agosto de 2021.** Estabelece normas e diretrizes, nos termos de um regulamento geral, para a elaboração e publicação do regulamento das Bibliotecas dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Curitiba, 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo nacional de cursos técnicos.** 4. ed. Brasília: MEC, 2020.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado.** [s.d.]. [Documento Eletrônico]. Disponível em: . Acesso em: 23 abr. 2014.

_____. **Possibilidades e desafios na construção do currículo integrado.** In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Referências formativas sobre práticas em educação profissional: a perspectiva histórico-crítica como contra-hegemonia às novas pedagogias. In: ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (orgs.). **Filosofia da práxis e didática da educação profissional.** Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 2. ed. Coleção educação contemporânea. Campinas: Autores Associados, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

LOPES, E. **FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: um caminho para o atendimento de aluno com deficiência, nas classes comuns da Educação Básica.** 2008. 26 p. PDE. Londrina, PR, 2008.

ANEXOS

ANEXO A - REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO DO CAMPUS CAPANEMA E CAMPUS
AVANÇADO BARRACÃO

ANEXO A

REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO DO CAMPUS CAPANEMA E CAMPUS AVANÇADO BARRACÃO

CAPÍTULO I DAS REGRAS GERAIS DE ESTÁGIO

Art. 1º Este Regulamento Geral de Estágio (RGE) abrange todos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do Campus CAPANEMA e Campus Avançado BARRACÃO, sendo seus dispositivos alinhados à resolução IFPR nº 36/2019, a lei nº 11.788/2008 e demais dispositivos legais pertinentes.

Parágrafo único. O estágio, como ato educativo, prioriza a formação do estudante para o mundo do trabalho e o fortalecimento dos conhecimentos construídos no ambiente acadêmico.

Art. 2º Os estudantes que realizam as atividades de estágio obrigatório e não obrigatório são considerados estagiários, para os efeitos deste regulamento, desde que estejam regularmente matriculados em um dos cursos do Campus Capanema ou Campus Avançado Barracão, e que as atividades propiciem experiência acadêmico-profissional e contextualização curricular.

Art. 3º Para o caso do Campus Avançado Barracão, que em sua estrutura organizacional não possui a SERC, as responsabilidades da SERC serão atribuídas a servidor (es) indicado(s) pela Direção Geral do Campus, mediante emissão de portaria.

Art. 4º Para realização de estágio obrigatório o estudante deverá:

- I) matricular-se no componente de estágio;
- II) receber orientação do professor orientador sobre as possibilidades de estágio;
- III) formalizar Termo de Compromisso e Plano de Estágio (TCE/PE) com a unidade concedente de estágio (UCE), utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela Seção de Acompanhamento de Estágios e Egressos da Próreitoria de Ensino (Saee/Proens) e Seção de Estágios e Relações Comunitárias do Campus (Serc).
- IV) Apresentar na UCE o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e Plano de Estágio sendo a preparação de ambos orientada pela Disciplina responsável pela orientação de estágios e elaborado em conjunto com UCE.
- V) Iniciar o estágio em acordo com as normas deste Regulamento de Estágio do IFPR, sob pena de não aproveitamento da carga horária.

Art. 5º Para realização de estágio não obrigatório, o estudante deverá:

- I) verificar as oportunidades de estágio na região e as parcerias firmadas com o IFPR, em

especial os agentes de integração;

II) receber orientação do professor orientador sobre as possibilidades de estágio e a adequação ao seu curso;

III) formalizar TCE/PE com a UCE, utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela Saae/Proens e Serc.

§ 1º. O estágio não obrigatório é facultativo, entretanto, o estudante ao optar por realizá-lo estará vinculado aos dispositivos da resolução IFPR nº 36/2019 e às normas da UCE.

§ 2º. No que concerne ao caput, os estudantes poderão atuar como estagiários a partir do primeiro semestre do curso.

Art. 6º O estudante deve estar coberto por seguro contra acidentes pessoais durante a vigência do estágio, que será informado no TCE/PE.

Parágrafo único. Nos casos em que o seguro seja custeado pela UCE ou agente de integração, é necessário que a Serc requisite a apólice de seguro e incorpore ao processo de “Acompanhamento de Estágio”.

Art. 7º A caracterização e definição do estágio será feita entre o IFPR e a UCE, por meio do TCE/PE, no qual estarão acordadas todas as condições de sua realização, e que será periodicamente reexaminado.

Parágrafo único. É responsabilidade do professor orientador/e da SERC, a verificação se o TCE/PE está em conformidade e se o estudante cumpre continuamente os artigos 6º, 17 e 26 da resolução IFPR nº 36/2019, não eximindo o estudante do cumprimento do art. 18 da mesma resolução.

Art. 8º A responsabilidade por verificar se o estudante estará em local apropriado para estágio, alinhado aos princípios pedagógicos do IFPR, em ambiente de formação para o mundo do trabalho e em acordo com o PPC é responsabilidade, da SERC, e do professor orientador, antes da formalização do TCE/PE, sendo a formalização do documento garantia da inspeção do campo de estágio.

Art. 9º Para os casos em que seja possível o estágio de 40 (quarenta) horas semanais, em acordo com a resolução IFPR nº 36/2019, em especial o §1 do art. 17, devem ter a sua previsão de execução definida no TCE/PE ou mediante aditivo ao TCE/PE.

Parágrafo único. No caso de estágio durante as férias, a orientação será indireta, retornando a orientação prevista no TCE/PE após esse período.

Art. 10º Toda alteração ao TCE/PE será realizada por meio de aditivo, que deverá ser formalizado, com intermédio da Serc, durante a vigência do TCE/PE.

Art. 11. O TCE/PE, aditivos, equivalências, relatórios e demais requisições deverão ser realizados por meio dos formulários próprios disponibilizados pela Saae/Proens e Serc, nos prazos estabelecidos e divulgados pelo campus.

Art. 12. Não serão aceitos TCE/PE e aditivos ao TCE/PE:

I) com data retroativa;

II) antes do período indicado;

- III) que contenham rasuras ou indicativos de alteração;
- IV) com informações obrigatórias faltantes;
- V) sem a assinatura do estudante e do professor orientador. Parágrafo único. Como regra, o chefe da Serc assinará somente após a assinatura das demais partes.

Art. 13. Os documentos da relação de estágio deverão ser entregues e protocolados na Secretaria Acadêmica do campus, que fará o encaminhamento para a SERC, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para realizar a tramitação necessária.

Art. 14. A SERC abrirá processo no SEI, com a tipologia “Acompanhamento de estágio”, por oferta de curso, que conterá:

I) todos os documentos da relação de estágio (TCE/PE, aditivos ao TCE/PE, relatórios, etc.); II) o relatório dos estudantes que realizaram estágio não obrigatório, que trará as informações necessárias ao lançamento pela Secretaria Acadêmica em histórico escolar do estudante;

§ 1º. O processo será tramitado para Sae/Proens para fins de controle;

§ 2º. A SERC abrirá um novo processo de “Acompanhamento de estágio”, vinculado ao processo de oferta, para casos em que seja requerida equivalência para análise do colegiado do curso;

§ 3º. Ao término da oferta, deverá ser registrado o quantitativo de estudantes que realizaram estágio obrigatório e não obrigatório, por meio de despacho final à Sae/Proens, que poderá ser realizado pelo coordenador do curso;

§ 4º As relações de estágio são comprovadas pelos documentos do processo.

Art. 15. O convênio de estágio, quando necessário, deverá ser formalizado antes do início da realização de estágio, sendo de responsabilidade dos coordenadores de curso e dos professores orientadores a verificação da necessidade.

§ 1º Compete a Serc, o apoio à formalização;

§ 2º Compete a Sae/Proens, a supervisão e a orientação.

Art. 16. Os estágios obrigatórios dos cursos Técnicos Integrados ao ensino médio e subsequentes terão as seguintes especificações:

§ 1º. Deverão cumprir as horas especificadas em seus PPCs, tanto para o tempo de atuação em campo, quanto para a disciplina de orientação de estágios.

§ 2º. Ocorrerão apenas nos anos em que houver a abertura do componente orientação de estágios para matrícula dos alunos, conforme estabelecido nos PPCs.

§ 3º. Serão realizados nas modalidades semidireta ou indireta.

§ 4º. A jornada de estágio em períodos de recesso escolar poderá ser ampliada e estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a parte concedente do estágio, professor orientador, sempre com a interveniência da Coordenação do Curso.

Art. 17. Os estágios dos cursos Técnicos Integrados na modalidade de alternância terão as seguintes especificações:

§ 1º. O Estágio desenvolver-se-á, prioritariamente, em unidades de produção e vida familiar ou entidades ligadas à agricultura familiar que desenvolvam ações concorrentes ao propósito de agregação de valor no processo de formação do aluno, especialmente voltadas às práticas agroecológicas. Na definição do local de estágio será observada a proximidade

entre as atividades desenvolvidas pela entidade ou Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF) e o tema do estágio do estudante.

§ 2º. A orientação do estágio dar-se-á na modalidade indireta por professor ou monitor orientador, escolhido pela Coordenação de Curso entre os participantes do Colegiado do Curso.

Art. 18. Os estágios dos cursos de licenciatura terão as seguintes especificações:

§ 1º. A matrícula no Estágio Supervisionado com Ênfase no Ensino Fundamental I é condicionada à aprovação nas componentes curriculares: Matemática Fundamental, Matemática Elementar, Geometria Plana, Didática Geral, Seminários Metodológicos para o Ensino da Matemática.

§ 3º. A matrícula no Estágio Supervisionado com Ênfase no Ensino Fundamental II é condicionada à aprovação na componente curricular de Estágio Supervisionado com Ênfase no Ensino Fundamental I.

§ 4º. A matrícula no Estágio Supervisionado com Ênfase no Ensino Médio I é condicionada à aprovação na componente curricular de Estágio Supervisionado com Ênfase no Ensino Fundamental II.

§ 4º. A matrícula no Estágio Supervisionado com Ênfase no Ensino Médio II é condicionada à aprovação na componente curricular Estágio Supervisionado com Ênfase no Ensino Médio I.

§ 5º. Os acadêmicos só poderão pedir equivalência do Estágio Supervisionado com Ênfase no Ensino Fundamental I e Estágio Supervisionado com Ênfase no Ensino Médio Médio I, desde que atenda os requisitos disposto no Capítulo VI da resolução IFPR nº 36/2019.

§ 6º. Para fins de organização, as horas destinadas ao Estágio Supervisionado com Ênfase no Ensino Fundamental II e Estágio Supervisionado com Ênfase no Ensino Médio II, deverão ter no mínimo de 10 horas e máximo de 15 horas de prática docente.

CAPÍTULO II DA EQUIVALÊNCIA

Art. 19. As horas de estágio não obrigatório poderão ser utilizadas para horas de atividades complementares, sendo o percentual máximo de utilização de 25%.

Art. 20. O estudante, nos casos previstos nos incisos I e II do art. 27 da resolução IFPR nº 36/2019, poderá solicitar ao professor orientador, por meio de formulário próprio, equivalência de até 70% da carga horária de estágio, considerando:

- a) estágios de até 200h (duzentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 3 meses de experiência nos últimos 2 (dois) anos;
- b) estágios de até 400h (quatrocentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 6 meses de experiência nos últimos 3 (três) anos;
- c) estágios superiores a 400h (quatrocentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 12 meses de experiência nos últimos 5 (cinco) anos. Parágrafo único. Caberá ao colegiado do curso avaliar as características qualitativas das atividades realizadas e definir o percentual de equivalência por estudante limitado ao valor do caput.

Art. 21. O estudante, no caso previsto no inciso III do art. 27 da resolução IFPR nº 36/2019,

poderá solicitar ao professor orientador, por meio de formulário próprio, equivalência da carga horária de estágio.

Parágrafo único. Caberá ao colegiado do curso avaliar as características qualitativas das atividades realizadas e aprovar ou não a equivalência pretendida.

Art. 22. O estudante, no caso previsto no inciso IV do art. 28 da resolução IFPR nº 36/2019, poderá solicitar ao professor orientador, por meio de formulário próprio, equivalência da carga horária de estágio. Para tanto, o colegiado do curso considerará:

I - a compatibilidade das atividades desenvolvidas com o componente curricular de estágio obrigatório;

II - a compatibilidade das horas totais.

§ 1º No caso das licenciaturas, o nível de ensino previsto no componente curricular de estágio deverá ser considerado.

§ 2º Para os casos do Pibid e Residência Pedagógica, os professores orientadores responsáveis pelos programas emitirão pareceres de equivalência para os componentes de estágio obrigatório.

Art. 23. Os documentos comprobatórios para a solicitação de equivalência de carga horária de estágio segue o rol exemplificativo do §1 do art. 28 da resolução IFPR nº 36/2019.

Art. 24. A matrícula, sua confirmação e a frequência regular no curso são itens indispensáveis para iniciar e continuar em estágio, sendo de responsabilidade do professor orientador notificar as mudanças na situação do estudante à SERC.

Parágrafo único. O professor orientador e o coordenador de curso, com intermédio da Serc, podem, justificadamente, não iniciar ou interromper estágio de estudante que não mantenha as condições acadêmicas mínimas, registrando formalmente por e-mail.

CAPÍTULO III DO DESLIGAMENTO

Art. 25. A rescisão do estágio deverá ocorrer por meio de formulário próprio, respeitando-se as regras previstas no art. 31 da resolução IFPR nº 36/2019, considerando que a Serc tem o prazo de 5 dias úteis para tramitações necessárias.

CAPÍTULO IV DA ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 26. A orientação de estágio não obrigatório será da forma indireta, nos termos da resolução IFPR nº 36/2019, exceto se previsto de forma diferente no PPC.

Art. 27. Para orientação de estágio não obrigatório, é computada a carga horária de 1 (uma) hora-aula semanal para até 10 (dez) estudantes e de 2 (duas) horas-aulas semanais para mais de 10 estudantes, considerando-se o limite de 20 estudantes por professor.

Art. 28. Para avaliação e acompanhamento do estágio obrigatório, são consideradas as mesmas concepções que orientam o processo de ensino e aprendizagem, conforme previsto no PPC e na resolução IFPR nº 36/2019, observando-se:

- I – a articulação entre teoria e prática em produções e vivências do estudante, durante a realização do estágio;
- II – a participação do estudante nos encontros de orientação de estágio, atendendo ao critério de assiduidade no componente curricular;
- III – a autoavaliação do estudante;
- IV – elaboração e construção do plano de estágio, nas etapas acordadas;
- V – elaboração e entrega dos relatórios de estágio, nas etapas acordadas;
- VI – participação em eventos específicos com a socialização das experiências e resultados do estágio.

CAPÍTULO V DA RESPONSABILIDADE

Art. 29. A resolução IFPR nº 36/2019 trata das responsabilidades dos estagiários durante todo o texto, em especial no art. 18, que se complementam com as seguintes:

- I - aceitar as normas de estágio do IFPR e da UCE;
- II - escolher seu campo de estágio, dentre aqueles credenciados pelo IFPR, com o auxílio do professor orientador;
- III - elaborar o TCE/PE, aprovado pelo professor orientador e a UCE;
- IV - assinar e cumprir o TCE/PE;
- V - entregar relatórios, fichas de frequências e demais documentos necessários que formalizam a relação de estágio.

Art. 30. A resolução IFPR nº 36/2019 trata das responsabilidades dos professores orientadores de estágio durante todo o texto, que se complementam com as seguintes:

- I - pesquisar os campos de estágio que executam práticas compatíveis com as atividades de estágio;
- II - elaborar e organizar o plano de estágio junto aos agentes nele envolvidos, objetivando o cumprimento do PPC;
- III - manter encontros periódicos com seus orientandos para acompanhamento das atividades;
- IV - oferecer aos estagiários condições necessárias para o desenvolvimento da execução das atividades programadas no plano de atividades;
- V - orientar os estudantes, em conjunto com a Serc, sobre os procedimentos de estágio;
- VI - interagir com os supervisores de forma a garantir sua participação ativa no planejamento e acompanhamento do estágio;
- VII - acompanhar, orientar e direcionar o estudante no decorrer de sua prática profissional;
- VIII - cumprir as exigências normativas em relação ao acompanhamento de desempenho, frequência e avaliação do estudante, em caráter parcial e final;
- IX - manter em dia a documentação referente aos estágios supervisionados que lhe dizem respeito;
- X - acompanhar o trâmite dos processos a que seus estagiários estão vinculados, cobrando desses o cumprimento dos prazos processuais.

CAPÍTULO VI DO REGISTRO PELA SECRETARIA ACADÊMICA

Art. 31. De acordo com o inciso II, art. 13, deste regulamento, a Secretaria Acadêmica procederá ao registro do estágio não obrigatório do estudante no sistema acadêmico, considerando:

I - o relatório de estágio, que trará as informações necessárias ao lançamento, contendo: a) número da matrícula; b) nome do estudante; c) carga horária total;

II - quando não houver possibilidade de registro no sistema acadêmico, a Secretaria Acadêmica devolverá o processo para a Serc, informando quais estudantes não foram possíveis os registros, e solicitando a emissão das declarações de conclusão de estágio por esta unidade ou UCE;

§ 1º Para os casos especificados no item I, a Secretaria Acadêmica deverá registrar no sistema acadêmico a informação: “O estudante concluiu XXX horas de estágio não obrigatório no decorrer do curso”.

§ 2º Para os casos especificados no item II, a Secretaria Acadêmica, após receber a declaração de conclusão do estágio, deverá arquivar na pasta individual do estudante.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todos os regulamentos de estágios presentes nos PPC do campus.

Art. 33. A necessidade de atualização deste RGE será avaliada periodicamente pelos colegiados de curso, os quais, caso a verificarem, utilizar-se-ão dos mesmos trâmites de aprovação deste documento.

Parágrafo único. Caso a atualização do RGE seja constatada na criação ou ajuste de curso, a proposta de alteração deverá ser inserida como anexo do PPC e, após a sua aprovação, atualizada na página do campus.

Art. 34. Os casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do curso ao qual o estudante está relacionado, e em última instância, pela direção de ensino.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 35. Os PPC que não contiverem a menção ao estágio não obrigatório terão o prazo de 2 (dois) anos para adequação, sendo, neste ínterim, permitida a sua realização, desde que o perfil do egresso esteja alinhado ao estágio do estudante.

Art. 36. Para os casos em que a orientação não esteja definida em PPC, será considerada a orientação semidireta, sendo a sua menção no PPC oportunamente inserida quando

realizado o ajuste curricular.